



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉA RODRIGUES BARBOSA

TURISMO RURAL COOPERATIVO
ABRINDO A PORTEIRA PARA A SUSTENTABILIDADE

Salvador
2008

ANDRÉA RODRIGUES BARBOSA

**TURISMO RURAL COOPERATIVO
ABRINDO A PORTEIRA PARA A SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Suzana Moura

Salvador
2008

Ficha Provisória

B234t

Barbosa, Andréa Rodrigues.

Turismo rural cooperativo [manuscrito]: abrindo a porteira para a sustentabilidade. / Andréa Rodrigues Barbosa. – Salvador: A.R. Barbosa, 2008.
127 f. : 30cm: il.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2008.

Orientadora: Professora Dra. Maria Suzana Moura.

1. Turismo Rural. 2. Sustentabilidade. 3. Cooperativa – Penedo – Alagoas. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Mestrado Acadêmico. III. Moura, Maria Suzana. IV. Título.

CDD: 334.380

ANDRÉA RODRIGUES BARBOSA

**TURISMO RURAL COOPERATIVO
ABRINDO A PORTEIRA PARA A SUSTENTABILIDADE**

Dissertação aprovada para obtenção do grau de Mestre em Administração pela
Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, ____ de _____ de 2008.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Suzana Moura
Escola de Administração da UFBA
(Orientadora)

Prof. Dr. Antônio Carlos Silva Costa
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
(Examinador)

Profa. Dra. Paula Chies Schommer
Escola de Administração da UFBA
(Examinadora)

*Dedico este trabalho ao autor da minha fé.
Aquele que me ensina em meio aos vales e
desertos dessa vida, reciclando o meu lixo
interior. Aquele que opera o milagre da luz,
quando só existem trevas. Aquele que me faz
acreditar e ter esperanças em um novo
amanhã.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua fidelidade e pelas pessoas que Ele colocou no meu caminho...

Ao Heitor, por sua compreensão e amor incondicional. Mesmo tão pequeno, confortava-me com as seguintes palavras quando eu ia viajar para Salvador: “Mamãe, não se preocupe, eu entendo”.

Aos meus amados pais e irmãos, pelas orações e principalmente por ter cuidado do meu filho enquanto eu estive fora.

Aos queridos missionários Jhosemberg, Gleide Rosalee, Terezinha, Celiano, Pastora Nólia e aos demais irmãos em Cristo que cuidaram de mim enquanto estive em Salvador.

Ao Professor MsC. Eduardo José Santos, meu professor na graduação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e principal incentivador dos meus primeiros passos em direção ao mestrado.

Ao Professor Dr. José Antônio Gomes de Pinho pelo apoio, compreensão, carinho e amizade.

À Professora Dra. Maria Suzana Moura, minha querida orientadora, por sua serenidade e sabedoria.

À Professora Dra. Tânia Fischer, pela oportunidade de participar como tutora em várias disciplinas do MBA em Desenvolvimento Regional Sustentável, no âmbito do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS.

Ao Professor Dr. Antônio Carlos Silva Costa, da UFAL, pelos sábios conselhos e pelas oportunidades a mim concedidas.

Ao corpo docente do Núcleo de Pós-Graduação em Administração - NPGA da UFBA. E sua parte administrativa, pelo excelente trabalho realizado e apoio oferecido.

Ao Núcleo de Apoio à Pesquisa e Publicações – NAPP, um lugar acolhedor e fecundo para quem gosta de pesquisa.

Ao CAPES, pela bolsa nossa de cada mês.

Ao sistema OCB/SESCOOP de Alagoas e a Projetur pela oportunidade da realização desse estudo.

À COOPENEDO, por ter aberto a porteira à realização desta pesquisa.

À equipe que me ajudou com o grupo focal: Carlos Eduardo Cavalcante Barros (meu amigo Cadu que também me lembrou da utilização do SPSS), Fábio Weber e Tiago R. Barbosa.

Aos colegas da turma, por terem recebido essa alagoana com muito carinho.

E a todos que, de alguma maneira, contribuíram com a realização desse estudo.

*Uma morena bonita
Que tem a cor de canela
É meiga, formosa e bela
Mesmo sem laço de fita
O meu coração palpita
Ao desejar coisas boas
A essas nobres pessoas
Afirmo com alegria
Andréa estuda na Bahia
Representando Alagoas.*

[Cooperado Marciano Torres, 30 de agosto de 2007]

RESUMO

BARBOSA, A. R. Turismo rural cooperativo: abrindo a porteira para a sustentabilidade. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Escola de Administração UFBA, Salvador, 2008.

O presente trabalho, caracterizado como um estudo de caso, busca desenvolver uma abordagem para o estudo da sustentabilidade do turismo rural em uma cooperativa localizada no município de Penedo-AL. Mas o que é turismo rural? Quais são os objetivos dessa modalidade turística? Como garantir a sua “vida” a fim de que a mesma cumpra com seus objetivos, no âmbito dessa cooperativa? Esses questionamentos deram início à fase exploratória dessa pesquisa, que somados aos resultados das primeiras idas ao campo, aos aportes teóricos sobre o turismo rural, ao Programa de Turismo Rural Cooperativo, e aos estudos sobre sustentabilidade no âmbito das organizações, originaram a seguinte pergunta de partida: Como desenvolver uma abordagem de sustentabilidade para o turismo rural cooperativo em Penedo - AL? Para responder a essa pergunta, utilizou-se uma combinação de técnicas de coleta de dado (observações, entrevista com questionários estruturados e semi-estruturados, e grupo focal), direcionadas a dois grupos amostrais distintos: parceiros e implementadores, e um grupo formado por 18 cooperados que se dedicam ao turismo rural. O caminho metodológico escolhido levou à construção de um modelo analítico da sustentabilidade, no qual as dimensões consideradas (ambiental, sócio-cultural, econômica, técnica-cognitiva, e política) estão relacionadas aos objetivos da própria modalidade turística. Acrescenta-se que, durante a construção desse modelo, recorreu-se às abordagens da ciência da vida, que fortaleceram as escolhas dessas dimensões e contribuíram com uma das constatações desse estudo: em todas as dimensões deve-se fazer presente o entendimento do funcionamento dos ecossistemas.

Palavras-chave: Turismo Rural, Cooperativismo, Sustentabilidade.

ABSTRACT

BARBOSA, A. R. *Cooperative rural tourism: opening the gates to sustainability*. 2008. 341f. Dissertation (Scholar Masters in Administration) - School of Administration, Salvador, 2008.

This work, characterized as a case study, seeks to develop an approach to study the sustainability of rural tourism in a cooperative located in the municipality of Penedo - Alagoas. But what is rural tourism? What are the goals of this touristic modality? How to ensure their "lifetime" in order to achieve its goals within that cooperative? These questions have begun the exploratory phase of this research, which, in addition to the results of the first field recognitions, the theoretical contributions on rural tourism, the Program for Cooperative Rural Tourism, and the studies on sustainability within the organisations, led to the start question: How to develop an approach for sustainable cooperative rural tourism in Penedo - AL? To answer that question, it has been used a combination of techniques for collecting data (comments, interview with structured and semi-structured questionnaires, as well as focus group), directed to two different sample groups: partners and implementers, and a group formed by 18 cooperative members engaged in rural tourism. The methodological path chosen led to the construction of an analytical model of sustainability, in which the considered dimensions (environmental, socio-cultural, economic, technical, cognitive, and political) are related to the objectives of the touristic modality. In addition to that, during the construction of this model, it has been used the approaches of science of life, which strengthened the choices of these dimensions, and contributed one of the findings of this study: that it is necessary to make present the understanding of the functioning of the ecosystems in all dimensions.

Key words: Rural Tourism, Cooperativism, Sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATURR	- Associação Brasileira de Turismo Rural
ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CITURDES	- Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COOPENEDO	- Cooperativa de Colonização Agropecuária e de Piscicultura de Penedo
ENCOOPAL	- Encontro do Cooperativismo Alagoano
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MET	- Ministério do Esporte e Turismo (em 2002)
MTur	- Ministério do Turismo
SESCOOP	- Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
OCB	- Organização das Cooperativas do Brasil
OCS	- Organização da Sociedade Civil
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMT	- Organização Mundial do Turismo
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TRAF	- Turismo Rural na Agricultura Familiar
UFAL	- Universidade Federal de Alagoas

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1	- Termos e abrangências do turismo rural	33
Quadro 2	- Critérios de Sustentabilidade	47
Quadro 3	- Objetivos do Programa de Turismo Rural Cooperativo	70
Quadro 4	- Ações para a implementação do Programa	71
Quadro 5	- Modelo analítico para a sustentabilidade do turismo rural cooperativo da COOPENEDO	108

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1	- Matriz-referencial das dimensões da sustentabilidade do GAPA-BA	51
Figura 2	- Quadro analítico para análise da sustentabilidade da COOPAED	53
Figura 3	- Mapa Rodoviário de Alagoas	66
Figura 4	- Localização de Penedo – AL	66
Figura 5	- Centro Histórico de Penedo – AL	66
Figura 6	- Representação de como o cooperativismo seria levado à COOPENEDO	68
Figura 7	- Oficina sobre preservação ambiental, em fevereiro de 2007	87
Figura 8	- Fotos da Vegetação 01	89
Figura 9	- Fotos da Fauna	90
Figura 10	- Fotos da Vegetação 02	90
Figura 11	- Exposição dos produtos artesanais - 21 de fevereiro de 2008	97
Figura 12	- Grupo de crianças tocando flauta	98
Figura 13	- Interior da casa de farinha	98
Figura 14	- Trator transportando os turistas em direção aos lotes	98
Figura 15	- A jovem cooperada como informante do turismo local	103
Figura 16	- Diagrama das inter-relações das dimensões de sustentabilidade	109

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1	- Evolução do número de cooperativas constituídas entre os anos de 1990 a 2006	41
-----------	--	----

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1	- Número de propriedades desenvolvendo o turismo rural nas regiões do país	32
Tabela 2	- Grau de escolaridade dos cooperados envolvidos com o turismo rural	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O TURISMO RURAL COOPERATIVO	25
1.1 CONCEITUANDO O TURISMO RURAL	25
1.2 O TURISMO RURAL NO BRASIL	31
1.3 COOPERATIVISMO: UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL	36
2 ENTENDENDO A SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E DIMENSÕES	44
2.1 ENTENDENDO OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE	44
2.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	49
2.3 A ABORDAGEM DA CIÊNCIA DA VIDA	55
3 A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO RURAL COOPERATIVO EM PENEDO/AL	64
3.1 A COOPENEDO E A COOPERATIVA DE TURISMO RURAL EM PENEDO	64
3.2 O PROGRAMA DE TURISMO RURAL COOPERATIVO	70
3.3 OS ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE CONTIDOS NO PROGRAMA DE TURISMO RURAL COOPERATIVO	77
3.4 RECONSTRUINDO E INTEGRANDO AS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO RURAL COOPERATIVO EM PENEDO - AL	81
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	118

INTRODUÇÃO

O conceito de turismo evoluiu, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, como “consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo” (FOURASTIÉ, 1979 apud RUSCHMANN, 1997, p. 13). Por ser considerada uma atividade distribuidora de riqueza, o turismo encontrou respaldo nas ciências econômicas, com ênfase para as vantagens e oportunidade de crescimento neste setor, distorcendo, por vezes, o seu caráter sociocultural. Sobretudo, com uma visão mais abrangente, De LaTorre (1992, p. 19 apud BARRETO, 1995, p. 13) atenta para um dos atributos da atividade turística: a sua capacidade de inter-relacionar as dimensões social, econômica e cultural, definindo o turismo como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Além das dimensões consideradas por De laTorre, acrescenta-se a dimensão ambiental, mais especificamente relacionada aos impactos ambientais atentada por Krippendorf (1989), quando este se refere à preocupação dos ecologistas e defensores do meio ambiente com algumas atitudes do ser humano direcionadas pelo atendimento às exigências do lazer, tais como: a destruição de paisagens, o desenvolvimento desenfreado das redes rodoviárias, e o deslocamento da expansão imobiliária para o campo.

Ainda em relação às ponderações de Krippendorf (1989, p.23-4), o ser humano “não deve aprender a viver com o turismo de massa, ou conter seu excesso, prever soluções, e sanar seus pontos fracos”. Pois se aprender a conviver com ele, viverá contemplando seus efeitos a nível ecológico, psicológico e sócio-econômico. Assim, o autor sugere a modificação da mentalidade humana, alterando o sistema de planejamento e desenvolvimento do turismo e

elaborando novas condições em conjunto. Essa mudança pede o reconhecimento de onde ocorreu a falha da ordem estabelecida e a aceitação de novas idéias.

Quanto ao desenvolvimento e às políticas públicas voltadas ao turismo no Brasil, destacam-se duas visões antagônicas sobre os impactos dessa atividade: de um lado os economistas, defendendo o turismo como um meio de desenvolvimento e progresso social, e que as imperfeições dessa atividade podem ser decorrentes da sua concepção e implementação; do outro lado, os sociólogos, antropólogos e ambientalistas, ressaltando os resultados negativos provocados por essa atividade, referindo-se às destruições de refúgios paradisíacos (BENI, 2006, p. 44-45). Ainda em relação a esse debate, esse autor afirma não tomar partido pré-concebido e ressalta a necessidade de se conhecer e analisar tais efeitos, visando minimizar seus custos sociais e maximizar seus benefícios econômicos.

Com o despertar do ser humano para a valorização do meio ambiente, pode-se observar o aumento das modalidades turísticas nas quais se sobressaem aquelas que motivam o reencontro com a natureza, o resgate do ambiente familiar, a valorização cultural, e o estreitamento das relações com o meio ambiente (turismo rural, turismo ecológico, turismo cultural, entre outros). Nessas modalidades, os fluxos dos roteiros são direcionados para áreas mais afastadas dos centros urbanos e cosmopolitas (RUSCHMANN, 1997; SOLLA, 2002; BENI, 2006).

Sendo assim, uma vez que o turismo rural se distingue do turismo de massa, a modalidade rural é concebida e implementada diferentemente deste. Ela aparece em oposição ao turismo de massa, paradigma de turismo duro, irreflexivo, agressivo e dominado pelas grandes empresas capitalistas (SOLLA, 2002; BENI, 2006). Frente a esses extremos opostos, assim como Krippendorf (1989, p. 20), Beni (2006, p. 37) também é bastante enfático: “teremos que renunciar ao turismo de massa se quisermos desenvolver o turismo sustentável”.

Dessa forma, com a tendência para o desenvolvimento de atividades não agrícola no meio rural, a implementação do turismo, nesse âmbito, passou ser considerada uma oportunidade na diversificação produtiva e complemento da renda familiar. Em algumas regiões do país, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, o turismo rural já vem sendo praticado, demonstrando que esta é uma atividade promissora, desde que os seus participantes estejam devidamente organizados, tanto para resolver os seus problemas comuns, como para oferecer os produtos turísticos da comunidade, tendo em vista o comprometimento com as atividades agropecuárias e a valorização dos recursos naturais e culturais do meio rural.

Uma das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento dessa atividade no Brasil foi o Programa de Turismo Rural Cooperativo, no ano de 2002. Esse programa, fruto do convênio firmado entre o sistema Organização das Cooperativas do Brasil/Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - OCB/SESCOOP e o Ministério do Turismo e Esporte – MTE, contemplou doze municípios, dentre os quais, apenas dois da região Nordeste: Bezerros-PE e Piranhas-AL.

Nessa seqüência, o turismo rural chega ao estado de Alagoas, unidade da federação que apresenta um grande potencial de recursos naturais e humanos: possui um dos litorais mais admiráveis do mundo; um subsolo rico em petróleo, gás natural, entre outros; solos férteis e agricultáveis na Zona da Mata e Agreste. Além dessa potencialidade, Alagoas, no período compreendido entre 1970 a 1990¹, experimentou um significativo crescimento econômico, percebido no aumento de sua renda *per capita* em 2,7% (em vinte anos), gerado através da cana-de-açúcar, fumo, pecuária, algumas indústrias instaladas e comércio. Porém, mesmo com essas condições econômicas favoráveis, nessas duas décadas, não se observa melhoria nos indicadores sociais, não houve melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas. Esse quadro social encontra justificativas nos antecedentes históricos desse estado, com destaque para a herança do modelo coronelista, que é responsável pela consolidação do padrão elevado de concentração da posse da terra, da renda e dos desvios de recursos públicos, contribuindo para o aumento da exclusão social (LIRA, 2005, p. 76-86).

Com uma proposta voltada para a melhoria de vida dos produtores rurais da Cooperativa de Colonização Agropecuária e de Piscicultura de Penedo - COOPENEDO, o sistema OCB/SESCOOP de Alagoas, através de uma política de monitoramento das cooperativas a ele filiadas, escolheu essa cooperativa para aproveitar a metodologia descrita no Programa de Turismo Rural Cooperativo (de 2002) e desenvolver o turismo rural, almejando possibilitar o aumento da renda do agricultor familiar e diminuir o seu êxodo para as cidades. Esse programa propunha a implementação de um modelo de turismo rural caracterizado pela organização social de seus empreendedores, e apresenta um modelo de projeto turístico para auxiliar turismólogos e comunidades nessa implementação.

Mas o que é turismo rural? Quais são os objetivos dessa atividade? Como garantir a sua “vida” a fim de que a mesma cumpra com seus objetivos?

¹ Lira (2005) escolheu essas duas décadas, porque esse período também é considerado o de maior crescimento da economia brasileira.

Com base nesses primeiros questionamentos, iniciou-se a fase exploratória desse estudo, em fevereiro de 2007. A partir dessa curiosidade e ainda sem saber qual seria o referencial teórico a ser utilizado na presente pesquisa, buscou-se conhecer o turismo rural. Até então, a pergunta de partida ainda não tinha sido formulada. Durante essa fase, além de recorrer a fontes bibliográficas sobre o tema, utilizou-se as seguintes técnicas de coletas de dados iniciais:

- Análise documental: leitura do Programa de Turismo Rural Cooperativo (incluindo os módulos de Associações e Cooperativas, e Viabilidade e Sustentabilidade do Turismo Rural) e formulários da Projetur utilizados durante o diagnóstico da cooperativa.

- Observação-participante: visita à cooperativa em um dos cursos de capacitação do turismo rural, na qual foi realizada uma oficina participativa direcionando os cooperados a refletirem sobre os cuidados com a preservação ambiental (essa oficina foi conduzida pela autora do presente trabalho);

- Observação direta: durante uma das visitas da Projetur a outros possíveis parceiros na tentativa de consolidar o arranjo institucional: UFAL Penedo, CODEVASF, e usina Paísa.

Conforme visto anteriormente, o turismo é considerado um fenômeno social. Assim, a modalidade turismo rural também é um fenômeno social, uma vez que esta visa à interação entre o visitante e as pessoas do campo, e através dessa interação se busca o resgate e a promoção das riquezas naturais e culturais ali presentes (MOLLETA, 1999; RODRIGUES, 2000; SOLLA, 2002; MTUR, 2003). Por essa razão se escolheu o estudo de caso como estratégia metodológica.

Gil (1991, p. 58) caracteriza o estudo de caso como “o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Em sua obra, específica sobre estudo de caso, Yin (2005) explica que o estudo de caso é muito utilizado para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. Sobre esses aspectos, o autor afirma:

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório do historiador: a observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas. [...] o poder diferenciador do

estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional (YIN, 2005, p. 26-27).

Ao retornar do primeiro contato com o campo em estudo, seguiram-se as leituras sobre o tema, incluindo definições, políticas de implantação do turismo, estudos sobre turismo rural, entre outros. Mas ainda faltava definir “o quê” do turismo rural seria estudado na realidade da COOPENEDO. Qual seria o foco analítico? Durante a fase exploratória, houve uma necessidade de se conhecer primeiro o objeto a ser estudado (o turismo rural), e as primeiras leituras sobre o tema recaía sobre a questão da preservação da cultura local e do meio ambiente, além de focar o caráter complementar dessa atividade na geração de renda. A partir daí, despertou-se a inquietação para direcionar o estudo à organização dessa atividade no território da COOPENEDO, enfocando a sua continuidade e a sua sustentação naquela comunidade.

Assim, a questão da sustentabilidade foi incluída na pesquisa pelos seguintes motivos: primeiro, devido à inclusão de um módulo sobre sustentabilidade no Programa de Turismo Rural Cooperativo; segundo, pelo fato de que toda atividade turística desenvolvida nos dias atuais deve considerar a preservação da biodiversidade e a valorização da cultura local, segundo o código global de ética da OMT (aspectos relacionados com o tema); terceiro, diante das ligações existentes entre os dois temas (o turismo rural e a sustentabilidade) o que foi percebido durante as leituras; e por fim, pelo fato da cooperativa estar enfrentando problemas de gestão e financeiros, necessitando assim de outra atividade como complemento da renda familiar.

Isso posto, em um primeiro momento, recorreu-se às abordagens de sustentabilidade trabalhadas por SACHS (1993; 2002) e a pesquisas relacionadas à sustentabilidade no âmbito dos estudos organizacionais, que contribuíram com a elaboração de um primeiro quadro analítico para a sustentabilidade do turismo rural cooperativo. No entanto, após a construção desse quadro, despertou-se a necessidade de uma interação maior entre sujeito e objeto, entre pesquisa empírica e referencial teórico.

Portanto, após uma análise crítica dos primeiros escritos, somadas às novas percepções despertadas durante as idas ao campo, fez-se necessário o aprofundamento nas abordagens sobre sustentabilidade através do entendimento das contribuições advindas da ciência da vida, e a considerações de aspectos do cooperativismo (objetivos, ideais, valores, princípios, entre outros), até então deixadas de lado.

Incluir parte de teorias da ciência da vida elucidadas por Capra (2002), mais especificamente, a teoria dos sistemas vivos aplicada à concepção e gestão das organizações, contribuiu com a reflexão do comportamento dos ecossistemas, iniciando por um dos aspectos sustentador da vida (o metabolismo celular), e chegando aos princípios de sustentação da vida nos sistemas vivos. Após discorrer sobre o funcionamento desses sistemas, o autor operacionaliza a sustentabilidade e sugere a alfabetização ecológica para que o ser humano entenda o comportamento dos ecossistemas, com o objetivo de sustentar suas comunidades. Esse caminho levou à reformulação do problema de pesquisa: **como desenvolver uma abordagem de sustentabilidade para o turismo rural cooperativo em Penedo - AL?**

Para responder a essa questão, foi necessário o levantamento de algumas *suposições prévias*, quais sejam:

- Os objetivos do turismo rural irão determinar quais dimensões da sustentabilidade devem ser incluídas no modelo analítico;
- Uma vez que a sustentabilidade possui um caráter multidimensional, após as escolhas das dimensões, espera-se identificar as inter-relações existentes entre elas.

Com base do problema de pesquisa e nos pressupostos acima mencionados, os objetivos do presente estudo são:

a) Objetivo geral: Investigar como são consideradas e articuladas as dimensões de sustentabilidade do turismo rural cooperativo desenvolvido em Penedo – AL.

b) Objetivos específicos:

- Identificar os critérios e seus respectivos indicadores para compor o modelo de análise que trata da sustentabilidade do turismo rural em Penedo – AL nas seguintes dimensões: ambiental, sócio-cultural, econômica, técnica-cognitiva, e política; e
- Analisar as inter-relações existentes entre essas dimensões, incluindo as contribuições advindas da ciência da vida.

Ressalta-se que a investigação descrita no objetivo geral está baseada nas percepções dos atores envolvidos, nas prescrições do Programa de Turismo Rural Cooperativo (2002), e nas pistas encontradas no referencial teórico utilizado nesse trabalho. Salienta-se, ainda, que esse estudo de caso é de natureza descritivo-analítica (VERGARA, 2004), pois expõe características do turismo rural, buscando relacionar as dimensões de

sustentabilidade, a fim de desenvolver uma abordagem qualitativa para o estudo da sustentabilidade do turismo rural cooperativo em Penedo-AL. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa contou com as seguintes técnicas de coleta de dados (GIL, 1991; YIN, 2005; MARTINS, 2006):

- *Observação*: Essa técnica permite, “ao mesmo tempo, a coleta de dados de situações, envolvendo a percepção sensorial do observador” (MARTINS, 2006, p. 23). Uma vez que se procurou desenvolver uma abordagem para o estudo da sustentabilidade de uma modalidade turística, buscou-se acompanhar momentos de sua implementação, quais sejam: formatação do produto turístico, formação dos roteiros, reuniões, organização para participações em eventos (4º Encontro do Cooperativismo Alagoano - ENCOOPAL e Jornada Cultural promovida pela CODEVASF), simulações de como os receber os turistas, e gravação para o programa televisivo “Terra e Mar”.

- *Análise documental*: Segundo Yin (2005, p. 112), “o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”. Os documentos disponibilizados para a inclusão dessa técnica foram: O Programa de Turismo Rural Cooperativo de 2002 (incluindo o modelo de projeto turístico), dois livros de atas, estatuto da COOPENEDO, *folders*, Plano Integrado de Desenvolvimento – PID, e arquivo com número de cooperados.

- *Entrevistas*: Essa técnica de pesquisa tem como objetivo básico entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em “contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador” (MARTINS, 2006, p. 27). As entrevistas utilizadas nessa pesquisa tiveram grupos amostrais distintos: a primeira, direcionada aos parceiros e implementadores do projeto (por acessibilidade); e a segunda, aos cooperados envolvidos com o turismo rural (18 pessoas – censitária). Para as entrevistas realizadas com os parceiros e implementadores do turismo rural, utilizou-se um questionário semi-estruturado como instrumento de coleta de dados. Um questionário estruturado foi o instrumento utilizado na realização das entrevistas com o grupo formado pelos 18 cooperados. Esse instrumento foi dividido em questões voltadas à caracterização desse grupo, e em questões relacionadas às dimensões de sustentabilidade consideradas nesse estudo. Os apêndices A e B expõem a lista das pessoas entrevistadas nos dois grupos amostrais.

- *Grupo Focal*: Oliveira e Freitas (1997, p. 7) destacam a importância da utilização dessa técnica de pesquisa por “oferecer a oportunidade de observação de grande quantidade de interações sobre um tópico em um limitado espaço de tempo”; e pela oportunidade de combinação com outras técnicas de coleta de dados, tais como: entrevista individual (permitindo ao pesquisador explorar questões que tenham surgido na análise das entrevistas e esclarecer áreas que ainda pareçam sem sentido) e observação (comparando com as observações já registradas). Sendo assim, o grupo focal foi agregado às demais técnicas de coleta de dado. A condução das perguntas, ou melhor, a mediação do grupo focal para esse trabalho foi conduzida pelo biólogo e psicanalista Fábio Santos de Almeida Weber². O roteiro das perguntas, a equipe de apoio e os demais participantes estão descritos no Apêndice F.

Dito isso, optou-se por essas combinações de técnicas, pois, segundo Martins (2006, p. 23), elas são permitidas visando à melhor qualidade da pesquisa.

Para finalizar esses aspectos metodológicos (fase exploratória, problema de pesquisa, pressupostos, objetivos e técnicas de coleta de dados), cabe incluir o porquê de responder o problema de pesquisa, a justificativa desse trabalho. A justificativa consiste na apresentação das razões da realização da pesquisa, indicando: o estágio de desenvolvimento dos conhecimentos referente ao tema; as contribuições que a pesquisa pode trazer (resposta aos problemas propostos ou ampliação das formulações teóricas); relevância social do problema a ser investigado; e a possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcadas pelo tema (GIL, 1991, p. 145-146).

Como desenvolver uma abordagem de sustentabilidade para o turismo rural cooperativo em Penedo – AL? Conforme visto no início dessa introdução e mais profundamente no referencial teórico, o turismo rural se caracteriza como uma modalidade turística que visa à geração de renda, através de atividades comprometidas com a valorização das riquezas naturais e culturais de uma região. Porém, muitos dos estudos voltados a essa modalidade turística revelam o seu histórico, a sua caracterização, a importância para o desenvolvimento social, e os passos para concretizar sua implantação. Portanto, são poucos os que estão direcionados à sustentabilidade dessa atividade. Podem-se encontrar mais estudos relacionados à sustentabilidade do turismo em geral. Pelo exposto, esse estudo visa contribuir

² Colaborador do Instituto Lagoa Viva, professor do curso de especialização em Gestão e Educação Ambiental (parceira UFAL e Instituto Lagoa Viva), nas seguintes disciplinas: Recursos Energéticos e Meio Ambiente, e Tópicos Avançados em Educação Ambiental.

com a construção de uma abordagem para o estudo da sustentabilidade da modalidade turismo rural (contribuições no âmbito acadêmico).

Uma vez que na construção dessa abordagem também se recorreu a estudos que tratam a sustentabilidade no âmbito das organizações, e a contribuições advindas da ciência da vida, as contribuições no âmbito acadêmico se estendem para o estudo da sustentabilidade em geral, mesmo que esse tema já venha sendo discutido e trabalhado por outros pesquisadores em uma escala bem maior do que a do próprio turismo rural.

As contribuições voltadas ao âmbito social também merecem destaque, visto que esse estudo é direcionado a um caso específico, no qual existe a mudança da realidade de uma cooperativa, através da implantação de uma atividade complementar, nesse caso, o turismo rural cooperativo. Sendo assim, esse estudo ainda visa contribuir, através do modelo analítico proposto, com a própria sustentabilidade da nova cooperativa que está sendo criada: a cooperativa do turismo rural (contribuições no âmbito das organizações sem fins lucrativos).

Pelo exposto, essa pesquisa pretende colaborar de duas maneiras: na construção de mais uma abordagem da sustentabilidade em uma modalidade de turismo; e no entendimento da sustentabilidade do turismo rural cooperativo em Penedo-AL.

Assim, além dessa introdução, na qual estão expostos os aspectos metodológicos, optou-se pela organização dos capítulos dessa dissertação da seguinte maneira:

- No **primeiro capítulo**, são encontrados vários conceitos de turismo rural, levando o autor a entender os objetivos dessa modalidade turística. Através do contexto histórico dessa modalidade também é revelado o porquê da ênfase na dicotomia precisa entre o homem rural e o homem urbano. Esse capítulo ainda retrata aspectos do turismo rural no contexto brasileiro, destacando políticas direcionadas à implantação dessa atividade como complemento à geração de renda, e destacando o cooperativismo como uma oportunidade ao seu desenvolvimento.

- O **segundo capítulo** se refere aos aportes teóricos do termo sustentabilidade advindas das ciências biológicas e chegando às ciências sociais. Após resgatar o histórico da utilização desse termo, são apresentadas as contribuições advindas dos estudos organizacionais, nos quais as construções dos modelos analíticos são subsidiadas pelos objetivos das organizações; e da ciência da vida, na qual se requer o entendimento do funcionamento dos ecossistemas para que as organizações sejam sustentáveis.

- No **terceiro capítulo**, é apresentado um breve histórico da COOPENEDO, bem como algumas das características do seu território; e a caracterização do grupo de cooperados envolvidos com o turismo rural. Grupo este que irá formar uma nova cooperativa: a cooperativa do turismo rural. Ainda é descrito o Programa de Turismo Rural Cooperativo, incluindo os aspectos de sustentabilidade contidos nesse programa. E por fim, chega-se à reconstrução e integração das dimensões de sustentabilidade do turismo rural cooperativo em Penedo – AL.

- Após o capítulo de análise, chega-se ao **quarto capítulo**, no qual são apresentadas as considerações finais desse estudo. Tecem-se os principais resultados obtidos, relacionando-os à pergunta de partida e aos pressupostos estabelecidos no início desse trabalho; além de apontar as contribuições geradas e as limitações presentes na elaboração desse estudo.

1 O TURISMO RURAL COOPERATIVO

1.1 CONCEITUANDO O TURISMO RURAL

Assim como o turismo em geral engloba várias disciplinas, abrindo um leque de oportunidades voltadas para o seu estudo e a construção do seu corpo teórico, o conceito de turismo rural é muito extenso e pode ser dimensionado de diversas maneiras. Todavia, estudiosos e pesquisadores do turismo rural atentam para a complexidade existente tanto para o uso do termo (devido à sua ambigüidade, podendo ser confundido com outras formas de turismo no espaço rural), como para os efeitos negativos provocados nas comunidades rurais, citando a descaracterização da cultura local e o desgaste ambiental (SOLLA, 2002).

De acordo com a classificação oficial brasileira³, o turismo rural representa:

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 49).

Pensando em um complemento para o conceito acima, pode-se acrescentar aquele que foi apresentado na “Carta de Joinville”. Esta carta, elaborada a partir dos trabalhos apresentados durante o Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável realizado em 2004, expõe:

Turismo Rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida.

³ Considerado o marco conceitual durante a II Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF - 17 e 18 de novembro de 1998.

Por sua vez, Rodrigues (2000, p. 132) afirma que “uma atividade só pode ser caracterizada como turismo rural, quando existe a interação com o espaço rural” (seja cultural, econômica ou socialmente). E acrescenta que a interação cultural e social ocorre quando existe o contato entre turistas e moradores do local; e a econômica se dá quando há troca de produtos ou valores entre o estabelecimento ou o turista e as pessoas do local.

Vale acrescentar que o turismo rural também pode ser considerado um turismo do tipo ecológico, pois, segundo Barreto (1995, p. 119), a partir da definição da palavra ecologia – “estudo entre os seres vivos e o meio onde vivem, bem como suas recíprocas influências, o turismo ecológico é aquele que preserva o patrimônio, seja ele natural ou cultural”. A autora acrescenta que todo turismo deveria ser ecológico. Essa observação de Barreto (1995), parte da seguinte afirmação de Tulik (1990, p. 64): “[...] Meio ambiente não inclui apenas terra, água, ar, flora e fauna, mas engloba, também, o povo, suas criações e as condições sociais, econômicas e culturais que afetam suas vidas”. Sendo assim, o turismo rural também seria um turismo ecológico, desde que estivesse comprometido com a preservação do ambiente natural local e sua cultura.

Nota-se, nas definições acima mencionadas, que a “interação do turista” com os elementos encontrados no espaço rural é uma característica determinante do turismo rural. A palavra interação, segundo as definições do Novo Dicionário Aurélio, implica na ação que se exerce mutuamente entre duas ou mais coisas, entre dois ou mais corpos, é uma ação recíproca. Dessa forma, as ações mútuas que acontecem no campo envolvendo o turista (cultivo de uma plantação, criação de animais, contato com os costumes, arte e culinária local, entre outras) devem contribuir com o resgate e a valorização do patrimônio cultural ou natural, muitas vezes esquecidos pelo próprio povo.

Em se tratando de interação, cabe acrescentar as observações de Chinoy (1975, p. 53-4) sobre o papel desta nas relações sociais:

Os homens somente vivem juntos e partilham de opiniões, valores, crenças e costumes, mas também interagem continuamente, reagem uns aos outros e modelam seu comportamento pelo comportamento e pelas expectativas alheias.

Mesmo que o turista fique pouco tempo no meio rural, através das interações entre este e as pessoas do local, haverá um partilhar de crenças e costumes. Ainda pode-se inferir que a vivência com a cultura rural, enfatizada na “Carta de Joinville”, é quem pode contribuir

com o resgate e/ou valorização desses patrimônios, elementos vistos no conceito de turismo rural do Ministério do Turismo.

Ainda sobre a classificação oficial brasileira, a “Carta de Joinville” e a definição de Rodrigues (2000); apesar de o turismo rural estar ligado à valorização da cultura local e natural, à geração de renda, e à promoção do lazer; outro aspecto dessa modalidade turística e que vai determinar se esta atividade pertence ao tipo rural é o seu **comprometimento com as atividades agropecuárias**. Não basta um caminho para trilha, um banho de rio, ou outra forma de lazer na zona rural, é preciso que a interação entre os visitantes e a comunidade rural fortaleça o compromisso com as atividades produtivas locais. Esse entendimento se relaciona com a abordagem de Garcia Cuesta (1996) citado por Solla (2002, p. 120), quando ele afirma que “em nenhum momento o turismo rural foi concebido como uma atividade alternativa, sempre se falou em seu papel complementar”.

Em concordância com as definições até aqui já vistas, Moletta (1999, p. 9) analisou o turismo rural sob a óptica de negócios, definindo-o como:

[...] uma atividade de lazer que o homem urbano procura junto às propriedades rurais produtivas, buscando resgatar suas origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local. Já para o homem do campo significa um meio para aumentar a sua renda mensal, de forma harmônica, valorizando sua propriedade e o seu estilo de vida.

Nessa primeira afirmação de Moletta, percebe-se que o turismo rural pode ser visto a partir de dois pontos referenciais: o homem urbano e o homem do campo. O primeiro valoriza algo que se perdeu ao longo das urbanizações, buscando através do contato com a natureza e das dinâmicas da vida no campo, o resgate de suas origens culturais. Por sua vez, o homem do campo, através do seu modo de vida, busca a valorização da sua cultura e o complemento da renda familiar.

Para confirmar o **comprometimento com as atividades agropecuárias**, a autora acrescenta que o ponto de destaque desse segmento é a convivência com a lida dos animais, trazendo o homem urbano para a rotina do homem do campo; e que o objetivo do turismo rural é agregar valor a atividade agropecuária existente no local (e não modificá-la). Várias oportunidades de aproveitamento do turismo rural podem ser apontadas, no entanto, quando essa modalidade de turismo é pensada como atividade principal do lugar e passa a ser projetada e desenvolvida como o turismo de massa, pode ficar sujeita aos riscos de destruição dos recursos naturais e à perda de identidades culturais.

Para entender essa dicotomia entre “o homem do campo” e “o homem urbano”, em um primeiro momento, recorreu-se aos escritos de Solari (1976), relativos à sociologia rural com base nos estudos de Sorokin e Zimmermann⁴. De acordo com Solari (1976, p. 5), a sociologia rural é um ramo da sociologia geral que tem por primeira tarefa fundamental descrever os traços relativamente constantes e universais das relações sociais no meio rural, e suas diferenças com relação ao meio urbano. Sobre essa descrição, esse autor afirma que “a sociologia rural se preocupa com aqueles aspectos que revelam a existência de certas leis gerais próprias da sociedade rural, que não ocorrem, ou ocorrem de maneira diferente no meio urbano”. Para apresentar os traços que diferenciam essas duas sociedades, Solari (1976, p. 6-9) utiliza os critérios ilustrados na obra de Sorokin e Zimmermann (1929), aqui sintetizados apenas os traços que permitem uma ingênua aplicação ao conceito de turismo rural (a ocupação, a diferença ambiental, e a interação social):

A ocupação: Na sociedade rural os indivíduos trabalham em atividades agrícolas, por isso sua população se encontra em relação direta com a terra, sendo a terra vista como a manufatureira das plantas e dos animais;

A diferença ambiental: A natureza das ocupações rurais faz com que os seres humanos dessa sociedade trabalhem ao ar livre (estreito contato com a natureza) em proporções maiores do que na maioria das ocupações urbanas (ambiente artificial);

A interação social: As relações face a face (primárias) ocupam uma menor proporção no sistema de todas as interações de um homem da cidade do que na de um homem do campo.

Porém, Queirós, em 1978 já atentava para as dificuldades que os cientistas sociais encontravam em estudar as diferenças existentes entre a sociedade rural e a urbana baseada nessa dicotomia tão precisa. A autora acrescenta o entendimento do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre sobre o aparecimento de estudos rurais na Europa e que guiou os estudos dos sociólogos brasileiros:

[...] historiadores, geógrafos, folcloristas, sociólogos tomam consciência da existência de um meio rural fundamentalmente diverso do urbano quando, como resultado da Revolução Industrial que processara, mais e mais se tornam diversos campo e cidade, com o predomínio da indústria sobre a agricultura, da cidade sobre o campo, e da invasão do campo pela máquina (QUEIRÓS, 1978, p. 47).

⁴ SOROKIN P. A.; ZIMMERMANN, C. C. *Principles of rural urban sociology*. Nova York, Henry Holt, 1929.

Houve uma reconfiguração nesses espaços na dimensão temporal, impulsionado pela própria dinâmica social, na busca do crescimento econômico, e que fora intensificado pela velocidade presente em um mundo cada vez mais globalizado. E aquela dicotomia tão precisa também passa a ser reconfigurada de acordo com o tipo de relação campo-cidade, na qual o desenvolvimento e a inserção tecnológica passam a atuar como forças nessa relação.

Agora, retornando ao turismo rural e ao recuar na história dessa atividade, pode-se entender o porquê de alguns conceitos enfatizarem tanto essa dicotomia. De acordo com Solla (2002, p. 113), mesmo supondo que o turismo ainda não nascera, na Grécia e em Roma, o espaço rural recebia com frequência grupos urbanos em busca de descanso. Por volta do século XIX, e coincidindo com a consolidação do sistema capitalista, um dos primeiros indícios de atividades que se pode considerar como turística no espaço rural é o deslocamento das classes altas para o campo e para a montanha, em busca das condições saudáveis que ali encontravam. Em relação a esses visitantes, Solla acrescenta que:

Os velhos emigrantes que nunca perderam o contato com suas terras de nascimento, que voltam periodicamente a esses lugares de origem por motivos pessoais; e a população urbana, de segunda, terceira ou subseqüentes gerações, que observa o meio rural com olhar menos afetivo e mais antropológico, cultural ou ecológico (Ibid, p. 114).

Diante dessa afirmação, pode-se dizer que apesar das diferentes necessidades pelo deslocamento ao meio rural, esse espaço desperta e atrai os que procuram um encontro com o passado, o contato com a natureza e com outra cultura. Acrescenta-se que as razões para o turista urbano buscar o meio rural são diversas, tais como: a necessidade de encontrar a paz; a tranquilidade e o sossego (muitas vezes, perdidos na vida urbana de ritmo acelerado); a necessidade de conhecer aspectos culturais do campo; a necessidade de manter um maior contato com a natureza; de reencontro com a família; entre outras (RODRIGUES, 2000; SOLLA, 2002; MTUR, 2003).

Segundo Solla (2002, p. 115), diante das transformações tecnológicas ocorridas no meio rural (como a modernização do setor primário) e de possíveis semelhanças com o meio urbano (dependendo do desenvolvimento da região), o turista deste âmbito pode preferir lugares menos transformados e menos desenvolvidos. Desponta então, uma nova maneira de concebê-lo (Ibid, p. 117): turismo rural como gerador de renda das comunidades locais; pois, além de contribuir com a melhoria da situação econômica das comunidades, pode colaborar com a fixação do homem no campo, implicando na criação de ações voltadas para a defesa

dos valores patrimoniais (cultural, social, ambiental). Portanto, devido a essas mudanças e outros benefícios proporcionados por esse tipo de turismo, começaram a surgir programas para efetivar sua implantação no meio rural.

Interessados nos benefícios sociais e ambientais que o turismo rural poderia oferecer, alguns governos (no caso europeu) direcionaram políticas de ajuda intensa para o desenvolvimento desta atividade (Ibid, p. 120). Ao citar Keane (1997, p. 65), Tulik (2000, p. 63) lembra que no período pós-guerra, principalmente na Europa, o turismo rural passou a integrar políticas públicas que, associadas às ações e programas, a cargo de empresários, contribuíram para reanimar áreas rurais em declínio. Assim, o turismo rural (com custos de investimento relativamente baixos) passou a se distinguir dos outros modelos de turismo, onde a iniciativa privada ocupa lugar de destaque pela disponibilidade de capital.

Ainda em relação ao interesse do homem urbano pelo campo, vale acrescenta uma análise que o historiador Carl Schorske (2000) fez dos escritos de Adam Smith:

Smith sustentava que “cultivar o solo era o destino natural do homem”. Por interesse e por sentimento, o homem tendia a voltar à terra. O trabalho e o capital gravitavam naturalmente em torno do campo relativamente livre de riscos. Mas, acima de tudo, as satisfações psíquicas do agricultor superavam as do comerciante ou do industrial urbano. Aqui, Smith revela-se um inglês pré-romântico: “A beleza do campo, [...] os prazeres da vida campestre, a tranquilidade mental que promete, e onde quer que a injustiça das leis humanas não a perturbe, a independência que ela realmente permite tem encantos que mais ou menos atraem a todos”. A cidade estimulava, o campo satisfazia. Smith insistia em seus preconceitos psicológicos até mesmo à custa de sua lógica econômica, quando afirmava que o fazendeiro se considerava um homem independente, um senhor, enquanto o artífice urbano se sentia sempre dependente de seu cliente e, assim, não livre (SCHORSKE, 2000, p. 57).

Assim, o historiador conclui que, até mesmo esse grande defensor do *laissez-faire* e do papel histórico da cidade expressava esse sentimento nostálgico pela vida rural.

Diante do exposto e tendo em vista à construção do modelo analítico desse trabalho, aceita-se como turismo rural: o conjunto de atividades complementares às atividades agropecuárias, no qual são percebidas as ações recíprocas entre visitantes e comunidades rurais, no sentido de resgatar e valorizar o patrimônio natural e cultural do local, promovendo o entendimento do funcionamento dos ecossistemas desse âmbito. Esse entendimento dos ecossistemas está baseado, em um primeiro momento, nas considerações levantadas por Barreto (1995) sobre a aceitação do turismo rural como um turismo ecológico; depois, no segundo capítulo dessa dissertação, a discussão será aprofundada mediante as contribuições advindas da ciência da vida. No seguinte item, será apresentado como o turismo rural

acontece no Brasil e como essa atividade pode ser organizada a fim de atender aos requisitos apontados nos conceitos vistos até agora.

1.2 O TURISMO RURAL NO BRASIL

Segundo o documento oficial que determina as diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, esse novo segmento turístico se encontra em fase de expansão no país por duas razões:

[...] a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

As justificativas para tal expansão estão de acordo com os benefícios já apresentados por Solla (2002) e Tulik (2000); e com o próprio conceito de turismo rural definido pelo Ministério do Turismo, conforme item anterior.

Esse documento com as diretrizes foi criado no sentido de preencher as lacunas inerentes ao início desta atividade no país, tais como: pouco envolvimento das iniciativas públicas e privadas, voltadas à promoção e fomento do desenvolvimento dessa atividade; a ausência de consenso sobre a conceituação de Turismo Rural, a falta de critérios, regulamentações, incentivos e informações orientadoras aos produtores rurais; e das recomendações da Carta de Santa Maria⁵: “que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo rural”.

No escopo do próprio documento, estão listados os encontros que antecederam sua concepção:

a) I e II Oficinas de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF (julho e novembro de 1998);

⁵ Carta elaborada durante o I Congresso Internacional de Turismo Rural, na cidade de Santa Maria – RS, maio de 1998. Seu texto e o das demais cartas elaboradas durante os congressos subsequentes estão disponíveis no site da Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR: Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr>>

b) Audiência Pública na Câmara dos Deputados para validação do conceito e da proposta das diretrizes. Brasília/DF - 14 de março de 2000;

c) Oficina Nacional de Turismo Rural. Brasília/DF - 2 a 4 de abril de 2001;

d) Oficinas Regionais de Turismo Rural: Nos anos de 2001 e 2002;

f) Estudos e proposições do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP: Brasília/DF – 2001 a 2003.

Segundo os dados preliminares relativos aos números de propriedades rurais brasileiras com atividades turísticas, apresentados pela Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR, em todas as regiões do país existem propriedades desenvolvendo tal atividade (vide Tabela 1). Do total apresentado, mais da metade estão situadas na região sudeste. Ainda segundo essa mesma pesquisa da ABRATURR (2006), o estado de Minas Gerais é o que possui o maior número de propriedades desenvolvendo o turismo rural (1.147); já no nordeste, quem lidera é o estado da Bahia (222), com destaque para os sítios, as fazendas de eventos, e as manifestações folclóricas. Vale destacar que no estado de Minas Gerais, encontram-se muitas fazendas, em sua maioria, centenárias que se transformaram em hotéis, nos quais são valorizadas as atividades que contribuem com o ambiente bucólico da região, quais sejam: visitas às cachoeiras e montanhas, provar o sabor do leite ao pé da vaca, o passeio a cavalo, a culinária local (esta, valorizando o cheiro da lenha queimando ao fogão), entre outras.

Tabela 1: Número de propriedades desenvolvendo o turismo rural nas regiões do país

Região	Nº de Propriedades	Percentual
Norte	176	3,62
Nordeste	436	9,05
Centro oeste	588	12,12
Sudeste	2.706	55,78
Sul	942	19,41
Total	4.851	100,00

Fonte: ABRATURR (2006). Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr/>>.

Outros dados desse mesmo levantamento, agora relativos à produção voltada ao turista (em 68% das informações obtidas), revelam que: 37% produzem hortaliças, frutas e grãos; 58% lidam com animais de pequeno, médio ou grande porte; 29% possuem agroindústria artesanal (embutidos, queijos, entre outros); e 75% comercializam artesanato local (próprio de vizinhos ou típicos da região). Esses dados demonstram que o turismo rural está ligado à atividade produtiva do local.

No Brasil, embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum, apenas há pouco mais de vinte anos passou a ser considerada uma atividade econômica e caracterizada como Turismo Rural. Esse deslocamento para áreas rurais começou a ser encarado com profissionalismo na década de 80, quando algumas propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

Com a finalidade de orientar os gestores dessas propriedades e de comunidades que desenvolvem o turismo rural, as sete diretrizes elaboradas pelo Ministério do Turismo abrangem o ordenamento da atividade (diagnósticos); a disseminação desta através de uma rede de informação; a articulação, envolvendo o estabelecimento de convênios, acordos e parcerias interinstitucionais e intersetoriais; os incentivos advindos da simplificação dos processos de concessões de crédito e de ações que impliquem na promoção e comercialização de produtos e serviços; a capacitação; o envolvimento das comunidades, abrangendo o planejamento do desenvolvimento territorial de forma integrada e participativa; e a implantação de infra-estrutura.

Ainda segundo o documento oficial, o desenvolvimento do turismo rural envolve

[...] a sociedade civil organizada, o poder público e a iniciativa privada, com ênfase na participação das associações, das cooperativas, dos conselhos de turismo, das instituições de ensino, pesquisa e extensão, do Sistema “S”. A partir desse arranjo institucional devem ser identificados os principais setores, segmentos e atores direta e indiretamente envolvidos com a atividade turística no meio rural nos territórios, para a consolidação de grupos representativos que encontrem nestas diretrizes o direcionamento para ações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

Para um melhor entendimento dos conceitos de turismo rural até agora apresentados, no Quadro 1 são descritos alguns termos inerentes à essa atividade turística, segundo o Ministério do Turismo (2003).

Termos	Abrangência
Atividade turística no meio rural	Ofertas de serviços, equipamentos e produtos de: hospedagem; alimentação; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; e outras atividades adicionais, desde que sejam realizadas no âmbito rural e constituam motivo de visitação.
Meio rural	Baseado na noção de território, onde os elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial se manifestam na valorização da ruralidade, da produção com qualidade, da paisagem, da biodiversidade, da cultura comunitária, do modo de vida, da lógica familiar e da identificação com os ciclos da natureza.
Comprometimento com a produção agropecuária	Representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida de cada população rural.

Cont.

Agregação de valor a produtos e serviços	Constitui a valorização de práticas comuns à vida campesina (manejo de criações, manifestações culturais); da paisagem; e da possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, através dos produtos <i>in natura</i> que podem ser oferecidos aos visitantes (conservas, produtos lácteos, refeições e outros).
Resgate e promoção do patrimônio cultural e natural	Abarca a contemplação dos fatores culturais, por meio do resgate de práticas regionais e a preocupação em primar pela conservação do ambiente natural.

Quadro 1: Termos e abrangências do turismo rural.

Fonte: Ministério do Turismo (2003).

Os termos apresentados no quadro acima convergem com o conceito exposto pela Carta de Joinville, uma vez que existem indicações de noção de território, ou seja, para que exista turismo rural é preciso que esta atividade aconteça no meio rural. Outro ponto convergente entre os termos do Quadro 1 e o conceito exposto nessa Carta pode ser percebido através das indicações relacionadas à vivência dos visitantes na cultura rural (visão antropológica). Quanto ao aspecto socioeconômico, mais especificamente quanto ao caráter complementar às atividades agropecuárias, percebe-se que há concordância com os conceitos apresentados no item anterior: Rodrigues (2000) que destaca as trocas de produtos ou valores entre o estabelecimento ou o turista e as pessoas do local; Moletta (1999) que vê o turismo rural como um meio para aumentar a renda mensal do homem do campo; e Garcia Cuesta (1996) que enfatiza claramente esse caráter complementar.

Sobre o meio rural, acrescenta-se que durante muito tempo considerou-se o rural como o oposto do urbano, mas hoje com as estreitas inter-relações existentes entre esses dois âmbitos, torna-se difícil manter tal posicionamento; principalmente quando se trata de espaços com maiores densidades populacionais (como na França, por exemplo). Já no Brasil, devido à sua imensidão territorial e às dificuldades de acesso a muitas regiões se percebe a manutenção das singularidades desses dois espaços (SOLLA, 2002, p. 116).

A partir do documento oficial com as diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, surge o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (2003). De acordo com esse Programa, o turismo rural na agricultura familiar é entendido como

[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, disposto a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem

estar ao envolvidos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, S/d, p.8)⁶.

A pretensão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com o Ministério do Turismo e demais parceiros é o trabalho de forma integrada, utilizando-se de toda atividade turística no meio rural como fator de mobilização nacional para proporcionar retorno financeiro e melhores condições de vida às comunidades rurais (Ibid).

Quando Andrade, Milani e Esteves (2006, p. 27-29) analisaram o significado e os riscos do Turismo Rural da Agricultura Familiar – TRAF como estratégia de desenvolvimento da região do sisal na Bahia, traçaram vários perfis para possíveis visitantes ao local, incluindo as respectivas estratégias turísticas para cada perfil: se o turista busca uma interação maior com atividades produtivas, trata-se uma estratégia de turismo rural; para o turista especialista em busca de pesquisa (antropólogo, sociólogo, etc.), seria uma estratégia de turismo científico; no caso do visitante buscar aprendizado ou ampliar seu conhecimento, poderia ser utilizado a estratégia do turismo pedagógico. Contudo, ao buscar um perfil mais específico para o visitante da região estudada, os autores atentaram para um turista “visto quase como um antropólogo do turismo” e para as características do próprio turismo concebido na região “onde o produtor rural e a agricultura familiar não seriam considerados como atrações turísticas, mas deveriam ser valorizados o viés pedagógico e a ação cultural” (ANDRADE; MILANI; ESTEVES, 2006, p. 27-29).

Pode-se reafirmar que, segundo o Ministério do Turismo, este segmento turístico pode proporcionar inúmeros benefícios às comunidades rurais nas quais são implementados, tais como: complemento à renda; agregação de valor; resgate e valorização dos patrimônios cultural e natural; melhoria das condições de vida do campesino, reduzindo o êxodo rural; o reencontro dos visitantes com a suas origens e com a natureza; e a difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias. No entanto, como o próprio Ministério do Turismo (2003) “adverte”, questões negativas de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionadas, de modo geral, à sobrecarga da estrutura rural por um número elevado de visitantes e veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade. Esse é um aspecto que poderá interferir na sustentabilidade do turismo rural, portanto precisa ser considerado em qualquer projeto que visa desenvolvimento dessa atividade.

⁶ Esse conceito foi elaborado pela Rede TRAF, durante a Oficina Regional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, em Belo Horizonte – MG, no ano de 2003.

Um exemplo que pode demonstrar a relação entre os benefícios do turismo rural e os cuidados de sua implementação podem ser vistos na pesquisa realizada pelos professores Almeida, Pereira e Vecchiatti (2000, p. 204-207), apresentada do II Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Seu resultado mostra a realidade de quatorze propriedades rurais localizadas no município de Guararema/SP (região do Vale do Paraíba) que desenvolvem o turismo rural. Segundo esses pesquisadores, mesmo ainda sendo o início da incorporação dessa atividade turística no espaço rural, houve um aumento no número de empregos e poderá vir a estimular a atividade agropecuária local. Ainda nos resultados dessa pesquisa, observa-se nas respostas dos entrevistados uma preocupação com a conservação da paisagem e dos recursos naturais no meio rural, dentre os problemas que mais os preocupam estão: a contaminação dos peixes por fungos e doenças, o excesso do número de visitantes, controle da erosão, a manutenção da qualidade da paisagem rural, descarte de lixo, técnicas de manutenção da mata, entre outros.

Dito isso, soma-se ao conceito de turismo rural estabelecido no item anterior a noção de meio rural com suas características próprias, ressaltando o modo de vida diferenciado pelo pertencimento a uma coletividade de tamanho limitado, no qual se percebe a preservação da identidade camponesa e dos recursos naturais campestre. Em uma das políticas voltadas ao turismo rural no Brasil, o Programa de Turismo Rural Cooperativo (2002), nota-se a preocupação em capacitar profissionais do turismo visando o seu comprometimento com essas preservações. Nesse programa, também se percebe o cooperativismo como um meio oportuno para o desenvolvimento dessa atividade. É o que será apresentado no item a seguir.

1.3 COOPERATIVISMO: UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL

Uma vez que o objeto de estudo dessa pesquisa, a sustentabilidade no turismo rural, tem como base empírica uma das cooperativas filiadas ao sistema OCB/SESCOOP, convém considerar aspectos do cooperativismo (conceitos básicos), rever um pouco da sua origem, bem como apresentar os elementos norteadores que estão embutidos em seus ideais, valores e princípios.

Em dezembro de 1844, nasce a famosa *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*, na pequena cidade de Rochdale (Manchester, Inglaterra). Considerada a mãe das demais cooperativas, essa sociedade era composta por um grupo de 28 pessoas, na maioria operários de fábricas de tecelagem inglesas. Após trocarem idéias sobre seus problemas e aflições, esse grupo resolveu encontrar solução através da ajuda mútua e da solidariedade, criando um “armazém cooperativo” para atender as necessidades de seus membros com estoques de produtos alimentícios e de consumo domésticos, ou outro que surgisse de acordo com a necessidade deles (SINGER, 2002; CANÇADO, 2004; MENEZES, 2005).

Ainda nesse período que antecede o nascimento da considerada primeira cooperativa, destaca-se a importância do pensamento e atitudes de Robert Owen, o qual nas primeiras décadas desse mesmo século encabeçou uma série de empreendimentos “pré-cooperativistas”, entre eles está a elaboração e apresentação ao governo britânico do plano para a construção das Aldeias Cooperativas através do fundo de sustento aos pobres em 1817 (SINGER, 2002, p.24-26).

Ao perceberem que pessoas organizadas de forma cooperativa eram capazes de preencher as lacunas provocadas pela escassez tão presentes naquele período, a obra dos Pioneiros⁷ de Rochdale despertou a atenção de outros trabalhadores, de estudiosos, de governos, das igrejas cristãs e políticos (MENEZES, 2005, p. 89). Seu êxito provocou uma grande expansão do cooperativismo, em sua forma moderna, na Grã-Bretanha; e em 1881, o número de associados a cooperativas chegava a 547 mil e, em 1900, já eram 1.707 milhão (SINGER, 2002; CANÇADO, 2004).

Os pioneiros conferiram especial importância à **educação**, incluindo-a no primeiro escopo dos princípios cooperativistas. Eles entendiam que a educação poderia preparar o ser humano para a luta pela vida e para a cidadania, favorecendo o desenvolvimento constante das pessoas. Os pioneiros mais capazes e cultos ministravam conhecimentos escolares e formação comportamental para a vida dentro da sociedade e fora dela; formaram uma biblioteca; e em 1854, incorporaram aos estatutos a regra que determinava a separação de 2,5% das sobras para a educação. A educação também é considerada por Singer (2002) e Menezes (2005) uma herança owenista.

⁷ Entre os principais pioneiros estão: Robert Owen (1772-1858), Charles Fourier (1772-1837), William King (1786-1865), e Louis Blanc (1812-1882).

Para dar continuidade à obra dos Pioneiros de Rochdale, foi criada em Londres, no ano de 1895, a Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Sua missão está centrada em quatro principais objetivos: a) influir cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; b) ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas em nível nacional, reformando-o e/ou ajudando a criar organizações nacionais de cúpula para orientar as cooperativas; c) concentrar-se no desenvolvimento dos recursos humanos, em nível nacional e regional; d) mobilizar recursos, estimular agências de desenvolvimento para suporte das cooperativas e coordenar movimentos de assistência às cooperativas (PINHO, 2004, p. 69).

Em 1995, na comemoração do seu centenário (em Manchester, Inglaterra), a ACI além de reafirmar os valores de identidade que caracterizam as cooperativas, atualizou seus principais princípios, quais sejam:

1. *Adesão voluntária e livre*: as cooperativas são organizações abertas a participações de todos, sem discriminações de gênero, etnia, classe social, opção religiosa ou política;
2. *Gestão democrática*: as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos cooperados (com direito a um voto, independente do número de cotas);
3. *Participação econômica dos membros*: ou contribuição dos cooperados para o capital das cooperativas, sendo este controlado de acordo com decisão tomada em assembléia geral;
4. *Autonomia e independência*: a cooperativa é uma empresa autônoma controlada pelos cooperados, que são seus donos;
5. *Educação, formação e informação dos associados e do público em geral* sobre as vantagens do cooperativismo;
6. *Intercooperação*: as cooperativas devem manter intercâmbio entre si, em nível local, regional, nacional e internacional;
7. *Preocupação com a comunidade*: as cooperativas trabalham para o bem-estar da comunidade, através de projetos aprovados por seus membros (PINHO, 2004; SINGER, 2002; www.coop.org; <http://edu.coop.org>).

Segundo Valadares (2003) citado por Cançado (2004), podem ser identificadas quatro correntes teóricas cooperativistas: a social-cooperativa, a cooperativa-solidária, a cooperativista germânica, e a econômica ou norte-americana. A corrente social-cooperativa segue os preceitos da cooperativa de Rochdale e entende o cooperativismo como a terceira via entre o socialismo e o capitalismo; nesta corrente, o movimento cooperativo tem um caráter social-reformista. A corrente cooperativa-solidária prega a aplicação da solidariedade cristã como prática econômica e política. A corrente cooperativista germânica, também conhecida como Teoria de Münster, entende o cooperativismo como um complexo fenômeno social com variáveis sociais, psicológicas, ideológicas e econômicas, voltado para a racionalidade econômica e com caráter empresarial. A corrente econômica ou norte-americana é uma reação às demais correntes, estando, porém, mais próxima da cooperativista germânica, esta corrente preconiza que a cooperativa é uma extensão da propriedade do cooperado e das novas formas de organização empresarial cooperativa, conhecidas como ‘cooperativas de nova geração’ (VALADARES, 2003 apud CANÇADO, 2004).

Outro aspecto a ser relacionado com os temas do segundo capítulo é a chamada **identidade cooperativa**. Quando Menezes trata desse assunto, ele destaca que as cooperativas não podem ser confundidas no amplo conjunto das estruturas sociais e das economias; e que seu ponto de diferenciação não está limitado ao símbolo dos “dois pinheirinhos”, inscritos nos papéis e letreiros das cooperativas, mas pelo **organismo vivo** que a cooperativa representa, pela sua filosofia, pelo modo de agir de seus membros e pela **sua finalidade**.

Ao definir a identidade cooperativa, Figueredo (2000, p. 80) a entende como:

Princípio cooperativo que identifica o fim visado pelo empreendimento com o da clientela associada. Em todos os casos, o fim da cooperativa se identifica com o dos cooperados, funcionando a sociedade como instrumento de satisfação das necessidades pessoais (comuns) e empresariais dos cooperados. Os negócios jurídicos que a cooperativa realiza internamente com seus membros para organizar e incrementar a situação econômica rege-se por esse princípio. A cooperativa visa servir o cooperado para melhorar sua posição econômica e este se serve da cooperativa para o mesmo fim.

Contudo, essa identidade cooperativa não tem sido detectada no “DNA” de muitas cooperativas. Segundo Menezes (2005, p. 99), uma soma de deficiências, de “oba-oba”, de improvisações desde sua constituição, são os resultados advindos de uma cooperativa sem identidade. Esse autor desenha o retrato de uma cooperativa sem identidade: “cooperativa

com todos os requisitos formais – atas, livros legais, arquivamento na junta comercial, etc -, porém sem alma de cooperativa”. É uma cooperativa onde não existe a unidade de propósitos, visando o bem-estar de seus cooperados; e muitas vezes distorcem a razão de ser do cooperativismo, aproveitando-se das vantagens do próprio sistema. Menezes cita vários exemplos de problemas desse tipo, entre eles se encontra o caso de muitas cooperativas de trabalho, que funcionam como uma espécie de “captadoras” de mão-de-obra para cedê-las a organizações públicas ou privadas; além das que são constituídas por trás das “máscaras” dos discursos políticos como a promessa “salvadora da pátria” para as pessoas de baixa renda.

É pertinente lembrar que o evento em Manchester veio para fortalecer a identidade cooperativa, e o documento emitido nessa ocasião contém os conceitos basilares que demarcam a identidade cooperativa, ressaltam o papel das cooperativas no mundo, traçam o caminho para o desenvolvimento, e alertam os gestores e os membros dos quadros sociais; servindo de guia para os cursos de educação cooperativista e processos de autogestão. No Brasil, em 1998, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e no artigo 1º de seu regimento interno consta seus principais objetivos: o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados em todo o território nacional (PINHO, 2004; MENEZES, 2005). Muitos dos cursos ministrados pelo SESCOOP visam resgatar e/ou fortalecer a identidade cooperativa nessas organizações.

No início do século XX, o cooperativismo chega ao Brasil através dos imigrantes europeus, tomando a forma de cooperativas de consumo na cidade e de cooperativas agropecuárias no campo. As cooperativas de consumo sofreram com o impacto do crescimento das redes de hipermercados no mercado, ocasionando o fechamento da maioria destas. Por sua vez, as cooperativas agrícolas se expandiram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais (SINGER, 2002; CANÇADO, 2004).

Em relação aos momentos históricos do cooperativismo no Brasil, vale destacar (PINHO 2004, p. 14):

1996 a 2002: internacionalização do cooperativismo brasileiro, fortalecimento das confederações de crédito, criação do Basicredi e do Bancoob, emergência da vertente cooperativista de economia solidária; [...] 2003 em diante: tendo em vista decisão do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, em julho de 2003, divulgou novas normas de constituição das cooperativas de crédito a fim de incluir a população de baixa renda incentivando a expansão do microcrédito cooperativo, a pluralidade de representação das cooperativas e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE).

Da mesma maneira como ocorrera em muitos países, as cooperativas no Brasil passaram a figurar como alternativa a geração de trabalho e renda após o agravamento da crise econômica e explosão de desempregos (ODA, 2003, p. 95). Isso pode ser confirmado através da evolução no número de cooperativas constituídas os anos de 1990 a 2006 (vide Gráfico 1).

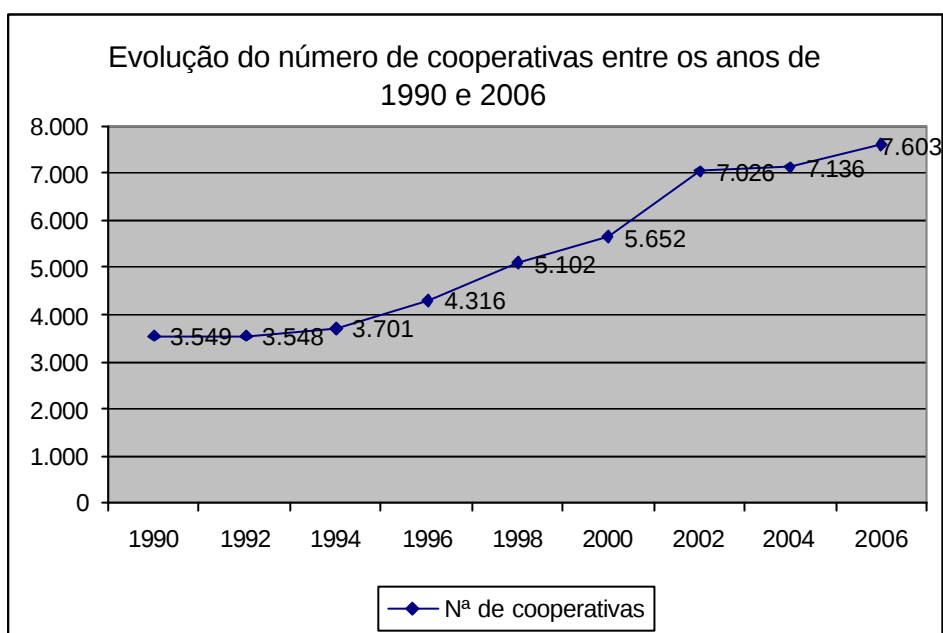


Gráfico 1: Evolução do número de cooperativas entre os anos de 1990 e 2006
Fonte: OCB

A linha do Gráfico 1 parece encontrar justificativa com o momento em que aconteceu o fortalecimento das confederações de crédito, a criação do Bansicred e do Bancoob, e o nascimento da vertente cooperativista de economia solidária, contribuindo para o aumento no número de cooperativas filiadas à OCB no período compreendido entre 1996 e 2002. Observa-se que a taxa de crescimento do número dessas cooperativas foi de 98% entre 1990 e 2002. Nos anos subsequentes, mais cooperativas foram somadas a esse montante. Outro fator que pode ter contribuído com esse aumento foram as políticas de inclusão da população de baixa renda, incentivando a expansão do microcrédito cooperativo e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE) no ano de 2003.

Na história do cooperativismo, pode-se perceber que essas organizações foram surgindo com propósitos específicos, quais sejam: abastecer seus membros de alimentos e outros bens de consumo, além de conceder-lhes crédito (primeiras cooperativas de consumo); conceder empréstimos destinados a financiar investimentos produtivos (primeiras

cooperativas de crédito); procurar ganhos em economia de escala (cooperativas de compra e venda); produzir bens e serviços a serem vendidos no mercado (as de produção); entre outros. Vale destacar que esse também foi o propósito das cooperativas do ramo agropecuário, exceto das cooperativas agrícolas onde grandes fazendeiros exploram pequenos proprietários. Ainda se perceber que a gênese do cooperativismo acontece em um contexto social marcado pela luta de trabalhadores que se organizavam visando o bem-estar do seu grupo (SINGER, 2002).

Uma cooperativa é a união de pessoas cujas necessidades individuais para o trabalho, para a comercialização ou para a prestação de serviços, e respectivos interesses sociais, políticos e econômicos que se fundem nos objetivos coletivos da associação. A principal diferença entre a cooperativa e uma empresa é a forma de decidir sobre os fins da organização. Na empresa, quanto mais capital investido, mais influência sobre as decisões se tem. Por sua vez, na cooperativa as decisões estão baseadas no mecanismo: “um homem um voto”. As decisões são tomadas em *assembleia geral de sócios*, na qual todos têm o mesmo poder, independente dos investimentos individuais. A *assembleia geral dos sócios* ocupa o primeiro lugar na estrutura básica de uma cooperativa, e abaixo desta está o *conselho fiscal*, que é o responsável por averiguar as decisões e ações administrativas e exercer a função de conselheiro da assembleia geral dos sócios (CRUZIO, 1999, p. 40).

Os cargos de conselheiros são ocupados obrigatoriamente por associados eleitos, porém o órgão máximo da cooperativa é a assembleia geral, onde todos os cooperados têm voz e voto, segundo os termos da lei do cooperativismo do Brasil, Lei 5.764/71 (CANÇADO, 2004; CRUZIO, 1999).

O Programa de Turismo Rural Cooperativo de 2002 estimulava a criação de cooperativas e associações a fim de que estas implantassem o turismo rural em suas comunidades. E atualmente, o sistema OCB/SESCOOP do estado de Alagoas propõe as cooperativas a ele filiadas esse tipo de atividade, aproveitando os caminhos definidos pelo referido programa.

Neste capítulo, a partir das definições de turismo rural descritos pelo Ministério do Turismo (2003), pela Carta de Joinville (2004), por Rodrigues (2000), Moleta (1999) e Solla (2002), percebeu-se que esta modalidade turística depende da interação entre dois indivíduos de perfis distintos (urbanos e rurais) e com interesses diferentes. É por meio dessa interação que acontece no âmbito rural, através do envolvimento do turista com as atividades do local, que os patrimônios natural e cultural podem ser valorizados. Diante dessa

observação, buscou-se entender as diferenças de ambos, recorrendo às abordagens da sociologia rural de Solari (1976), baseada nos estudos de Sorokin e Zimmermann (1929), no qual são descritos os traços constantes do meio rural e as principais diferenças com o meio urbano. A partir desse entendimento, para a construção do modelo analítico do presente trabalho, aceita-se como turismo rural: o conjunto de atividades complementares às atividades agropecuárias, no qual são percebidas as ações recíprocas entre visitantes (vindo do meio urbano) e comunidades rurais, no sentido de resgatar e valorizar o patrimônio natural e cultural do local, promovendo o entendimento do funcionamento dos ecossistemas existentes nesse âmbito. Esse conceito também pode ser percebido no Quadro 1, no qual são apresentados os termos e abrangências do turismo rural retirado das diretrizes do Mtur para a implantação dessa atividade no país.

Uma vez que o desenvolvimento do turismo rural acontece no meio rural, as cooperativas desse âmbito (agropecuárias, de turismo, entre outras) podem aproveitá-lo, não apenas como uma renda adicional, mas para fortalecer sua cultura e mostrar ao homem da cidade sua relação estreita com a Natureza. Uma política direcionada ao desenvolvimento do turismo rural por cooperativas e associações foi o que propôs o Programa de Turismo Rural Cooperativo de 2002. O modelo desse programa inspirou o sistema OCB/SESCOOP de Alagoas a implantar tal atividade em uma das cooperativas a ele filiadas. Por isso, também se buscou entender aspectos do cooperativismo, baseados nas abordagens de Singer (2002 e 2003), Cançado (2004), Pinho (2004), Menezes (2005), e Crúzio (1999). Os elementos do cooperativismo que entram na análise desse estudo de caso são os princípios cooperativistas e alguns aspectos de como as cooperativas gerenciam suas atividades.

O caso aqui apresentado revela que o cooperativismo pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo rural. Mas como desenvolver essa atividade, sem comprometer as gerações futuras, uma vez que o homem do campo possui uma estreita relação com a terra, de onde provém o seu sustento? É a partir dessa indagação que se recorre aos estudos de sustentabilidade: Como surgiu esse termo? Com ele é utilizado nos estudos organizacionais? Como aproveitar as abordagens da ciência da vida? Essas indagações serão respondidas no capítulo seguinte, a fim de relacioná-lo à realidade do turismo rural na cooperativa escolhida para esse estudo.

2 ENTENDENDO A SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E DIMENSÕES

2.1 ENTENDENDO OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE

Quando o ser humano desperta para as limitações dos recursos naturais, inicia-se uma proposta de mudanças em relação ao seu comportamento predatório, percebido no processo de ocupação do espaço geográfico ao longo da história. Se, de um lado, esta redescoberta introduz como premissa básica a “sustentabilidade” do comportamento humano, de outro, demanda medidas de controle e de ordenamento do portar-se humano, a fim de evitar crise ecológica de dimensões desconhecidas (MILANI, 1999). As primeiras discussões sobre sustentabilidade e respectivo marco teórico surge no campo das ciências ambientais e biológicas, mais especificamente na ecologia, articulando-se posteriormente com abordagens das ciências sociais.

No campo das ciências ambientais, sustentabilidade representa:

A qualidade de um sistema que é sustentável; que tem a capacidade de se manter em seu estado atual durante um tempo indefinido, principalmente devido à baixa variação em seus níveis de matéria e energia; desta forma não esgotando os recursos de que necessita (LIMA-E-SILVA et al, 2002, p. 223).

Nesse conceito, percebe-se a existência de um equilíbrio constante entre os elementos que compõem um sistema vivo. Essa abordagem será revista no segundo item deste mesmo capítulo, quando serão apresentadas as contribuições da ciência da vida para o estudo da sustentabilidade do turismo rural.

Do ponto de vista histórico, a evolução do debate da problemática do meio ambiente, na arena internacional, segundo Sachs (1993, p. 29), percorreu um longo caminho desde a memorável reunião de Founex (1971), convocada como parte do processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972, e

projetada para estimular as discussões sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Assim, diante da complexidade tanto dos desafios sociais como dos ambientais com os quais a humanidade passa a vivenciar, tanto o Relatório de Founex como a Declaração de Estocolmo de 1972 e a Declaração de Cocoyoc de 1974, transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, a fim de promover um desenvolvimento sócio-econômico eqüitativo, ou *ecodesenvolvimento*, que mais tarde foi chamado pelos pesquisadores anglo-saxões como *desenvolvimento sustentável* (SACHS, 1993).

Essas primeiras conferências incentivaram o surgimento de vários seminários sobre essa temática, que encontraram eco no Relatório de Brundtland (WCED, 1987), resultando na convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Eco-92, no Rio de Janeiro (SACHS, 1993, p. 30). É no Relatório de Brundtland que se encontra a referência mais difundida acerca da temática da sustentabilidade. De acordo com esse Relatório, “desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (SACHS, 2002; CAPRA, 2002; SANTOS, 2005).

Capra (2002, p. 238) afirma que esse conceito é uma espécie de admoestação moral de grande importância. Pois, lembra o ser humano de sua responsabilidade em deixar para filhos e netos um mundo dotado de tantas oportunidades quantas havia no mundo em que ele herdou. Todavia, o autor complementa que essa definição de sustentabilidade nada tem a dizer sobre como construir uma sociedade sustentável. É a partir daí que Capra (2002) sugere a chave de uma definição operativa da sustentabilidade, baseada no entendimento dos ecossistemas como pré-requisito para que as construções humanas sejam sustentáveis.

Após Brundtland, durante a Eco-92 (ou Rio-92), foram elaborados cinco documentos, assinados pelos chefes de estado e representantes, quais sejam: a Declaração do Rio, a Agenda 21, a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, a Convenção sobre Mudanças do Clima e a Declaração de Princípios da Floresta. Na lista de 27 princípios estabelecidos pela Rio-92, consta como primeiro princípio: “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Eles são designados a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a Natureza” (LIMA-E-SILVA et al, 2002, p. 207).

A Agenda 21 é o documento constituído de 40 capítulos que reúne o conjunto mais amplo de premissas e de recomendações sobre como as nações devem agir para alterar

seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e critica o atual modelo de desenvolvimento econômico; também levou vários países a iniciarem seus programas de sustentabilidade (BRASIL, 2000; SANTOS, 2005).

Em 1993, ao escrever sobre as estratégias de transição para o século XXI⁸, Sachs (p. 37) sugere cinco dimensões de sustentabilidade, a saber:

1) *Sustentabilidade social*, na qual a meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

2) *Sustentabilidade econômica*, esta se tornando possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas do critério de rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

3) *Sustentabilidade ecológica* (na relação entre humanos e demais sistemas vivos), que pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas:

- o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- a limitação do uso de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressiva ao meio ambiente;
- a redução do volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
- a intensificação da pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;
- a definição de normas para uma adequada proteção ambiental;

⁸ Versão resumida do documento de debate preparado pelo autor para o Simpósio de Haia sobre “Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Ação”, realizado em novembro de 1991. Esse documento foi originalmente publicado pela UNESCO em *Nature and Resource*, vol. 28, nº 1, 1992, sob o título *Transition st.*

4) *Sustentabilidade espacial*: que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase nos seguintes itens:

- o freio da destruição dos ecossistemas frágeis;
- a promoção da agricultura e da exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados;
- a criação de uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

5) *Sustentabilidade cultural*: incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da comunidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Já em sua obra *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Sachs (2002, p.86-88) expõe oito dimensões de sustentabilidade global (para cada país) com seus respectivos critérios no quadro abaixo.

Dimensão	Critério
Social	- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	- mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; - autoconfiança com abertura para o mundo.
Ecológica	- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	- respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	- configurações urbanas e rurais balanceadas; - melhoria do ambiente urbano; - superação das disparidades inter-regionais; - elaboração de desenvolvimento ambientalmente segura para áreas ecologicamente frágeis.
Econômico	- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - segurança alimentar; - capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; - razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; - inserção soberana na economia internacional.

Cont.

Político Nacional	- razoável nível de coesão social; - democracia; - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional.
Político Internacional	- eficácia do sistema de prevenção de guerra da ONU; - um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; - controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; - da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; - sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional.

Quadro 2: Critérios de Sustentabilidade.

Fonte: Sachs (2002, p. 86-88).

Complementando o enfoque da dimensão cultural apresentado nas dimensões acima, acrescentam-se outras afirmações do próprio Sachs (1997) utilizadas por Bellen (2005, p. 35-39): “A sustentabilidade cultural está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos”.

Mais uma inclusão ao quadro acima pode ser feita, agora em relação à dimensão econômica. Essa dimensão abrange alocação e distribuição eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada. O conceito de desenvolvimento sustentável, observado a partir da perspectiva econômica, enxerga o mundo em termos de estoque e fluxo de capital. Para este autor, essa visão não está restrita apenas ao convencional capital monetário ou econômico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos: o ambiental e/ou natural, o capital humano e o capital social (RUTHERFORD, 1997 apud BELLEN, 2005).

Mesmo apresentando as dimensões de sustentabilidade de maneira separada, Sachs (2002, p. 71) ainda trata da multidimenssionalidade desse fenômeno, afirmando que “muitas vezes, este termo é utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental, mas este conceito tem outras dimensões”. Ele explica que a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento (a probabilidade de que uma crise social aconteça, antecede a probabilidade de uma catástrofe ambiental); por conseguinte, após a sustentabilidade social, segue a sustentabilidade do meio ambiente. Ainda de acordo com Sachs (Ibid), a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, e não pode ser considerada como condição prévia para as anteriores, pois um transtorno econômico traz consigo o transtorno social, e conseqüentemente obstrui a sustentabilidade ambiental. Por sua vez, a sustentabilidade política é de soberana importância na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

Quando Sachs é citado por outros autores, o caráter dinâmico e multidimensional do conceito de sustentabilidade também é enfatizado. Essa ênfase é observada não apenas nas citações e observações desses autores quando estão discorrendo sobre esse tema, mas também pode ser percebida na construção de modelos analíticos para o estudo da sustentabilidade das organizações.

A partir da leitura dos escritos de Sachs (1993 e 2002), percebe-se que os critérios de sustentabilidade exposto do Quadro 2 vieram para complementar as cinco dimensões que o autor publicou em 1993 (social, econômica, ecológica, espacial e cultural). Ainda se observa que os critérios de sustentabilidade apontados pelo autor são direcionados para uma escala global. Todavia, nada impede que esses critérios sejam trabalhados e adaptados para estudos mais específicos, como no caso do estudo da sustentabilidade do próprio turismo rural, tomado como exemplo, a dimensão ambiental, na qual o planejamento e implementação desta atividade turística está relacionado aos aspectos ambientais, tais como a preservação da fauna e flora, o combate à poluição do solo e dos corpos de água existentes no local, e a produção do artesanato por meio de reciclagens.

A utilização das dimensões de sustentabilidade estabelecidas por Sachs (1993 e 2002) também auxiliam no estudo da sustentabilidade das organizações, as quais também são estabelecidas de acordo como os objetivos organizacionais, seja por meio da definição da missão, ou pela lógica da atividade fim que é desenvolvida. Essas abordagens dos estudos organizacionais serão vistas no item a seguir.

2.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A inclusão das contribuições dos estudos organizacionais acerca da sustentabilidade se deve ao fato da base empírica da presente pesquisa ser uma cooperativa, na qual está sendo implantado o turismo rural. Por isso, os casos aqui escolhidos estão relacionados à sustentabilidade de organizações civis sem fins lucrativos, cujos ciclos de vida não podem ser comparados aos ciclos de vida de organizações com fins lucrativos. Pois, em geral, apesar do funcionamento de ambas serem parecidos, diferenciam-se pelos objetivos que se propõe e pelos tipos alianças (ASHOKA, 2001). Isso não quer dizer que estudos

relacionados aos ciclos de vida de organizações com fins lucrativos, como no caso do livro de Adizes⁹ (1998), possam ser utilizados e adaptados para pesquisas dessa natureza, uma vez que a autora desenvolve uma curva representativa da vida das empresas comparando seus estágios às fases da vida do ser humano (namoro, infância, toca-toca, adolescência, plenitude, processos de envelhecimento e morte).

Isso posto, são apresentados aqui dois casos onde as dimensões da sustentabilidade foram tratadas de acordo as particularidades de cada um: “As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira (o caso Gapa-Bahia¹⁰)” e “A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária (pluralidade e interconexões de dimensões)”.

No primeiro caso, Santos (2005) constrói um modelo de análise baseado nas dimensões encontradas para o estudo da sustentabilidade do GAPA. Durante a construção desse modelo, a autora precisou desconstruir o senso comum associado à noção da sustentabilidade como um fenômeno exclusivamente financeiro; e diante do caráter multidimensional deste conceito, ela ainda conseguiu compor e entrelaçar tais dimensões, indo além da dimensão econômica. Nesse processo de desconstrução, Santos (2005) utilizou as observações do filósofo existencialista francês Jaques Derrida (2004) sobre como desarticular e desagregar os elos formadores de uma percepção comum já sedimentados culturalmente. A partir da leitura de autores que tratam da sustentabilidade no âmbito das OSCs e das entrevistas realizadas com os colaboradores e parceiros do GAPA, a autora identifica elementos que minguem a idéia de que a sustentabilidade da organização depende apenas do seu desempenho econômico-financeiro, tais como: as relações humanas, o preparo dos colaboradores, a sistematização do saber aprendido, entre outros. Após essa identificação, a autora inclui outras dimensões, tais como a técnica e a cognitiva, conforme pode ser observado na Figura 1. A inclusão dessas dimensões também está firmada na própria linha de atuação dessa organização, voltadas ao acompanhamento de políticas públicas, à educação para prevenção e à atenção a pessoas vivendo com HIV/aids.

⁹ ADIZES, Ichak. Os ciclos de vida das organizações: como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. São Paulo: Pioneira, 1998.

¹⁰ O **Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS - GAPA/BAHIA** se constitui como entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, que tem como objetivos promover estratégias educativas para a prevenção da AIDS, lutar contra a discriminação e condutas lesivas aos direitos humanos das pessoas com HIV/AIDS, reivindicar pela adoção de uma política de saúde eficaz, direcionada à AIDS no Brasil, assim como oferecer serviços de apoio às pessoas vivendo com HIV/AIDS e seus familiares (<http://www.gapabahia.org.br/princip.html>).

Em seu estudo, Santos (2005) ainda percebeu indicadores econômicos que denotam a sustentabilidade política, assim como indicadores cognitivos que indicam sustentabilidade técnica, dentre outros. Segundo a autora essa constatação decorre das multidimesões inter-relacionadas no estudo da sustentabilidade do GAPA-BA. Ou seja, existe uma inter-relação entre as dimensões estudadas e essa inter-relação foi o pressuposto que guiou a autora na construção do seu modelo.

S U S T E N T A B I L I D A D E	DIMENSÃO	CRITÉRIOS	INDICADORES
	Técnica	<i>Qualificação das pessoas que atuam na Organização</i>	Composição multidisciplinar* da equipe; Titulação dos membros da equipe; Tempo de atuação no movimento social organizado; Nível de produção técnica e metodológica; Nível de profissionalização da equipe.
		<i>Processo estratégico da Organização</i>	Realização de planejamento estratégico; Nível de participação da equipe no planejamento estratégico; Valorização das atividades-meio (de suporte).
	Cognitiva	<i>Produção, sistematização e difusão de saberes.</i>	Número de publicações sobre a temática da aids e temas correlatos; Produção e sistematização de outros saberes não diretamente relacionados à temática da aids; Participação em eventos para falar sobre a temática da aids e temas correlatos; Capacitações e consultorias ministradas (socialização de saberes).
	Econômica	<i>Mercantil</i>	Montante de produtos e serviços comercializados; Montante de recursos provenientes da comercialização.
		<i>Não Mercantil (Monetário)</i>	Número de Projetos Financiados e/ou parcerias estabelecidas; Montante de recursos provenientes dos financiamentos; Doações financeiras recebidas.
		<i>Não Monetária</i>	Número de voluntários; Serviços (apoio técnico) recebidos; Bens materiais recebidos.
	Social	<i>Emancipação cidadã</i>	Participação do público beneficiário na construção do projeto organizacional.
		<i>Difusão da missão</i>	Continuidade/difusão do projeto social, sendo conduzido por outros atores.
	Política	<i>Legitimidade</i>	Reconhecimento e respeitabilidade do Gapa-Ba pelo público externo; Engajamento do público interno; Proximidade com o público beneficiário; Cumprimento da missão; Compromisso de diferentes setores sociais com a manutenção do projeto da organização; Constituição de programas conceitual e metodologicamente embasados; Constituição de programas com capacidade de interferir em uma dada realidade; Número de voluntários atuando na organização; Titulações, registros e premiações; Participação em fóruns, conselhos e associações.

Figura 1: Matriz-referencial das dimensões de sustentabilidade do GAPA-BA.

Fonte: Santos (2005)

Uma segunda contribuição dos estudos organizacionais voltados à questão da sustentabilidade é a pesquisa realizada por Reis e Meira (2005): A sustentabilidade em

empreendimentos de economia solidária¹¹. O estudo dessas autoras, em caráter exploratório, apresenta um quadro analítico para o estudo da sustentabilidade aplicado a uma cooperativa de um bairro periférico de Salvador: a Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce - COOPAED), que fornece alimentos para eventos e mantém três cantinas em duas unidades da Universidade Salvador (UNIFACS).

Apesar do objeto de estudo de Reis e Meira (2005) ser diferente daquele apresentado por Santos (2005), a abordagem destas ainda recorre a uma desconstrução do entendimento convencional do fenômeno econômico que reduz a sustentabilidade ao princípio mercantil e destacam a preocupação com a apreensão das dimensões social e política presentes na “vida” dos empreendimentos de economia solidária, encontrando fundamento teórico no entendimento da antropologia e sociologia econômica (vide Figura 2).

Ao comparar os dois modelos, nota-se que as dimensões econômicas, política e social são comuns à análise da sustentabilidade de ambos. Outro ponto de interseção encontrado nos dois casos é a abordagem de França Filho e Laville (2004) para análise de sustentabilidade econômica em organizações de economia solidária. França Filho e Laville (2004) reorganizam o pensamento de Karl Polany (2000), o qual se percebe a constituição da economia mercantil associada ao cálculo utilitário, à redistribuição, à reciprocidade e à domesticidade; e aproximam a existência de três formas de economia: a) uma economia mercantil, baseada nos princípios de mercado auto-regulado com predominância da lógica utilitária para o valor do bem trocado; b) uma economia não mercantil, fundada no princípio da redistribuição, destacando o papel do Estado como ator central nessa redistribuição; c) uma economia não monetária, fundada no princípio da reciprocidade e da domesticidade, valorizando a consolidação dos laços sociais.

¹¹ Singer (2002) considera a economia solidária como modo de produção alternativo ao modelo capitalista e relaciona seu nascimento ao movimento cooperativo. Para ele, a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial com a difusão da utilização de máquinas na produção, gerando o empobrecimento dos artesãos.

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES
Econômica	Mercantil	Venda produtos/serviços
	Não mercantil	Subsídios governamentais (nível institucional)
		Subsídios não governamentais (nível institucional)
		Doações monetárias (nível individual)
	Não monetário	Trabalho militante
		Doações não monetárias (móveis, equipamento, utensílios)
		Assessoria técnica (contábil, legal, gestão)
		Qualificação profissional, técnica e gerencial
		Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
		Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)
Social	Construção do vínculo associativo	Natureza do vínculo / padrão de sociabilidade
		Grau de coesão social
Política	Nível interno	Grau de democracia interna
		Grau de comprometimento
		Capacidade efetiva de gestão (habilidade técnica/gerencial e acesso a tecnologia)
		Controle dos meios de produção
	Nível institucional	Existência de ação pública
		Nível de articulação de redes
		Grau de autonomia institucional

Figura 2: Quadro analítico para análise da sustentabilidade
 Fonte: Reis e Meira (2005)

Ainda é comum aos dois trabalhos a observação da importância dos aspectos econômicos quando se busca a geração de emprego e renda na consolidação de empreendimentos, porém haverá influência dos aspectos sociais e políticos em sua gestão e sustentabilidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; SANTOS, 2005; REIS; MEIRA, 2005). Ao observar os dois quadros analíticos para a sustentabilidade nas organizações estudadas, além dos aspectos econômico, social e político, Santos (2005) inclui em seu modelo as dimensões técnica e cognitiva. Segundo Santos (2005), a inserção dessas duas dimensões encontra respaldo na própria gestão estratégica do GAPA, incluindo o conceito e formulação da sua missão institucional, que está relacionada ao desenvolvimento de estratégias educativas de prevenção à aids; ao desenvolvimento de ações políticas voltadas ao controle dessa epidemia, e à assistência aos familiares e aos portadores do vírus e da doença.

Uma vez que o objeto de estudo de Reis e Meira (2005, p. 5) se refere a uma organização no âmbito da economia solidária, as autoras entendem a sustentabilidade como “a

capacidade que as organizações têm de se manter em funcionamento cumprindo os objetivos a que se propõem, em consonância com a filosofia da economia solidária”. A economia solidária, considerada como um modo de produção alternativo ao modelo capitalista e relacionada ao movimento cooperativo; tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada e o direito à liberdade individual; produzindo numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica; e resultando na solidariedade e na igualdade entre os envolvidos (SINGER, 2002; REIS; MEIRA, 2005). Sendo assim, as autoras ainda acrescentam que a sustentabilidade desses empreendimentos não está relacionada apenas ao seu resultado financeiro exclusivamente ou com a capacidade de gerar receita dentro da organização que seja suficiente para cobrir os custos operacionais e obter sobra, mas também com o resultado político e social das suas ações.

Em relação à **dimensão social**, no quadro elaborado por Reis e Meira (2005), esta dimensão possui como indicador a *construção do vínculo associativo*. Sendo este indicador relativo à maneira como as pessoas se relacionam dentro da organização. E, segundo as autoras, esse vínculo é o que distingue os empreendimentos da economia solidária (vínculo pessoal, comunitário) das empresas capitalistas, onde prevalecem as relações impessoais. Por sua vez, Santos (2005, p. 125) aponta como critério da sustentabilidade social *a participação do público beneficiário na construção do projeto organizacional e a difusão da missão deste*. Segundo a autora, esta dimensão é percebida nas “relações que se estabelecem no processo construtivo e no momento posterior, quando se pretende difundir, o mais amplamente possível, o projeto social da Organização, enraizando a sua causa na comunidade”.

A sustentabilidade política também é comum aos dois casos, porém estudadas de maneira distintas. Enquanto a análise de Reis e Meira (2005) está baseada nas relações internas e externas que permeiam a dinâmica da autogestão (relacionadas com a ideologia da Economia Solidária), a dimensão política da sustentabilidade incluída no modelo de Santos (2005) está baseada na legitimidade conferida ao Gapa-Ba para se posicionar e lutar pela causa da aids.

Ao comparar as dimensões sociais estabelecidas nos dois casos, percebe-se que os critérios estabelecidos por Reis e Meira (2005) são os que mais se relacionam com os critérios de sustentabilidade social estabelecidos por Sachs (1993, 2002), mais especificamente quando é enfatizada a “distribuição de renda justa e trabalho autônomo com qualidade de vida

decente”, indicadores percebidos nas organizações de economia solidária, nas quais, segundo as autoras, prevalecem o vínculo comunitário, e que segundo Singer (2002), resulta na solidariedade e igualdade de todos os envolvidos.

Assim, ao fazer essas comparações das dimensões de sustentabilidade nos dois casos, percebe-se que, em ambos, as escolhas das dimensões foram direcionadas pelos próprios objetivos organizacionais, os quais transcendem os aspectos relacionados ao retorno econômico-financeiro. Não que as dimensões econômicas perdessem seu valor, de forma alguma, mas fazem parte de um conjunto de fatores que também dão sustentação aos objetivos das organizações. Após o entendimento da construção desses dois modelos e ao tentar adaptá-los à realidade do turismo rural, sentiu-se a necessidade de incluir outras abordagens que dessem respaldo às dimensões ambiental e sócio-cultural, visto que a própria definição e objetivos do turismo rural pedem a inclusão dessas dimensões. A partir dessa constatação, buscou-se entender a sustentabilidade a partir da ciência da vida, que leva a compreensão da realidade iniciando pelo entendimento do mundo biológico. É o que será visto no item a seguir.

2.3 A ABORDAGEM DA CIÊNCIA DA VIDA

Grandes contribuições aos estudos da sustentabilidade, seja ela voltada ao desenvolvimento local ou a vida de empreendimentos, podem ser encontradas na abordagem da ciência da vida. Esse tipo de abordagem pode ser encontrado na obra *Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável*, do físico e teórico de sistemas Fritjof Capra (2002).

Ao explicar as conexões e sistemas complexos geradores e sustentadores da vida e da sociedade humana, este autor divide sua obra em duas partes. A primeira tratando mais especificamente da natureza da vida, da mente e da consciência, e da realidade social. Na segunda parte do livro, através de temas distintos, Capra aplica a teoria dos sistemas vivos à administração das organizações humanas, ao comportamento e impacto da atuação das redes do capitalismo global, e à reação da sociedade mundial diante do seu atual estado de não preservação dos ecossistemas. No conjunto dessa obra, percebe-se uma nova compreensão da vida através do pensamento sistêmico e da teoria da complexidade integrada a uma estrutura

conceitual que abarca as dimensões biológicas, cognitiva e social. Em 2003, durante uma palestra¹² sobre seu livro, Capra complementa que estende a abordagem dos sistemas para os domínios social e cultural e busca aplicá-la a alguns dos tópicos mais relevantes dos tempos atuais. Nos parágrafos que se seguem, serão apresentadas algumas das abordagens do trabalho desse autor, uma vez que o modelo analítico construído para esse estudo de caso foi readaptado a partir da abordagem da ciência da vida, com ênfase para a educação ecológica.

Ao mapear o caminho feito por Capra para se chegar ao conceito de sustentabilidade, percebe-se, logo de início, a tentativa de se explicar a realidade social, entendendo primeiramente, como funcionam os sistemas vivos, partindo de uma perspectiva estritamente científica: “a vida como um fenômeno biológico”. Para justificar este caminho analítico, Capra (2002, p. 21) aponta que “a própria realidade social evoluiu a partir do mundo biológico”. O autor traduz a importância das células na constituição da grande variedade de organismos vivos existentes, e após uma longa explicação sobre o funcionamento do metabolismo celular, complementa que esses organismos não podem viver isoladamente, e cita o exemplo do controle da biosfera e preservação da vida através do **atendimento e intercâmbio das necessidades** energéticas entre animais, vegetais e outros microorganismos.

Sobre esse ambiente perpetuador da vida, o autor destaca que uma das características que garante a vida celular é o seu **metabolismo**, em relação a esse aspecto sustentador da vida, seguem as palavras da microbióloga Lynn Margulis (1998, p.63) citada em Capra (Ibid, p. 26):

O metabolismo, a química incessante da autoconservação, é uma característica essencial da vida [...] Através do metabolismo perene, através dos fluxos contínuos e energéticos, a vida continuamente produz, repara e perpetua a si mesma. Só as células e os organismos compostos de células fazem metabolismo.

A partir do metabolismo como um fator sustentador da vida celular, Capra (Ibid, p.27) aponta para outro aspecto inerente ao processo metabólico: **as transformações encadeiam-se numa rede química**. Assim, os organismos são concebidos como redes de células, órgãos e sistemas orgânicos; e as células, como rede de moléculas. No entanto, para aplicar essa compreensão da natureza da vida à dimensão social do ser humano, o autor afirma que é preciso **incluir fenômenos pertencentes ao domínio da consciência e da cultura, dando início à compreensão da dimensão cognitiva da vida**.

¹² A palestra sobre o livro conexões ocultas, realizada em São Paulo, no ano de 2003, está disponível em: http://www.ecoar.org.br/novo/download/palestra_capra.pdf.

Na busca pela inclusão da mente e da consciência na dimensão social, o autor (Ibid, p. 49) se afasta do entendimento da natureza defendida por René Descartes¹³; afirma que “o avanço decisivo da concepção sistêmica foi o de ter abandonado a visão cartesiana da mente como uma coisa, e de ter percebido que a mente e a consciência não são coisas, mas processos”; e opta pela teoria da cognição de Santiago, para explicar como se dá o processo de conhecimento (cognição) nas redes vivas. Essa teoria identifica a cognição como o processo de viver, onde o processo é a própria vida. Seguem algumas das interpretações dessa visão, sintetizadas a partir das explicações do autor:

- a) As interações de um organismo com o seu ambiente são interações cognitivas;
- b) A vida e a cognição não se separam;
- c) A cognição também inclui a percepção, as emoções e o comportamento;
- d) O sistema vivo se liga estruturalmente ao seu ambiente, desencadeando mudanças e alterando o seu comportamento futuro, mas conservando sua identidade, seu padrão de organização;
- e) O sistema que se liga ao ambiente através de um vínculo estrutural é um sistema que aprende e as mudanças estruturais do sistema constituem atos de cognição;

Sobre essa última característica, o autor esclarece que a ocorrência dessas mudanças estruturais (seguidas de uma adaptação, um aprendizado e um desenvolvimento contínuo de ambos) é uma das particularidades de todos os seres vivos; e que a cognição não é uma representação de um mundo que existe por si, mas se constitui na contínua produção de um mundo através do processo de viver.

Mais adiante, o autor retrata o papel das redes de comunicação nas organizações humanas, concordando em parte com a teoria da “autopoiese social” do sociólogo Niklas Luhmann¹⁴, na qual as redes de comunicação são formadas a partir da produção e reprodução recorrente de comunicação dentro dos sistemas sociais. Cada comunicação cria pensamentos e um significado que dão origem a outras comunicações, produzindo um sistema comum de crenças, explicações e valores (um contexto comum de significados), que é continuamente sustentado com novas comunicações. Através desse contexto de significado, cada indivíduo

¹³ Filósofo do século XVII que explicou a concepção da natureza a partir da cisão conceitual entre mente e matéria.

¹⁴ Sociólogo e teórico da “autopoiese social”, na qual a noção de autopoiese pode ser aplicada ao domínio social e formulada de maneira rigorosa dentro da teoria social. Sua preocupação é identificar a comunicação como o elemento central das redes sociais.

adquire a sua identidade como membro da rede social, e assim, a rede gera seu próprio limite externo. Não se trata de um limite físico, mas de um limite feito de pressupostos, de intimidade de lealdade, onde sua conservação e renegociação depende da rede de comunicações (CAPRA, 2002, p. 95).

Na seqüência, o autor chega à dinâmica da cultura e o quanto ela interfere na realidade social. Para tanto, após uma breve explanação da evolução dos significados da palavra cultura ao longo do tempo, Capra adota o sentido antropológico da palavra cultura, definido pela *Columbia Encyclopedia*: “o sistema integrado de valores, crenças e regras de conduta adquiridas pelo convívio social e que determina e delimita quais são os comportamentos aceitos por uma determinada sociedade”. Diante desse conceito, o autor enfatiza o papel da dinâmica dos elos de realimentação das redes sociais onde os valores, crenças e regras de conduta circulam, são comunicados, modificados e preservados; e o papel desses elos na perpetuação da cultura, graças à própria rede de comunicações do próprio sistema.

Essas explicações de Capra (2002) em relação à cultura podem ser fortalecidas com as abordagens sobre cultura feitas por Chinoy (1975). Essa autora traz a antiga e bastante citada definição sobre cultura feita por Tylor (1871), na qual ele destaca a amplitude desse conceito: “A cultura é todo o complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer aptidões adquiridas pelo homem como membro da sociedade”. Segundo Chinoy (1975, p. 57): “A importância da cultura reside no fato de que ela proporciona o conhecimento e as técnicas que permitem ao homem sobreviver, física e socialmente, e dominar e controlar, medida possível, o mundo que o rodeia. [...] O homem sobrevive em função do que aprende”.

Apesar de Capra (2002) não utilizar essas citações de Chinoy (1975), ele chega à conclusão de que é a humanidade precisa aprender mais sobre o funcionamento dos ecossistemas para garantir a sua sobrevivência. Pode-se perceber que a sustentabilidade ambiental depende daquilo que é transmitido para as gerações futuras, incluindo o entendimento desse funcionamento. É cultura imbricada com as dimensões ambientais.

No quarto capítulo do seu livro, o autor adentra na discussão sobre a vida e a liderança nas organizações humanas e após descrever algumas das conseqüências causadas pelos impactos da economia global, deixa claro que para construir uma sociedade sustentável para os filhos e as gerações futuras, a humanidade precisa repensar, desde a base, uma boa

parte das tecnologias e instituições sociais, de modo a conseguir transpor o enorme abismo que se abriu entre os projetos humanos e os sistemas ecologicamente sustentáveis da natureza. Sobre essa questão, o autor propõe uma concepção das organizações como sistemas vivos (como redes não-lineares complexas), a fim de que as questões complexas que permeiam o mundo organizacional sejam elucidadas. Essa proposta está fundamentada no princípio de organização dos ecossistemas que são a base da sustentabilidade e são idênticos aos princípios de organização de todos os sistemas vivos (CAPRA, 2002).

Ao concluir essas propostas, o autor remete sua visão das organizações sustentáveis nos princípios dos sistemas vivos às principais metáforas feita por Gareth Morgan em seu livro *Imagens da Organização*. Quando Morgan compara a organização a uma máquina (voltada para o controle e a eficiência), Capra (2002, p. 114 - 116) atenta para o fato de que na visão mecanicista a empresa é criada por pessoas que estão fora do sistema; e inclui outros atributos da máquina (projetada por engenheiros e depois se torna propriedade de alguém que possa vendê-la). A partir dessas duas constatações, ele conclui que uma organização nos moldes de uma máquina não deixa espaço para adaptações flexíveis, para o aprendizado e para a evolução, podendo comprometer sua existência diante de um ambiente que exige mudanças contínuas, além de reduzir o ser humano a peças e engrenagens. Diante dessas comparações, pode-se acrescentar que, na visão mecanicista da organização, sua sustentação estaria entrelaçada ao seu desempenho produtivo e econômico. A máquina distancia a organização de um sistema vivo.

Ao utilizar a metáfora do organismo, na qual as organizações são constituídas e preparadas para o desenvolvimento e a adaptação às forças dos ambientes, sua existência é garantida justamente por se portar como um organismo vivo, capaz de regenerar-se, de mudar e evoluir naturalmente (Ibid. 116 e 117). Para essa observação, o autor usa os resultados de uma pesquisa realizada por De Geus, que investiga 27 empresas com mais de cem anos de existência, sobrevivendo às grandes mudanças do cenário mundial. Nessa pesquisa, De Geus constata que essas organizações, consideradas “longevas”, apresentam algumas características em comum, tais como: forte noção de comunidade e de identidade coletiva; uma comunidade na qual todos os membros sabem que serão amparados em seus esforços para atingir os seus próprios objetivos; tolerância à entrada de novos indivíduos e novas idéias; capacidade manifesta de aprender e de adaptar-se às novas circunstâncias.

E quando surgem coisas novas? Segundo Capra, a geração constante de novidades é uma propriedade fundamental de todos os sistemas vivos, e explica:

O sistema é incapaz de integrar a nova informação à sua ordem atual; é forçado, então, a deixar de lado algumas das suas estruturas, comportamentos ou crenças. O resultado é um estado de caos, confusão, incerteza e dúvida; e desse estado caótico nasce uma nova forma de ordem, organizada em torno de um novo significado. A nova ordem não é inventada por nenhum indivíduo em particular, mas surge espontaneamente em decorrência da criatividade coletiva da organização (*Ibid*, p. 127-8)

Sobre essa afirmação, o autor complementa que uma propriedade básica de todas as formas de vida é a abertura às perturbações do ambiente, garantindo sua existência. Sendo assim, a abertura da organização a novos conceitos, novas tecnologias e novos conhecimentos é um indício da sua vida, da sua flexibilidade e da sua capacidade de aprendizado.

Diante das transformações ocorridas na terra ao longo da sua evolução e do processo de civilização, Capra (*Ibid*, p. 224) chama a atenção para uma das características fundamentais da “casa terra”: a sua capacidade intrínseca de sustentar a vida (em todas as perturbações ocorridas no planeta). Sendo esse o sentido da sustentabilidade ecológica, o autor aclara que:

O que é sustentado numa comunidade sustentável não é o crescimento econômico nem o desenvolvimento, mas toda a teia da vida da qual depende, em longo prazo, a nossa própria sobrevivência. A comunidade sustentável é feita de tal forma que seus modos de vida, seus negócios, sua economia, suas estruturas físicas e suas tecnologias não se oponham à capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida. [...] a sustentabilidade, tanto nos ecossistemas quanto na sociedade humana, não é uma propriedade individual, mas uma propriedade de toda uma teia de relacionamentos; ela envolve toda uma comunidade (*Ibid*, 224).

Diante desse comportamento da comunidade voltado à sustentabilidade, o autor acrescenta que para ela ser sustentável, a sua interação com outros sistemas vivos (humanos e não-humanos), deve acontecer de maneira que vivam e se desenvolvam cada qual de acordo com sua natureza.

Por fim, Capra (*Ibid*, p. 238) encontra uma definição operativa da sustentabilidade ecológica: “é a percepção de que nós não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do nada; podemos moldá-las segundo os ecossistemas naturais, que são comunidades sustentáveis de vegetais, animais e microrganismos”. O autor explica que, uma vez que uma das características inerentes a “casa-Terra” é a sua capacidade de sustentar a vida, então, uma comunidade humana sustentável tem de ser feita de modo que seus modos de

viver, empreendimentos, economias, estruturas físicas e tecnológicas não prejudiquem a capacidade intrínseca da natureza em sustentar a vida.

Para operacionalizar essa sustentabilidade, o autor destaca o papel da educação ecológica (*ecoliteracy*). E o que seria essa educação ecológica aplicada à sustentação da comunidade humana? Essa educação consiste na compreensão dos princípios de organização, comuns a todos os sistemas vivos, e que os ecossistemas desenvolveram para sustentar a teia da vida (CAPRA, p.238). O autor ainda descreve os seis princípios de ecologia ligados à sustentação da vida:

- Redes: presentes em todas as escalas da natureza, na qual os sistemas vivos se alojam dentro de outro sistema vivo, e os limites entre esses sistemas não são limites de separação, mas limites de identidade. A comunicação se dá entre todos, partilhando seus recursos, transpondo seus limites.
- Ciclos: relativos à necessidade dos organismos vivos se alimentarem de fluxos contínuos de matéria e energia retiradas do ambiente em que vivem, e de reproduzirem resíduos continuamente. Na totalidade dos ecossistemas, nenhum resíduo é gerado, pois este passa a ser o alimento de outra espécie, contribuindo com a circulação da matéria na “teia da vida”.
- Energia solar: que após ser transformada em energia química, passa a mover todos os ciclos ecológicos.
- Alianças (parcerias): sustentadora das trocas de energia e de recursos através de uma cooperação generalizada. Pois foi através da cooperação, da formação de parcerias e pela organização em redes que a vida tomou conta do planeta, e não pela violência.
- Diversidade (riqueza e complexidade das teias ecológicas): atributos responsáveis pela estabilidade e pela capacidade de recuperação dos desequilíbrios ambientais. A riqueza de biodiversidade é proporcional à resistência e à capacidade de recuperação dos ecossistemas.
- Equilíbrio dinâmico: graças aos múltiplos elos e anéis de realimentação, o sistema permanece num estado de equilíbrio dinâmico (uma rede flexível, em permanente flutuação).

Vale deixar claro que foi Haeckel, em 1866, quem teve a idéia e o privilégio de dar um nome ao conjunto organizado de conhecimentos relativos aos laços que unem os organismos vivos ao seu meio vital, ou seja, a Ecologia (DUSSART, 1979, p. 1).

Segundo Capra (2002), o entendimento desses princípios tem uma relação direta com saúde e bem-estar do ser humano, pois este está incluído nos processos cíclicos da natureza; e a saúde do homem está intrinsecamente ligada ao suprimento de necessidades básica da vida encontradas na pureza do ar e da água e na saúde do solo. Capra (2002, p. 240) afirma que: “esse entendimento precisa ser uma qualificação *sine qua non* dos políticos, líderes empresariais e comunitários, e profissionais de todas as esferas”. No entanto, a educação ecológica deve iniciar desde as escolas de primeiro grau e se estender ao longo da vida escolar e profissional (Ibid).

Percebe-se que Capra coloca a educação ecológica como mediadora na relação entre o homem e a natureza, restaurando as percepções de como o ser humano a vê e dela se apropria. É essa relação que vai impactar não apenas na vida cotidiana, mas também nas construções e associações, nas quais o homem, ser social, está presente.

Logo no início desse item, Capra (2002) deixou claro que a própria realidade social evoluiu a partir do mundo biológico e enfatizou o controle da biosfera e preservação da vida através do atendimento e intercâmbio das necessidades energéticas entre animais, vegetais e outros microorganismos. Também ficou claro que o papel do metabolismo celular para garantir a vida celular; e que as interações de um organismo como o seu ambiente são interações cognitivas. Então, sendo a realidade social originada do mundo biológico, a dinâmica do funcionamento do mundo biológico deve estar presente da consciência do ser humano, como ser social e ser biológico, nas suas relações e construções. Ainda ficou claro que, uma vez que a vida e a cognição não se separam, então Capra (2002) coloca a educação ecológica como um fator de sustentabilidade, pois esta irá orientar o ser humano nessas relações e construções. Essa educação deve fazer parte da cultura, pois, segundo Chinoy (1975, p. 57), “o homem sobrevive em função do que aprende”. E a cognição é um processo básico de todo o ser vivo.

Essas preocupações de Capra (2002) também foram percebidas nas falas de alguns entrevistados da COOPENEDO, uma vez que o turismo implica na organização de um espaço para receber visitantes e nas interações deste com as pessoas do local através de atividades que incluem aspectos ambientais. Essas preocupações também foram observadas

nos textos do Programa de Turismo Rural Cooperativo (2002) e nas falas dos responsáveis pela implantação dessa atividade no local. Sendo assim, um cuidado relacionado ao meio ambiente envolve aspectos das dimensões: **social, cognitiva, política e cultural** (será visto no próximo capítulo).

As reflexões sobre sustentabilidade apresentadas anteriormente aproximam-se da abordagem da ciência da vida, uma vez que se percebe a necessidade de se permanecer no tempo – manter-se vivo. Essa é a pretensão das organizações e do turismo rural também. No entanto, as dimensões de sustentabilidade quando são apresentadas de maneira pontuais (econômica, política, cultural, técnica, ambiental, entre outras) não dão conta do estudo realizado por Capra (2002), pois não incluem a dimensão da vida, ou melhor, não partem desta enquanto parâmetro.

No próximo capítulo, encontra-se a resposta que guiou a concepção deste trabalho: Como desenvolver uma abordagem de sustentabilidade para o turismo rural cooperativo em Penedo – AL? No entanto, até se chegar ao item de análise propriamente dito, nos itens antecedentes estão descritos alguns aspectos geográficos do território da COOPENEDO; as diretrizes do programa de turismo rural cooperativo, no qual também está incluído um modelo de projeto para a implantação dessa atividade; e a maneira como a sustentabilidade foi tratada nesse programa, uma vez que este se constitui na política pública inspiradora para a implantação do turismo rural na cooperativa.

3 A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO RURAL COOPERATIVO EM PENEDO/AL

3.1 A COOPENEDO E A COOPERATIVA DE TURISMO RURAL EM PENEDO

A COOPENEDO está localizada no município de Penedo, região sul do estado de Alagoas. Essa cooperativa, fundada pela Diocese de Penedo através do Bispo Dom José Terceiro de Souza no dia 16 de maio de 1962, possui suas terras divididas em 156 parcelas individuais em um espaço total de 1.558 (mil, quinhentos e cinquenta e oito) hectares, e agrupadas em dois núcleos habitacionais (1º e 2º núcleo). Do total desse espaço, 78,9 hectares são áreas de reservas¹⁵.

Essa cooperativa foi formada com três objetivos, conforme consta em seu estatuto, quais sejam: estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa das suas atividades econômicas de caráter comum; promover a venda em comum da sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais; promover a posse de propriedade de parcelas dos lotes de terra mediante condições constantes do plano de parcela de vendas, aprovada em Assembléia.

Em 1995, foi desenvolvido um Plano Integrado de Desenvolvimento – PID, através do projeto do BNB/PNUD¹⁶, visando uma melhoria na gestão do empreendimento, através de capacitações voltadas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e da montagem de uma infra-estrutura capaz de promover a comercialização dos produtos ali produzidos. Segundo o texto do PID que retrata os antecedentes da implantação deste, ao

¹⁵ Essas informações foram obtidas a partir da leitura do estatuto da COOPENEDO.

¹⁶ Esse Plano contou com a coordenação pedagógica do engenheiro agrônomo Ronaldo Camboim (Convênio BNB/PNUD/ABC).

longo da sua história, a COOPENEDO enfrentou situações bastante difíceis, chegando até mesmo a encerrar suas atividades nos momentos mais críticos.

Porém, nesse mesmo documento estão descritas as riquezas naturais daquela região, seja através da vegetação, sejam através dos recursos hídricos, entre outros elementos naturais presentes naquele espaço, e que os cooperados reconhecem como um “presente da natureza”. Na vegetação predominante estão presentes (utiliza-se o nome comum das espécies, porque os cooperados ã conhecem pelos nomes comuns): brachiara, gengibre, capim sempre verde, camisa engomada, andraca, porca leiteira, gitirana, flor branca, capitanga, tiririca, capim de planta, mentraste, ervanço mole, balaio de veio, emancebado, federação, bredo, fumo bravo, e carrapicho. Ainda fazem parte da vegetação arbórea, as seguintes madeiras: sapucaia, maroró, sícupiri, imbiriba, miolo preto, cardanta, tuturuba, massaranduba, candurú, enxadeira, genipapo, cabaço, milinduba, pau d’arco.

Segundo os engenheiros agrônomos que realizaram esse estudo de meio, naquele ano (1995), as formações vegetais naturais se encontravam muito devastadas. Contudo, ainda segundo esses técnicos, a proteção ciliar que é formada por árvores e arbustos naturais aparentavam uma perfeita sintonia com os recursos hídricos, evitando a erosão. Em se falando de recursos hídricos, destacam-se os afluentes do rio São Francisco, a Lagoa Barbaço (com nascente no território da cooperativa), o riacho da Imbiriba (que passa por nove lotes e deságua no riacho Persigas), o riacho Persigas, e a Lagoa Barbaço.

Além de toda a potencialidade percebida nos recursos naturais existente na COOPENEDO, é importante destacar que a cooperativa está localizada a 2 km do Centro Cultural de Penedo. Essa cidade é considerada como um importante celeiro de tradições históricas e foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional por possuir um dos mais belos sítios de construções históricas do país. Além do patrimônio histórico, Penedo é privilegiada com a paisagem das águas do São Francisco e está situada a 157 km da capital alagoana. Como opção às praias, um turista em Penedo pode passear de barco pelo rio e conhecer um pouco mais da história de um dos rios mais importantes e conhecidos do Brasil, e que atualmente tem sido o motivo de muitos conflitos por causa da sua transposição.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a contagem populacional de 2007 totaliza 59.020 habitantes em Penedo. A área da unidade territorial corresponde a 689 Km². No ano de 2005, a composição do Produto Interno Bruto – PIB foi

distribuída da seguinte maneira: Agropecuária, com 13%; Indústria, com 21%; Serviço, com 59%; e Impostos 6%.



Figura 3: Mapa Rodoviário de Alagoas



Figura 4: Localização de Penedo



Figura 5: Centro Histórico de Penedo - A.L.

A COOPENEDO iniciou suas atividades produtivas com o cultivo de frutas, hortaliças e verdura. Na década de 70, com a chegada das primeiras usinas em Penedo, os cooperados direcionaram seus cultivos à produção canavieira¹⁷. Segundo alguns de seus cooperados mais antigos, logo no início da produção da cana, havia um retorno financeiro suficiente para a cooperativa manter suas despesas e distribuir as sobras. Contudo, com o passar do tempo e em decorrência da sazonalidade dessa atividade, a cooperativa passa a experimentar uma difícil fase gerencial e financeira que se estende até o presente momento. É nesse contexto que, em setembro de 2006, o sistema OCB/SESCOOP entra com uma proposta de implementação de um projeto de turismo rural na cooperativa e contrata a mesma empresa que implantou o turismo rural em Piranhas - AL, no ano de 2002.

Até fevereiro de 2008, essa cooperativa contava com 185 (cento e oitenta e cinco) cooperados. Porém, até esse mesmo período apenas 18 pessoas marcavam presença nas reuniões do turismo rural. Quando a proposta foi apresentada à comunidade, em setembro de 2006, houve concordância entre todos os cooperados sobre a implantação da atividade no local. Na reunião de apresentação do projeto, se fizeram presentes os associados da COOPENEDO, representantes do poder público, líderes religiosos, e gestores de organizações privadas localizadas no município de Penedo/AL. Segundo a turismóloga da Projetur Luzinei Lira, durante essa reunião, os presentes se mostraram animados com a proposta. No entanto, durante a formação do arranjo institucional (recomendado pelo Mtur e pelo programa de 2002) poucos se manifestaram e as dificuldades na orquestração dos parceiros começaram a surgir. Até fevereiro de 2008, os parceiros envolvidos com o projeto através do arranjo institucional foram: CODEVASF, UNIMED Arapiraca, Banco Bradesco, OCB/SESCOOP, BNB, e Batalhão da Polícia Ambiental.

Apesar de o turismo rural ter sido levado como proposta do OCB/SESCOOP para a cooperativa e aceito pelos cooperados desta, eles (o pequeno grupo de 18 pessoas) participaram das fases de implementação do projeto. E, uma vez que um dos objetivos do SESCOOP é disseminar e fortalecer os princípios cooperativistas (vistos no primeiro capítulo desse trabalho), o turismo rural também foi visto como um canal para a consolidação desses princípios. O pequeno grupo começou a participar dos cursos sobre cooperativismo e percebeu que ainda tinha muito que aprender, mas as lições tiradas serviram para fortalecer a união entre eles:

¹⁷ Segundo um dos cooperados mais antigos, a primeira moagem de cana foi em 1977.

[...] um ano e quatro meses do turismo rural e a gente só teve que aprender. Começando pela união dessas pessoas da cooperativa. Que a gente não se gostava tanto quanto a gente está se gostando agora. Agora a gente estamos (*sic*) mais amigas, mais unidas [...] os dois núcleo. Antes a gente não se conhecia. Era a primeira cooperativa e a segunda. Agora é uma cooperativa. Antes a gente estava de olhos fechado e só dizia: “eu moro numa cooperativa”. A gente não sabia o que era uma cooperativa, agora a gente sabe [...] e estamos juntos cada vez mais. E agora a gente sabe o que é uma cooperativa (Fala da cooperada Maria Celma, durante as entrevistas de grupo focal realizado em 16 de fevereiro de 2008).

O turismo rural que veio com uma proposta para complemento da renda familiar, acabou contribuindo para o entendimento do próprio cooperativismo. Para muitos, a cooperativa era apenas o lugar onde eles moravam, mas eles descobriram muito mais. Além desses aspectos relacionados à melhoria no relacionamento entre os cooperados dos dois núcleos, por meio das visitas aos lotes uns dos outros, eles mesmos começaram a descobrir as riquezas naturais daquele território. E concluíram que estavam no caminho certo.

Contudo, ao perceberem que durante esse período (um ano e quatro meses), os demais cooperados não se envolviam com a atividade turística, o OCB/SESCOOP juntamente com a Projetur lançou a proposta para a formação de uma cooperativa com aquele pequeno grupo: a cooperativa do turismo rural. Segundo Márcia Túlia (superintendente do OCB/SESCOOP-AL), essa pequena cooperativa fará o papel inverso. Através do seu exemplo de união e organização, a cooperativa do turismo rural levará aos demais associados da COOPENEDO as lições de cooperativismo advindas da experiência do turismo rural.

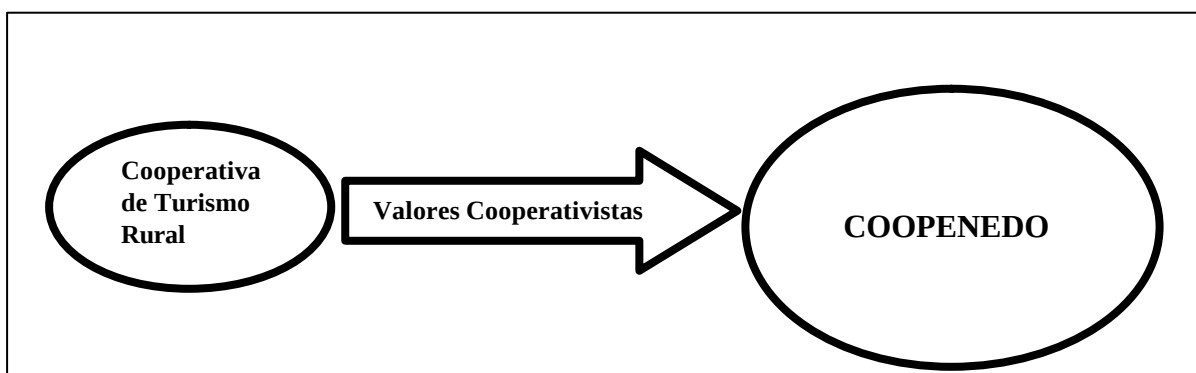


Figura 6: Representação de como o cooperativismo seria levado à COOPENEDO.
Fonte: Elaboração da autora.

Essa nova cooperativa ainda está em fase de regulamentação, ao término da presente pesquisa. Sabe-se que algumas reuniões com técnicos do SESCOOP já foram realizadas, e que o seu estatuto está a caminho. Com a criação da cooperativa do turismo rural, o projeto do turismo rural ainda alcançará uma das propostas do Programa de 2002:

“Conscientizados sobre as vantagens do trabalho conjunto, espera-se que os grupos formados, em médio prazo, venham a se transformar em associações e cooperativas de turismo rural” (SESCOOP, 2002b, p. 15). Com a criação dessa nova cooperativa, estudos futuros podem dar continuidade à investigação da sustentabilidade do turismo rural em Penedo. O parágrafo seguinte revela o perfil do grupo formado pelos 18 cooperados envolvidos com o turismo rural, parte do resultado da pesquisa com o questionário estruturado.

Do grupo formado pelos dezoito cooperados, 78% cultivam a cana-de-açúcar. Além da cana, a produção agrícola do grupo conta com a diversificação dos seguintes itens: caju, coco, amendoim, feijão, mandioca e milho. Dez dos cooperados que afirmaram ter filhos (55%), cinco revelaram que estes ajudam na produção agrícola. Em relação à renda familiar, nove pessoas do grupo afirmaram que esta corresponde a menos de um salário mínimo (até R\$379, 99, valor vigente durante a realização da entrevista – fevereiro de 2008); por sua vez, o restante dos entrevistados informou que a renda familiar oscila entre um a três salários mínimos. Este grupo pode contar com a força dos componentes mais jovens, pois 50% desses cooperados estão na faixa de 15 a 34 anos de idade; e com a maturidade dos mais velhos (de 45 a 64 anos), correspondendo a 17% das pessoas. O grau de escolaridade do grupo está descrito na Tabela 2.

Tabela 2: Grau de Escolaridade

Grau de Escolaridade	Frequência	Percentual Válido
Superior incompleto	2	11,1
Curso técnico profissionalizante completo	1	5,6
Curso técnico profissionalizante incompleto	1	5,6
Ensino médio completo	7	38,9
Ensino fundamental incompleto	5	27,8
Semi alfabetizado	2	11,1
Total	18	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme se observa na tabela acima, apenas dois cooperados são semi alfabetizados, em contra partida, 38,9% possuem o ensino médio completo. Com esse perfil escolar, o grupo pôde se dedicar aos cursos de capacitação em turismo rural, empreendedorismo, cooperativismo e outros cursos oferecidos durante essa fase de implementação. Na apresentação das análises das dimensões técnica-cognitiva e econômica são listados alguns dos resultados que esse grupo chegou (participação em eventos, produção artesanal, elaboração dos roteiros, entre outros). No item que segue, serão apresentados o

Programa de Turismo Rural Cooperativo de 2002, sua adaptação à realidade da COOPENEDO e como o grupo se envolveu com implementação do turismo rural.

3.2 O PROGRAMA DE TURISMO RURAL COOPERATIVO

O Programa de Turismo Rural Cooperativo é resultado do Convênio 298/01 firmado entre o SESCOOP e o MET, no ano de 2002. Assim como os demais programas voltados ao desenvolvimento rural, este visava à criação de condições que possibilitassem a permanência do homem no campo, de maneira digna e sustentável. O Programa de Turismo Rural Cooperativo incluía a promoção do desenvolvimento de áreas rurais de doze municípios brasileiros, agregando-lhe uma nova fonte de receita, advinda da atividade do turismo rural organizado e profissionalizado. O enfoque do turismo rural, ressaltado no programa, “era o seu caráter complementar, não suplantando ou substituindo as atividades tradicionais da propriedade rural” (SESCOOP, 2002b, p. 7). Essa preocupação com a preservação do ambiente rural está em concordância com a definição de turismo rural sintetizadas para esse estudo: o conjunto de atividades complementares às atividades agropecuárias, no qual são percebidas as ações recíprocas entre visitantes (vindo do meio urbano) e comunidades rurais, no sentido de resgatar e valorizar o patrimônio natural e cultural do local, promovendo o entendimento dos ecossistemas existentes nesse âmbito. Os objetivos preconizados por este Programa estão expostos no quadro a seguir.

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento de áreas rurais de municípios brasileiros, por meio da implementação de modelos de gestão e de organização social e da ampliação da oferta turística nessas áreas, visando agregar valor à atividade rural e melhorar a qualidade de vida das populações.

Objetivos Específicos:

- Identificar as modalidades e tipologias de turismo rural, linhas de crédito para a modalidade e carências na capacitação;
- Identificar entraves legais e burocráticos pela falta de uma legislação específica da atividade;
- Realizar um diagnóstico junto aos agentes de turismo rural das diferentes regiões brasileiras (visando a elaboração de um marco conceitual do segmento com vistas à definição de uma política pública para o turismo rural);
- Desenvolver e implementar em um município-pólo um modelo-piloto de capacitação empreendedora e de organização social;
- Organizar e disponibilizar sistemas de informação para o segmento;
- Criar alternativas de trabalho e renda para o meio rural.

Quadro 3: Objetivos do Programa de Turismo Rural Cooperativo.
Fonte: SESCOOP (2002b).

Visando atingir tais objetivos, o Programa propõe ações que vão desde a realização do diagnóstico básico até a divulgação dos roteiros construídos (vide Quadro 4).

Ações:

- 1- **Realização do diagnóstico básico:** onde seria conhecido o universo atual do turismo rural no Brasil, levando em consideração as instituições atuantes e/ou que desenvolvem trabalhos relacionados ao segmento; produtos, tipologias e modalidades praticadas; e os municípios-pólo potenciais.
- 2- **Definição do marco conceitual do turismo rural.**
- 3- **Elaboração e implementação de modelo-piloto de capacitação de facilitadores do programa:** através da definição metodológica utilizada, e material didático para a formação dos facilitadores, que atuariam diretamente nos municípios-pólo, capacitando o público local e preparando-o para trabalhar na formação de grupos de cooperação e de roteiros.
- 4- **Implementação de projetos de capacitação dos agentes de desenvolvimento em organização social:** considerada a primeira fase de capacitação dos empreendedores rurais, a ser efetuada pelos facilitadores em organização social. Depois desta fase, esperam-se os empreendimentos estejam organizados em grupos, o que facilitará a fase seguinte: a capacitação em turismo rural e a constituição de associações e cooperativas. A capacitação propriamente dita será precedida de ações de sensibilização e mobilização das comunidades dos municípios-pólo, por meio da divulgação do Programa, e de contatos com as lideranças locais, para a elaboração do “Arranjo Institucional” e a materialização de parcerias.
- 5- **Elaboração e implementação de modelo de projeto-piloto de capacitação de empreendedores em doze municípios pólo:** início ao trabalho de capacitação relativa ao turismo rural, e empreendedorismo, visando à constituição de roteiros.
- 6- **Estudo das legislações pertinentes à atividade de turismo rural com apresentação de propostas de adequação das leis:** através da realização de estudo, consolidação das legislações e apresentação de propostas de adequação das leis federais, estaduais e municipais, que interferem no desenvolvimento do segmento.
- 7- **Implemento de projeto de articulação institucional:** Por meio da realização de seminário de sensibilização dos empresários, visando o fortalecimento das organizações representativas do segmento.
- 8- **Levantamento e estudo de linhas de financiamento em turismo rural existentes no Brasil e apresentação de propostas de adequação:** Por meio de contratação de consultores ou entidades especializadas.
- 9- **Implementação de projeto de sistema de informação sobre turismo rural:** através da sistematização das informações levantadas e produzidas no decorrer do programa.
- 10- **Monitoria e avaliação dos processos de capacitação:** através da supervisão e do assessoramento aos agentes institucionais e comunitários de cada um dos municípios-pólo.
- 11- **Viabilização de estrutura física, equipamento e materiais permanentes e de recursos humanos para o desenvolvimento do programa:** disponibilizados pelo SESCOOP em cada Unidade Estadual incluída do Programa.
- 12- **Formação de dez roteiros de turismo rural:** através de consultores especializados, que com o apoio dos agentes locais irão formatar roteiros turísticos (incluindo produtos e serviços).
- 13- **Estudo de habilidades pertinentes ao turismo rural com apresentação de carências do mercado:** através de pesquisas direcionadas ao estudo do perfil profissional pertinentes ao Turismo Rural suprimindo carências de mão-de-obra e realizando cursos de capacitação específicos.
- 14- **Promoção dos dez novos roteiros de turismo rural desenvolvidos pelo Projeto:** através da realização de *workshops* para operadores turísticos, da produção de panfletos e de peças publicitárias para divulgação em importantes meios de comunicação de alcance nacional.

Quadro 4: Ações para a implementação do Programa

Fonte: Adaptado do SESCOOP (2002b)

Essas ações não foram repetidas em Penedo – AL, visto que estas estavam direcionadas ao contexto nacional e na vigência de 2002.

De acordo com o SESCOOP (2002c, p 27-8), duas premissas básicas o orientaram na concepção do Programa de Turismo Rural Cooperativo: a organização social e o

empreendedorismo. A organização social por conscientizar os empreendedores sobre a importância da cooperação na solução dos problemas comuns da comunidade, como melhoria da infra-estrutura, capacitação dos componentes do grupo, comercialização dos produtos e, principalmente criação de um produto turístico mais atraente e mais satisfatório ao turista visitante.

A etapa de organização social dos produtores dos municípios escolhidos como pólo visava à maximização da capacidade de mobilização dos empreendedores locais na solução dos seus problemas comuns, por meio de um processo associativo (com associações e cooperativas). Após a conscientização sobre as vantagens do trabalho conjunto, esperava-se que os grupos formados, em médio prazo, se transformassem em associações e cooperativas de turismo rural (SESCOOP, 2002c, p. 27-8).

Por sua vez, a etapa de capacitação dos empreendedores em turismo rural iniciava com a elaboração da “Carta de Princípios” (modelo fornecido pelo SESCOOP), na qual estariam definidos os produtos turísticos da região, bem como as regras de consenso, definidas para a participação do grupo. Esta carta seria a linha mestra para a constituição dos “Roteiros Turísticos” (meta final do Programa de Turismo Rural Cooperativo). Nesse item sobre empreendedorismo, são apontadas as técnicas necessárias para a gestão do negócio “Turismo Rural”, bem como as preocupações necessárias em relação ao turista e ao meio ambiente. O programa-modelo de capacitação de empreendedores em turismo rural cooperativo estava fundamentado em alguns princípios básicos, definidos pelo próprio convênio (SESCOOP, 2002, p. 26-8):

- Democratização do conhecimento: entendido como a viabilização do acesso ao conhecimento e desenvolvimento individual e coletivo;
- Cooperação: entendido como a valorização do papel ativo dos indivíduos, bem como de processo de organização social, para o desenvolvimento local sustentável;
- Sustentabilidade: entendido como o comprometimento com ações socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais (esse item já foi mencionado no item 2.3 que trata dos aspectos de sustentabilidade contidos no Programa de Turismo Rural Cooperativo);
- Cidadania: entendido como o resgate da auto-estima dos indivíduos, oportunizando sua efetiva participação na comunidade;

- Cumprimento da função social do turismo rural: entendido como o comprometimento que os envolvidos com o turismo rural devem ter com o setor produtivo local.

No item específico sobre cooperação, observa-se que a sustentabilidade depende da valorização do papel dos indivíduos. No módulo que trata da capacitação dos empreendedores, fica claro que reconhecer o papel e a importância dos indivíduos nesse processo de implantação do turismo rural também é uma condição para garantir a sustentação dessa atividade. O resgate da auto-estima instigando a efetiva participação da comunidade, mencionado acima, também foi percebido durante as entrevistas, tanto nas falas de alguns parceiros e das Turismólogas responsáveis pela implantação do turismo rural, como no depoimento da superintendente do Sistema OCB/SESCOOP-AL. E durante as observações em campo, notou-se, no decorrer do processo de investigação, que o grupo não se desfazia, estava sempre unido. Durante essa pesquisa, surgiram alguns questionamentos, tais como: Por que só aquele pequeno grupo de 18 pessoas era fiel ao “turismo rural”?

Segundo alguns dos cooperados, era falta de interesse pela causa, mas que aquele pequeno grupo iria se fortalecer e conquistar a atenção dos outros cooperados da COOPENEDO. Segundo uma das turismólogas, era por insatisfação com as gestões passadas da cooperativa que fazia com que a maior parte dos cooperados não acreditasse no futuro do turismo rural, como se eles também não fossem donos da cooperativa. O turismo rural está levando o cooperativismo para a COOPENEDO e o grupo que vem participando das capacitações começou a se apropriar dessa idéia. É a ação recíproca entre a **dimensão social** e a **técnica-cognitiva**.

Os quadros 3 e 4 apresentam partes do programa de turismo rural cooperativo destinado ao momento em que os responsáveis pela implantação do turismo rural nos municípios escolhidos (em 2002) estavam se organizando para agir no local. São explicações do programa ainda em nível nacional. Porém, no módulo do programa também estava descrito o modelo de projeto turístico rural baseado no planejamento que envolve sete fases, sintetizadas a seguir (2002c, p. 33-66) e que nortearam a implantação dessa atividade na COOPENEDO:

1- *Inventário do local e da região*: catálogo de informações referentes às características físicas, sociais e culturais do empreendimento e região de entorno;

2- *Diagnóstico*: através da sistematização dos dados brutos do inventário de forma a proporcionar conclusões sobre a potencialidade do local estudado (o Programa sugere a utilização da análise dos pontos fracos, oportunidades, riscos e pontos fortes).

3- *Prognóstico*: baseada na viabilidade técnica de transformação dos recursos em atrativos e das potencialidades em realidade, considerando a legislação vigente (relacionada à área tributária, trabalhista, vigilância sanitária, ambiental, entre outras) e as recomendações técnicas das diversas áreas constituintes do turismo rural (engenharia civil, agronomia, engenharia florestal, entre outras).

4- *Pesquisa e estudo de mercado*: Considerados como a base de qualquer projeto de implantação ou programa de *marketing* turístico, servindo para verificar se as idéias manifestadas no prognóstico, condizem com alguma possibilidade de interesse do consumidor, e/ou se já existem empreendimentos similares no mercado, com sucesso ou fracasso.

5- *Estudo de viabilidade econômica*: Baseada na simulação de retornos para determinados investimentos.

6- *Formatação do produto*: Essa formatação deveria ser planejada de acordo com o produto e agrupada em: Atividades, refeições e hospedagem, e paisagismo e acesso. O projeto turístico rural expõe algumas recomendações básicas para a estruturação das atividades nos empreendimentos, quais sejam: na elaboração dos caminhos para trilha (ser autoguiada com auxílio de sinalizações, ter infra-estrutura de apoio para maior segurança e minimização de riscos de acidentes, existir um plano de manutenção e limpeza, considerar os cuidados especiais com animais silvestres e possíveis insetos, entre outros); *Nas cavalgadas* (animais bem tratados, segurança e etc); *Na Pesca* (separação do material de apoio à atividade, considerar a legislação sobre o local e a época de pesca; ser montada uma estrutura para eventual preparo dos pescados, visando o consumo na própria fazenda, ou transporte ao local de origem do visitante). Outras recomendações também são direcionadas ao cuidado no manejo das atividades agrícolas com suporte, e à horta orgânica e plantas medicinais. Para ser orgânica, é necessária a total ausência de insumos químicos, como fertilizantes e defensivos. O uso desses produtos pode denegrir a credibilidade do empreendimento. Ainda existe uma preocupação com a criação dos animais e com as atividades internas.

7- *Plano de Marketing*: O programa também incluía o plano de *marketing*, descrevendo política de produto (com ênfase para o oferecimento de produtos artesanais,

acrescentando uma fonte de renda adicional ao artesão); política de preço (combinando concorrência, ofertas e seus custos, e demanda, para a formação do ponto de equilíbrio); política de distribuição (definindo as forma de venda – direta e/ou indireta) e política de comunicação (combinando o trabalho de propaganda, relações públicas e promoção de vendas).

Visto que o Programa de Turismo Rural Cooperativo, em 2002, foi desenvolvido e pensado no contexto nacional, segundo uma das turismólogas da Projetur, as prescrições contidas em seu escopo foram tomando formas distintas nos municípios selecionados, pois, mesmo em se tratando de turismo rural e no meio rural, os municípios diferiam em suas características, principalmente de uma região para outra. No atual projeto, durante as observações, percebeu-se que as sete etapas prescritas estavam sendo implementadas com a participação dos cooperados envolvidos com o turismo rural da COOPENEDO. O projeto teve início em setembro de 2006, e em 23 de fevereiro de 2007, os cooperados estavam elaborando, sob a orientação da Projetur, o diagnóstico do local. Nesse dia, observou-se a preocupação dos cooperados com alguns dos pontos fracos da cooperativa: “O transporte passa aos domingos, falta de sinalizações, falta da reforma da escola, ausência de lugar para hospedagem, baixa segurança no local, poucos lugares para alimentação, e iluminação precária” (Falas dos cooperados durante as observações da realização do diagnóstico da cooperativa, 23 de fevereiro de 2007). Nota-se que a maioria dessas fragilidades estão relacionadas ao poder público municipal. No decorrer das investigações, percebeu-se que a Projetur e o grupo de turismo rural da cooperativa solucionaram esses entraves através das comunicações com a prefeitura (aspectos da **dimensão política**). Ainda nesse mesmo dia, os cooperados demonstraram grande satisfação ao reconhecerem as potencialidades do local: “temos nossos atrativos naturais [...] o turista terá um maior contato com a natureza e poderá praticar esportes [...] também temos a nossa cultura” (Partes dos textos do diagnóstico, realizado pelos cooperados juntamente com a Projetur, no dia 23 de fevereiro de 2007). Ressalta-se que a fase de inventário do local, também foi baseada nos formulários sugeridos pelo próprio programa. O resultado desse inventário serviu de base para a escolha dos lotes que fariam parte dos roteiros turísticos. Sendo assim, percebe-se a participação da comunidade nas etapas que antecedem a própria formatação do produto turístico.

Quando questionados sobre a fase de pesquisa de mercado, tanto as turismólogas da Projetur quanto a superintendente do sistema OCB/SESCOOP-AL afirmaram estar se

baseando em resultados em que o turismo rural já deu certo, como é o caso da própria “Rota do Cangaço”¹⁸, em Piranhas (fruto do próprio programa de 2002).

Também se observou que as fases da implementação do projeto eram revistas de acordo com os novos acontecimentos do local, seja pelo surgimento de novas idéias seja pela chegada de um novo parceiro, ou até mesmo dos resultados de uma visita experimental. Essas melhorias também incluem a formatação do produto, quando ficou definido quais seriam os lotes visitados, as atividades incluídas nos roteiros, tipos de refeições, paisagismo, entre outros. Apesar do grupo de cooperados envolvido com o turismo rural ser relativamente pequeno se comparado com número total de associados à COOPENEDO, eles estavam atentos àquilo que poderia ser melhorado. Isso pôde ser constatado durante uma das visitas experimentais de um grupo de estudantes ao local, no qual uma das jovens capacitadas em informante do turismo local afirmou ter tirado grandes lições em como receber e tratar o turista, além de resolver pequenos conflitos que possam vir a ocorrer nos futuros recebimentos de visitantes.

Durante as visitas de observação, percebia-se que o mesmo grupo estava lá, ele não se dissolvia. E ao completar um ano e quatro meses do projeto, as pessoas afirmaram o porquê de persistirem na implementação do turismo rural, seguem algumas das falas:

“Em primeiro lugar, nós temos muita força de vontade e acreditamos que vai dar certo [...] dependendo do esforço que cada um faça para tornar realidade o projeto” (Hênia, 16 fev 2008, grupo focal).

“A gente tem tido a chance de aprender bastante [...] E eu acredito que pode dar certo, porque ao contrário do que tem acontecido, muitas pessoas tem agido sem ter o conhecimento, e agora nós temos o conhecimento, se não der certo, é consciente, porque o conhecimento nós temos, graças a Deus” (Maria, 16 fev 2008, grupo focal).

“A mãe natureza é muito pródiga com a gente e nos ofereceu uma infinidade de coisas que poderão com certeza dignificar muito mais as pessoas e as famílias que aqui vivem [...]” (Seu Marciando, 16 fev 2008, grupo focal).

¹⁸ A cidade de Piranhas está situada a 315 km de Maceió, na microrregião do sertão alagoano. As informações sobre o roteiro turístico desenvolvido nessa cidade se encontram no site da Projetur: http://www.projetur.com.br/turismo_rural_piranhas.htm

Entre essas e outras falas, percebeu-se que o grupo permaneceu unido por acreditar no resultado de seus esforços, no conhecimento adquirido e no potencial natural da cooperativa. Sendo assim, apesar de não contarem com muitos parceiros durante esse primeiro ano de projeto, eles souberam aproveitar o que foi proveniente do apoio do sistema OCB/SESCOOP-AL, da Projetur, da CODEVASF, e da Unimed Arapiraca. Esses aspectos serão revistos no item que segue, por ter sido um dos fatores de sustentação do turismo rural nesse período.

3.3 OS ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE CONTIDOS NO PROGRAMA DE TURISMO RURAL COOPERATIVO

No primeiro capítulo dessa dissertação foram abordados: os conceitos de turismo rural, a abrangência dessa atividade (desde a motivação dos visitantes ao que pode ser considerado como atração turística), e os possíveis benéficos para a comunidade. Todavia, ao recorrer à operacionalização da sustentabilidade feita por Capra (2002), na qual a sustentabilidade das comunidades dependem da sua “não oposição à capacidade intrínseca da natureza em sustentar a vida”, observa-se que em qualquer discussão sobre planejamento e implementação do turismo rural, conforme visto no item anterior, os aspectos técnicos devem ser pensados e elaborados tendo em vista os princípios de sustentabilidade da vida e os princípios de funcionamento dos ecossistemas.

Em um dos módulos de Programa de Turismo Rural Cooperativo, o SESCOOP considera alguns aspectos de sustentabilidade para essa atividade, definindo sustentabilidade como: “um desenvolvimento harmônico e integrado que gera retorno econômico, respeitando o meio ambiente natural e sócio-cultural” (SESCOOP, 2003c p. 67). A partir desse conceito, o Programa abarca três dimensões da Sustentabilidade: **econômica**, **sócio-cultural** e **ambiental**; todavia, não classifica indicadores para as respectivas dimensões, apenas retrata sua preocupação com o tema, ressaltando os respectivos problemas: *o fluxo de descapitalização*, *a participação da comunidade* e *a manutenção ambiental*.

Em relação ao *fluxo de descapitalização*, o SESCOOP (Ibid, 68-71) coloca o “sucesso” dos empreendedores como uma das limitações ao desenvolvimento da atividade de forma sustentável, pois algumas vezes o empreendedor desenvolve o turismo rural (conforme

as características previstas no plano), e com o tempo começa a descaracterizar os elementos rurais (a simplicidade, a rusticidade, o atendimento familiar, a comida caseira, entre outros). Essa descaracterização está relacionada à substituição de investimentos demasiados para a atividade turística, quando esta começa a dar um retorno sobre o investimento mais rápido e até maior que os rendimentos agrícolas. O problema não está no reinvestimento do capital no turismo rural, mas quando ele ultrapassa o chamado “Ponto de Equilíbrio”, resultado do aumento demasiado do local para receber um número maior de visitantes.

Percebe-se que essa preocupação em não ultrapassar os limites de investimentos está mais relacionada aos locais de hospedagem, restaurantes e à movimentação dos turistas nos lotes que fazem parte dos roteiros. Vale ressaltar, também, que esse cuidado está de acordo com um dos itens apresentados do Quadro 1 (primeiro capítulo desse trabalho), no qual o turismo rural “abarca a contemplação dos fatores culturais, por meio do resgate de práticas regionais e a preocupação em primar pela conservação do ambiente natural”. Essa preocupação ainda foi manifesta durante as entrevistas com os cooperados, parceiros e com as turismólogas da Projetur (parte das entrevistas se encontra no seguinte item desse capítulo). Apesar do *fluxo de descapitalização* ser tratado como um dos aspectos da dimensão **econômica**, o não equilíbrio dos investimentos no turismo rural irá interferir nas dimensões **ambientais** e **sócio-culturais**. Dessa forma, já se percebe as inter-relações das dimensões de sustentabilidade preconizadas por Sachs (2002) e percebidas no trabalho de Santos (2005).

O segundo aspecto de sustentabilidade, incluído no Programa, é a *participação da comunidade* através de processos democráticos e transparentes, visando sempre a dirimir as desigualdades sociais. Esse processo contemplaria programas de sensibilização da comunidade em geral e capacitação para os atores envolvidos. No caso de sensibilização, a comunidade (mesmo que não esteja envolvida diretamente com o turismo rural) deveria ser preparada para entender o processo do desenvolvimento do turismo e, assim, ter a opção de poder envolver-se com a atividade (SESCOOP, 2003c p. 67). Esse aspecto de sustentabilidade pode ser percebido nos critérios de **sustentabilidade social** definidos por Sachs (2002): “[...] alcance de um patamar razoável de homogeneidade social e distribuição de renda justa”. A *participação da comunidade* também foi indicada como um fator de sustentabilidade pelos próprios cooperados, pois apenas 18 pessoas de um total de 138 cooperados participam ativamente do turismo rural (capacitações, reuniões, exposições em feiras e eventos, entre outras atividades).

Ainda poder ser encontrado nesse módulo uma preocupação com *impactos culturais* negativos envolvendo turistas e comunidades locais. Para evitar esse tipo de impacto, o SESCOOP (2002c, p. 73-4) se baseou nos cinco estágios evolutivos da implementação da atividade turística, descritos por Ruschmann (1997):

- Estágio inicial: marcado pela euforia e entusiasmo das pessoas com o desenvolvimento do turismo rural;
- Segunda fase: caracterizado pela apatia. Uma vez que atividade cresce e se desenvolve, o turista passa a ser considerado um “meio” para a obtenção do lucro fácil, tornando os encontros mais formais do que no estágio anterior;
- Terceira fase: caracterizada pela irritação que se manifesta quando a comunidade não consegue mais atingir as exigências da demanda. Os equipamentos existentes se tornam incapazes de atendê-la.
- Quarta fase: caracterizada pelo antagonismo, decorrente da irritação dos moradores que passam a culpar os turistas pelos males e problemas causados à comunidade.
- Quinto e último estágio: ocorre quando a população se conscientiza de que, na ânsia de obter todas as vantagens da atividade turística, ela não considerou as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensou em impedi-las. Nesse momento, a comunidade terá de conviver com o fato de que seu ecossistema jamais voltará a ser o que era antes (SESCOOP, 2002c; RUSCHMANN, 1997).

Abre-se, aqui, um parêntese para ressaltar que: essa seqüência de estágios mostra que, uma atividade que tem como objetivo o resgate dos patrimônios natural e cultural, ao colocar o lucro como principal motivo da sua implementação, pode gerar uma modificação negativa no seu ecossistema. É bem verdade que um dos objetivos do turismo rural é o complemento da renda familiar, porém, para que esse “negócio” seja sustentável, implica em considerar as contribuições advindas da ciência da vida. A apropriação das lições dessa ciência por parte tanto dos cooperados como dos parceiros, implicará na manifestação diária a sua harmonia com os ecossistemas. E ao considerar as contribuições da ciência da vida, o “produto” turismo rural não pode ter sua vida comparada ao ciclo de vida de um produto qualquer, sua concepção também deveria contribuir com essa harmonia. Os produtos são criados para gerar receitas e do bom gerenciamento do seu ciclo de vida depende a sua sustentação no mercado.

Para complementar as orientações relativas à sustentabilidade que estão contidos no Programa de Turismo Rural Cooperativo, somam-se os cuidados com a *manutenção ambiental*. Neste o SESCOOP (2002c, p. 76-8) ressalta que “a manutenção da qualidade ambiental deve ser entendida, além de uma obrigação legal e princípio ético, como uma necessidade mercadológica”; enfatiza que parte dessa manutenção deveria considerada no início da concepção do empreendimento e a outra parte deveria ser desenvolvida em um trabalho de monitoramento dos impactos causados pela atividade turística. Salienta-se que, esse programa aceita como impacto ambiental: “toda alteração física ou funcional em qualquer dos seus componentes – ecológico, social, econômico e político – e essa alteração pode ser favorável ou desfavorável ao ecossistema ou à sociedade humana”.

Sendo assim, o SESCOOP propõe alguns indicadores que podem ser utilizados no monitoramento dos impactos ambientais referente aos respectivos recursos:

- Vegetação: galhos quebrados, plantas e árvores mortas, inscrições em troncos, resto de fogueiras em áreas naturais, perda da cobertura de vegetação, presença de plantas exóticas em áreas naturais;
- Solo: plantas arrancadas do solo, grau de erosão, problemas de drenagem, profundidade das trilhas e caminhos, grau de compactação das trilhas e caminhos;
- Água: turbidez e cor transparente, sedimentos em suspensão, condutividade, redução do oxigênio dissolvido e contaminação fecal;
- Fauna Silvestre: número de animais atropelados e/ou mortos, alteração do comportamento animal, diminuição de encontros de animais, e aumento ou diminuição repentina de determinada espécie de animais.

Esse conjunto de indicadores relativos à preservação ambiental denota claramente a **dimensão ambiental** da sustentabilidade, no qual são percebidos elementos pertencentes a vários ecossistemas (CAPRA, 2002) e relacionado a aspectos ambientais (fauna, flora, solo, água).

No módulo do Programa, específico sobre sustentabilidade, não se verifica referências relativas à sustentabilidade política. Essa variável é tratada no módulo do Programa onde estão incluídas as diretrizes para a capacitação de empreendedores em turismo rural cooperativo, no qual a sustentabilidade faz parte de um conjunto de princípios norteadores e é entendida como “o comprometimento com ações socioeconômicas, políticas,

ambientais e culturais” (SESCOOP, 2002b, p. 27-8).

Dito isso, percebe-se que a sustentabilidade foi tratada em módulos distintos do Programa, porém suas dimensões se complementam. Apesar de não ter sido descrito o que estaria incluído na dimensão política, os aspectos políticos relacionados ao programa podem ser vistos na própria “orquestração” deste, uma vez que a sua implementação depende de uma articulação institucional. A inclusão dessas dimensões no modelo também é justificada ao ouvir o que a comunidade da COOPENEDO, os parceiros e a superintendente do OCB/SESCOOP-AL apontavam como fatores de sustentação do turismo rural nessa cooperativa.

3.4 RECONSTRUINDO E INTEGRANDO AS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO RURAL COOPERATIVO EM PENEDO - AL

No primeiro capítulo deste trabalho, aceitou-se como turismo rural o conjunto de atividades complementares às atividades agropecuárias, no qual são percebidas as ações recíprocas entre visitantes e comunidades rurais, no sentido de resgatar e valorizar o patrimônio natural e cultural do local, promovendo o entendimento dos ecossistemas existentes nesse âmbito. No segundo capítulo, procurou-se mostrar as diferentes abordagens da sustentabilidade: no Relatório de Bruntland, no qual a sustentabilidade está relacionada ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras; em Sachs (1993 e 2002), os critérios de sustentabilidade global podem auxiliar no estudo de sustentabilidade nas organizações humanas, seja nos estudos organizacionais ou nos projetos que envolvem comunidades; através dos dois casos apresentados, nos quais ainda se confirmou que os modelos analíticos voltados ao estudo da sustentabilidade das organizações são elaborados com base nos próprios objetivos organizacionais (um dos pressupostos desse trabalho); e por fim, Capra (2002) operacionaliza a sustentabilidade das construções sociais, ressaltando que o ser humano precisa se apropriar do entendimento de como funciona os sistemas vivos, a fim de tornar suas construções sustentáveis.

Sendo assim, para a elaboração do modelo de análise da sustentabilidade do turismo rural na COOPENEDO, a partir dessas leituras, optou-se por estudar a

sustentabilidade do turismo rural nas seguintes dimensões: **ambiental, sócio-cultural, econômica, política e técnico-cognitiva**. No entanto, ainda foi preciso ouvir como a comunidade e alguns parceiros do projeto pensam a respeito da sustentação e do futuro dessa atividade na cooperativa, pois com a concepção da cooperativa do turismo rural, os próprios cooperados que irão conduzir a atividade turística no local.

Iniciando com as falas de alguns cooperados em resposta às indagações sobre o que era preciso para que o turismo rural desse certo:

Eu vejo que o primeiro passo nós já estamos dando. Isso, no tocante ao turismo rural, que é o segmento que a gente está imbuído de desenvolver como um negócio concatenado e antenado com todos e com a própria natureza. [...] Se a gente quiser que isso aqui dure, a gente tem que se alicerçar no conhecimento, na educação. É o primeiro momento e o mais importante que eu vejo é esse: a educação (Fala do Seu Marciano – cooperado, no dia 16 fev 2008, grupo focal)

A resposta acima lembra parte da operacionalização da sustentabilidade feita por Capra (2002): “O desenvolvimento dos negócios sem prejudicar a natureza”. Para isso o próprio cooperado sugere a educação como ponto de partida para que o turismo rural na cooperativa dê certo. Essa preocupação com a educação, apresentada por seu Marciano, também está de acordo com a sugestão de Capra (2002) sobre a “educação ecológica”. Assim, nesse pequeno trecho já se percebe aspectos da **dimensão ambiental** (cuidados com a natureza), da **dimensão técnico-cognitiva** (relacionada à educação ambiental), e da **dimensão econômica** (relacionada à visão do turismo rural como um negócio). Nota-se, aqui, mais uma vez, que as dimensões de sustentabilidade estão entrelaçadas como os objetivos dos empreendimentos rurais, nesse caso, com os objetivos do projeto de turismo rural desenvolvido na COOPENEDO.

Aspectos da **dimensão social** (participação) também foram percebidos na fala seguinte:

Para isso tudo acontecer é preciso um maior envolvimento por parte das outras pessoas que moram aqui [...] A gente sente a necessidade do envolvimento das outras pessoas, porque eles participando aqui tudo fica mais fácil. Até mesmo quando a gente precisar de uma carroça pra adaptar isso tudo, tendo mais pessoas envolvidas vai se tornar mais fácil (Fala da jovem Maria – cooperada, 16 fev 2008, grupo focal)

Essa preocupação com o envolvimento dos outros cooperados também foi percebida nas entrevistas realizadas com as turismólogas da Projetur e com a superintendente do Sistema OCB/SESCOOP-AL. Por sua vez, ao comentar sobre o apoio de outras entidades, a jovem Hênia trouxe aspectos da sustentabilidade **política e econômica**: “A união e o apoio

não só dos cooperados daqui, mas o apoio de fora, de alguma entidade” (Fala da jovem Hênia – cooperada, 16 fev 2008, grupo focal).

Hênia tocou em um ponto importante e do qual dependem as redes vivas: **a formação de alianças**. Segundo Capra (2002), elas são sustentadoras das trocas de energia e de recursos através de uma cooperação generalizada. Já não se pensa o turismo rural dependendo única e exclusivamente dos principais parceiros (CODEVASF e Unimed Arapiraca), da Projetur, do Sistema OCB/SESCOOP-AL, e dos demais cooperados. Percebe-se a necessidade da incorporação de outras entidades ao projeto, a fim de contribuir com a sustentação do turismo rural na COOPENEDO. Talvez Hênia não estivesse recordando da aula de biologia, quando estudou sobre as interações ecológicas¹⁹: “relação entre as espécies que vivem numa comunidade”; e talvez não estivesse recordando, mais especificamente, das relações de mutualismo: “Interação obrigatória ou facultativa entre duas espécies, com benefício mútuo, de tal modo que a aptidão dos indivíduos de ambas as espécies tende, em média, a ser maior do que se elas vivessem isoladas”. Porém, a necessidade de outros parceiros no projeto foi a sua maior preocupação. A inclusão de parceiros no projeto irá depender da capacidade de negociação entre os envolvidos no turismo rural (**dimensão política**). Lembra-se, então, que, segundo Sachs (2002), a “sustentabilidade política é de soberana importância na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade”.

Mais adiante, durante a entrevista realizada com a superintendente do OCB/SESCOOP-AL, percebeu-se um indicador da **sustentabilidade política**, que leva a **sustentabilidade econômica** desse projeto turístico: a adimplência da COOPENEDO com a unidade estadual do SESCOOP irá garantir a viabilização de recursos por mais um ano. Ressalta-se que o montante de recursos destinado pelo OCB/SESCOOP-AL ao turismo rural não foi revelado. Segue a fala:

[...] primeiro, eu vejo que a cooperativa precisa estar adimplente com a organização estadual, porque isso aí é uma regra (é exigência da Controladoria Geral da União). O SESCOOP é quem subsidia a maior parte desse projeto, então isso aí é uma condição. E pra isso a gente vem fazendo tudo para que eles estejam adimplentes [...] Depois a gente precisa começar a medir o retorno [...] vamos estabelecer uma espécie de indicadores para ver onde precisamos melhorar [...] A implementação do projeto está garantida por mais um ano (Superintendente do OCB/SESCOOP-AL, entrevista, 10 dez 2007, informação verbal).

¹⁹ “É o feito que um indivíduo de uma espécie pode exercer sobre um indivíduo de outra espécie”. Glossário de Ecologia. CNPQ. Academia de Ciências. ACIESP. 1987.

O depoimento acima ainda revela a preocupação com a elaboração de uma espécie de monitoramento das ações voltadas à implementação do turismo rural.

A partir das indagações sobre a sustentabilidade do projeto feita a uma das turismólogas da Projetur, em suas respostas, puderam ser percebidos aspectos das dimensões **ambiental, cultural, econômica e técnico-cognitiva**. Essas dimensões são percebidas através das respectivas preocupações com: os aspectos ambientais (valorização do meio ambiente, preservação ambiental e prática da reciclagem na produção do artesanato); a valorização da cultura local; a geração de renda para comunidade; e o aprendizado sobre cooperativismo e das práticas relacionadas à própria preservação ambiental. Segue o depoimento:

[...] O que foi constatado na convivência do dia-a-dia com aquela comunidade e com a direção da cooperativa, a gente percebeu que aquela comunidade estava precisando, não só da implementação do turismo rural, mas de uma assistência maior para que eles comessem a entender até o que é o próprio cooperativismo, que não estava claro para eles. Eles estavam muito assim: deixando acontecer da forma que estavam. Sempre reclamando que estava com uma vida ociosa. Então, o nosso objetivo não é só implementar o turismo rural e sairmos de lá e eles fiquem sem saber. O nosso objetivo é fazer com que eles saibam da importância desse projeto e como eles devem dar continuidade ao turismo rural, sem a Projetur estar mais por lá. É tanto que nós agora renovamos o nosso contrato por mais um ano. Vamos passar mais um ano com eles, para que eles consigam “andar com as próprias pernas”. Então, é um projeto que a gente visa o quê? Geração de renda para aquela comunidade, mas que eles tenham uma visão da cultura deles, do local onde eles vivem. O valor principal é a conservação daquele ambiente deles, justamente o meio ambiente, que é uma outra visão também que o projeto abriu; além da valorização da sua cultura, do valor cultural que eles possuem [...] Isso ficou mais gravado no trabalho deles, é tanto que nós estamos trabalhando capacitações com reciclado. Ao invés deles estarem jogando os objetos no lixo, eles estão aproveitando na produção do artesanato deles, agregando valor ao turismo rural (Turismóloga da Projetur, entrevista, 30 ago 2007, informação verbal).

As dimensões **técnico-cognitivas** também estavam presentes nas falas da médica que coordena os programas de medicina preventiva e de responsabilidade social da Unimed Arapiraca. Essas dimensões se fazem presentes devido às próprias ações desta cooperativa no projeto do turismo rural da COOPENEDO, nas quais se busca o desenvolvimento intelectual das crianças e adolescente através das oficinas de flauta e de artesanato com material reciclado. Nessa mesma parte da entrevista, ainda se percebe uma indicação de **sustentabilidade econômica**, esta relacionada à geração de nova fonte de renda através do artesanato. Segue a resposta da médica, quando questionada sobre o que iria garantir a sustentabilidade do turismo rural na cooperativa:

[...] Nós temos refletido bastante, para ver onde é que a gente pode melhorar. Para ver o que está faltando e a gente poder levar até lá. Na minha concepção, a questão das oficinas de música, de arte, do próprio artesanato, que será levada para o turismo

rural ou nos dias de festas e no recebimento dos turistas. Nós que estamos acompanhando esse tipo de projeto, percebemos a satisfação dos adolescentes em apresentar aquilo que eles aprenderam, em mostrar tanto para a família quanto para as pessoas que se fazem presentes ali, mostrando o que eles são capazes de realizar, elevando a satisfação pessoal, e que isso vai elevar o crescimento deles. Em relação aos adultos e aos demais adolescentes, também levaremos novas técnicas para que eles desenvolvam o artesanato e que será mais uma fonte de renda [...] (Entrevista, 09 jan 2008, informação verbal).

Por fim, chegou-se à elaboração do modelo analítico da sustentabilidade do turismo rural em Penedo, tendo como base: o conceito de turismo rural e seus objetivos; as contribuições de Sachs (1993 e 2002); os modelos analíticos voltados para a sustentabilidade de organizações sem fins lucrativos; as próprias orientações de sustentabilidade incluídas no Programa de Turismo Rural Cooperativo (2002); e o conteúdo das falas até aqui apresentadas. Diante desses aportes teóricos e verificações empíricas, optou-se pela inclusão das seguintes dimensões no modelo: Ambiental, Sócio-cultural, Econômica, Política e Técnica-cognitiva.

A dimensão ambiental ou ecológica

Conforme visto no primeiro capítulo desse trabalho, têm-se como objetivos do turismo rural: *o resgate e a valorização das riquezas naturais do local*. A palavra resgate, segundo o Novo Dicionário Aurélio (1986), está relacionada à ação ou ao efeito de resgatar, que significa recuperar algo mediante pagamento. O que seria preciso para recuperar os bens naturais nos lotes da COOPENEDO? Quais indicadores iriam contribuir com essa recuperação? Por sua vez, “valorizar” está relacionado ao aumento da importância de determinada coisa. Se as riquezas naturais já possuem um valor intangível, o que deve ser feito para aumentar essa importância?

Na sequência, foi visto em Sachs (1993) que para que haja sustentabilidade ecológica se faz necessário o uso de algumas ferramentas, dentre as quais se encontram: o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; a redução do volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; e a definição de normas para uma adequada proteção ambiental. E ao se observar o programa de turismo rural cooperativo, percebeu-se que os cuidados relacionados à sustentabilidade ambiental incluem a manutenção da qualidade ambiental como um princípio legal e ético, e como uma necessidade mercadológica. Sendo essa manutenção iniciada na concepção do empreendimento, e

continuada através de um trabalho de monitoramento dos impactos ambientais que possam ser causados pela atividade.

Dito isso, optou-se pela inclusão da dimensão ambiental no modelo de análise da sustentabilidade do turismo rural, uma vez que, conforme já observado no decorrer desse estudo, as escolhas das dimensões de sustentabilidade dependem dos propósitos das organizações. No entanto, quais critérios seriam incluídos? E, mais uma vez, quais indicadores fariam parte desse conjunto de critérios, visando o resgate e a valorização das riquezas naturais?

A escolha desses critérios tem respaldo nas próprias indicações do programa de turismo rural cooperativo quando este se refere à *manutenção ambiental*, e a partir do entendimento dos objetivos do turismo rural, incluem-se indicadores relacionados à *melhoria ambiental*. Lembrando-se de que esses indicadores devem contribuir com a restauração e valorização das riquezas naturais. É bem verdade que, em se tratando de uma dimensão ambiental, na qual vários aspectos ambientais estão em jogo (fauna, flora, água, solo, etc.), esse estudo poderá ser aprofundado posteriormente. Todavia, os indicadores incluídos no modelo ainda encontram respaldo em Sachs (1997) citado por Bellen (2005, p. 35-39), quando este discorre sobre a dimensão ambiental como sendo “a principal preocupação dos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente”. O resultado de um dos momentos da primeira oficina (observação participante), durante a fase exploratória, também contribuiu na elaboração da lista de indicadores incluídos nos critérios da dimensão ambiental. Nessa oficina, realizada em fevereiro de 2007, foi solicitado que as equipes expressassem em forma de desenhos quais seriam os cuidados necessários com o meio ambiente, principalmente nos lotes selecionados para visitação. Ao apresentarem seus trabalhos, as equipes demonstraram sua preocupação com alguns aspectos ambientais, quais sejam: coleta de lixo, preservação das árvores, a limpeza nos lotes, entre outras. Segundo um dos cooperados, em um dos lotes onde existe um dique para banho e pesca, foram encontrados vários troncos de árvores e galhos de plantas cortados. Outro cooperado comentou sobre a coleta do lixo que só era realizada uma vez na semana, pois a cooperativa fica meio afastada do centro de Penedo. Como consequência, grande parte do lixo da cooperativa estava sendo jogada em um lote que fica perto de um riacho. Esses comentários se repetiram nas entrevistas realizadas na fase exploratória.



Figura 7: Oficina sobre preservação ambiental, em fevereiro de 2007.

Contudo, esses aspectos negativos presentes na relação entre os moradores daquela comunidade e a natureza foram se transformando no decorrer das capacitações em turismo rural. Além dos módulos que tratavam do assunto, ainda houve as palestras com profissionais da área de educação ambiental e as oficinas com reciclado, fortalecendo a idéia de que para que o turismo rural desse certo, eles teriam que preservar a natureza. Ressalta-se, ainda, que no início da implantação do turismo rural, na fase do arranjo institucional, o Batalhão da Polícia Ambiental também entrou como parceiro, uma vez que este já monitorava as atividades agrícolas ali desenvolvidas. Essas mudanças de pensamento e atitude estão explicadas no depoimento abaixo:

“A gente percebe uma mudança imensa na percepção desses cooperados, depois dessas ações que já foram efetuadas [...] Mas a gente já percebe uma preocupação maior com a limpeza da sua comunidade, um cuidado em preservar a forma do plantio que eles estão fazendo hoje” (Turismóloga da Projetur, entrevista, 30 ago 2007, informação verbal).

Todavia, os registros contidos nas atas das reuniões dos dias 10 e 31 de janeiro de 2008 declaravam a preocupação dos cooperados com a queima de alguns resíduos sólidos que ainda persistiam no local.

Diante do exposto, fazem parte dos conjuntos de critérios da dimensão ambiental os seguintes indicadores:

- Manutenção Ambiental: Existência de coleta seletiva do lixo, monitoramento para as plantas arrancadas do solo e queimadas; diretrizes voltadas aos cuidados ambientais

nas atividades bases (agricultura e piscicultura); utilização de reciclados na produção do artesanato; comunicação com os turistas sobre os cuidados com o meio ambiente.

- Melhoria Ambiental: Educação ambiental continuada; Iniciativas voltadas à restauração contínua da natureza (Ex. Plantação de mudas de árvores nativas).

Uma vez que o turismo rural também é uma atividade que visa à geração de renda, destaca-se que esses critérios, em longo prazo, poderão ser aperfeiçoados e considerados como parte de um sistema de gestão ambiental²⁰, no qual seriam definidos: a política ambiental, os objetivos e metas (planejamento), as ações corretivas e preventivas, e os programas de melhoria contínua.

Em relação à coleta seletiva do lixo, até fevereiro de 2008 ainda não existia esse tipo de coleta. Porém, ao serem questionados sobre como seria realizada a coleta do lixo em seus lotes, dez pessoas do grupo dos dezoito responderam que os lixos seriam selecionados. Uma vez que o turismo rural ainda está em fase de implementação, essas ações ainda estão em andamento. A seleção do lixo contribuirá com a produção do artesanato através das técnicas de reciclagem aprendidas durante as oficinas com reciclado. Nota-se, então, a relação entre as dimensões ambiental, técnica-cognitiva e econômica.

Em relação ao monitoramento para as plantas arrancadas do solo e queimadas, percebeu-se que não existe uma diretriz nesse sentido, porém os próprios cooperados que fazem parte do turismo rural estão atentos a esses entraves. Essa preocupação foi observada nas atas de reunião dos dias 10 e 31 de janeiro de 2008, quando os cooperados mencionaram as queimas dos lixos; e durante a visita ao lote do seu Marciano, quando ele e outros cooperados afirmaram que estavam mais atentos às atitudes de outras pessoas em relação às plantas e queimadas.

Quanto às diretrizes voltadas aos cuidados ambientais nas atividades bases (agricultura e piscicultura), observou-se, em uma das visitas, a presença do grupo do Batalhão da Polícia Ambiental, responsável pelo monitoramento do manejo dessas atividades. Segundo uma das turismólogas da Projetur, esse monitoramento se estenderá à atividade turística do local. Visto que um dos objetivos do turismo rural é a valorização das riquezas naturais, esses indicadores, em um primeiro momento, podem nortear ações voltadas aos aspectos ambientais. Porém, conforme foi dito anteriormente, essas ações podem estar incluídas em um

²⁰ Para maiores informações sobre sistema de gestão ambiental, vide: BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

sistema de gestão ambiental dentro do próprio turismo rural, com o objetivo de resgatar e valorizar essas riquezas.

A comunicação com os turistas sobre os cuidados com o meio ambiente vem sendo feita durante as visitas aos lotes, seja pelos informantes do turismo local seja pelos donos dos próprios lotes. Esse cuidado com a preservação ambiental foi comprovado durante a gravação do programa “Terra e Mar”²¹. A jovem Hênia, seu Marciano e seu João demonstraram os cuidados com as reservas de mata atlântica e descreveram sobre as riquezas naturais encontradas nos lotes, além de atentar para os cuidados no manejo²² da cajucultura e da apicultura. Essa comunicação sobre os cuidados com o meio ambiente se manifesta como uma das formas de se valorizar as riquezas naturais, um dos objetivos do turismo rural.

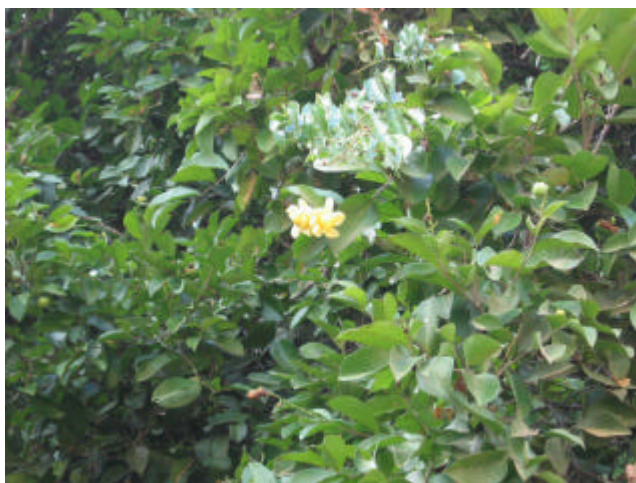


Figura 8: Fotos da vegetação 1

²¹ Programa pertencente à TV Gazeta de Alagoas, afiliada à Rede Globo, exibido aos sábados, às 13h30min. Apresentado diretamente dos locais de gravação, o programa Terra e Mar busca valorizar o patrimônio arquitetônico, cultural e ambiental de Alagoas. Além de mostrar a arte, o artesanato, o folclore, a música, a culinária, a história, a tradição e as belezas naturais, praias, lagoas, fauna e flora submarinas do estado (<http://gazetaweb.globo.com/v2/tvgazeta/mostraProgramas.php?c=7>).

²² Segundo a definição extraída do Glossário de Ecologia da Academia de Ciências de São Paulo (1987), manejo é a aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, naturais ou artificiais, baseadas em teorias ecológicas sólidas, de modo que mantenham da melhor forma possível as comunidades vegetais e/ou animais como fontes úteis de produtos biológicos para o homem e, também como fontes de conhecimento científico e de lazer. A orientação de tais programas deve garantir que os valores intrínsecos das áreas naturais não fiquem alterados para o desfrute das gerações futuras. O manejo correto exige primeiro o conhecimento profundo do ecossistema para o qual ele é aplicado. O manejo é dito de flora, de fauna, ou de solo quando a ênfase é dada aos recursos vegetais, animais ou de solo. Quando todos os componentes do sistema têm a mesma importância, diz-se tratar de manejo ambiental.

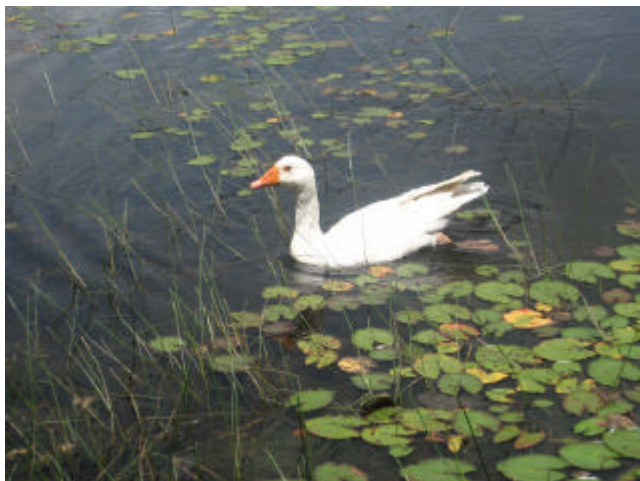


Figura 9: Fotos da fauna



Figura 10: Fotos da vegetação 2

Em relação à educação ambiental continuada, foi constatado que, através das parcerias com Unimed Arapiraca e com o SESCOOP/AL, muitas palestras e oficinas foram direcionadas no sentido de alertar sobre o manejo da agricultura, reciclagem e outros cuidados relacionados aos aspectos ambientais (fauna, flora, solo, água, etc.). Conforme visto anteriormente, em uma das falas das turismólogas também foi confirmada a existência de ações educativas direcionadas à preservação ambiental, no módulo das capacitações específico sobre o meio ambiente. E segundo a médica que coordena o programa de medicina preventiva e responsabilidade social da Unimed Arapiraca, a tendência é que esses cursos e oficinas sejam sistemáticos na prática do turismo rural. Percebe-se ainda o comprometimento dos parceiros com a própria questão ambiental. É a inter-relação de indicadores das dimensões ambientais e políticas.

Quanto às iniciativas voltadas à restauração contínua da natureza, o depoimento abaixo demonstra claramente as mudanças de pensamento e atitude em relação ao meio ambiente através dessas iniciativas:

Eles estão tendo o maior cuidado em não estar prejudicando o solo, sabe a importância de estar fazendo a multicultura e a policultura de trocas, a importância de se ter árvores. Antes eles cortavam árvores, hoje eles estão plantando árvores. Nós fizemos um dia só de mudas, onde plantamos várias mudas em um dos núcleos (núcleo 2), várias mudas de plantas nativas. Nós fizemos questão de pegar plantas existentes naquela realidade e a gente percebe que eles mudaram muito o pensamento em questão ao ambiente, onde eles visualizaram que não vai ser bom só para o turista para eles também, pois vão viver em um ambiente mais agradável (Turismólogas da Projetur, entrevista, 30 ago 2007, informação verbal).

Esse depoimento também confirma um dos objetivos do turismo rural: o resgate das riquezas naturais. Essas experiências poderão ser compartilhadas com o turista e com as futuras gerações, e assim o resgate e a valorização da natureza será um contínuo na prática do turismo rural. A partir dessas constatações, lembra-se de que humanidade precisa aprender mais sobre o funcionamento dos ecossistemas para garantir a sua sobrevivência (CAPRA, 2002). Pode-se perceber que a sustentabilidade ambiental, depende daquilo que é transmitido de geração em geração. É cultura imbricada com as dimensões ambientais. Dessa imbricação também dependem os indicadores da dimensão econômica, uma vez que para se gerar renda com o turismo rural é preciso atentar para essas questões ambientais.

A dimensão política

Em Sachs (2002), foi observado que a dimensão política é de soberana importância na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade. Volta-se a reafirmar que o turismo rural, conforme visto no programa de turismo rural cooperativo de 2002, também é um negócio que visa à geração de renda para a comunidade; e a sua implantação requer a consolidação de etapas que fazem parte de um projeto turístico. Assim sendo, a seqüência dessas etapas pede uma reconciliação com a conservação da biodiversidade, mas quais seriam os critérios da dimensão política que iria contribuir com a pilotagem dessa reconciliação?

Em seu artigo sobre os sentidos da política, Araújo (2001) sintetiza os sentidos que orientaram o pensamento político nas transformações ocorridas no mundo ocidental. Dentre os sentidos elencados e percorridos pela autora, destacam-se dois que mais têm relação

com o estudo da sustentabilidade do turismo rural: o *diálogo* e a *negociação*. De acordo com Araújo (2001) a idéia de que a política se define essencialmente pelo exercício do diálogo e da argumentação está baseado:

[...] na crença no homem como um ser racional e livre capaz de estabelecer arranjos e acordos razoáveis para conviver e capaz igualmente de se submeter a leis quando estas expressam um acordo racional e voluntário [...] Embora as origens deste pensamento remontem a obra do inglês John Locke (1630-1704), sua matriz fundamental é o pensamento iluminista do século XVIII [...] (ARAÚJO, 2001, p. 21).

Dentre as vertentes dialógicas sintetizadas por Araújo (2001), também está a “razão comunicativa” do pensador alemão Jurgen Habermas, a qual é produzida por seres humanos que interagem, que dialogam, que chegam juntos a um determinado consenso. Mais adiante, a autora discorre sobre a vertente que aponta para a negociação como eixo da política.

[...] Negociação entendida como discussão e acomodação de diferentes interesses [...] Negociar é fazer concessões, ceder, estabelecer alianças, reconhecer o outro como portador de interesses e direitos [...] Um dos mais importantes representantes desta visão política é Alexis de Tocqueville (ARAÚJO, 2001, p. 22).

Agora, tendo como critérios de sustentabilidade política esses dois sentidos apresentados por Araújo (2001), mesmo que os dois conceitos se complementem, decide-se nesse trabalho relacionar o conjunto de indicadores referente à negociação ao ambiente externo da cooperativa, uma vez que este se relaciona à formação de parcerias. Por sua vez, o diálogo será tratado como critérios do ambiente interno do grupo de cooperados, visto que este contribuirá com a consecução do consenso do grupo diante das decisões a serem tomadas.

Ao se referir à negociação, lembra-se das diretrizes propostas pelo Ministério do Turismo com a finalidade de orientar os gestores de propriedades rurais e de comunidades que desenvolvem o turismo rural: o ordenamento da atividade (diagnósticos); a disseminação desta através de uma rede de informação; a articulação, envolvendo o estabelecimento de convênios, acordos e parcerias interinstitucionais e intersetoriais; os incentivos advindos da simplificação dos processos de concessões de crédito e de ações que impliquem na promoção e comercialização de produtos e serviços; a capacitação; o envolvimento das comunidades, abrangendo o planejamento do desenvolvimento territorial de forma integrada e participativa.

Também é lembrado de um dos princípios de sustentação dos sistemas vivos, descritos por Capra (2002), quando ele se refere à necessidade de formação de alianças (parcerias) na sustentação das trocas de energia e de recursos através de uma cooperação

generalizada. Destaca-se, ainda, que o próprio programa de turismo rural cooperativo define a necessidade da formação do “arranjo institucional” com o objetivo de materializar parcerias. Diante dessas constatações, aceita-se como indicadores de sustentabilidade política para o ambiente externo: a formação de parcerias comprometidas com a sustentação do turismo rural em Penedo; o comprometimento em manter uma comunicação sistemática entre os parceiros envolvidos; e a comunicação com o cliente (turista).

Por sua vez, a sustentabilidade política no nível interno pode ser garantida através da prática do diálogo nas seguintes situações: nas etapas de implantação do turismo rural; nos momentos de decisões em relação ao turismo rural; nas organizações de eventos, nas quais a marca do turismo rural se faz presente.

Conforme o próprio Programa de Turismo Rural Cooperativo orienta, a formação de parcerias é uma condição para a existência do turismo rural em Penedo. Do comprometimento desses parceiros com a sustentação do turismo rural em Penedo, dependerá a sua continuidade como atividade geradora de renda para a comunidade. Uma vez que ainda são poucos parceiros envolvidos, em todos eles perceberam-se ações que demonstravam esse comprometimento.

Talvez pelo fato de ser uma cooperativa, a Unimed Arapiraca apareceu com um dos parceiros cujas ações denotavam esse comprometimento, deixando transparecer uma espécie de intercooperação (um dos princípios cooperativistas). O depoimento abaixo, comprova o comprometimento deste parceiro com o turismo rural:

“[...] Toda e qualquer oficina nossa, todo custo é da Unimed Arapiraca. Desde o salário dos oficineiros e professores, do material utilizado para fazer o artesanato e até os instrumentos musicais são custeados pela Unimed. Nós temos definido na nossa cooperativa um percentual das nossas sobras para ser direcionado à responsabilidade social. [...] Isso é aprovado em assembléia, então nós temos uma verba que é destinada à responsabilidade social. Das nossas sobras, o ano passado foi 2% e esse ano eu estou pleiteando que isso aí venha dobrar e quando a gente mostra a satisfação, o como é bom fazer o bem e fazer as pessoas caminharem com as próprias pernas, tenho certeza que os cooperados de Arapiraca vão dobrar esse percentual” [Médica da Unimed Arapiraca, 9 jan 2008, informação verbal].

Contudo, ao ser questionada sobre o envolvimento dos outros parceiros no projeto, a mesma médica afirma que:

“[...] Eles precisam acreditar mais e perceber que essa é a saída pra nossa região. Perceber que não dá mais pra ficar nessa inércia, de está esperando que [...] alguém sozinho descubra alguma coisa. É com muita pobreza que eu vejo essas parcerias” (Ibid).

Esse é um indicador que precisa de mais atenção. Durante a fase exploratória já se percebia a dificuldade em consolidar o arranjo institucional, tantos com órgãos públicos como privados. O poder público municipal também esteve ausente, apenas atentou para alguns dos serviços públicos que estavam parados: a coleta do lixo e a iluminação. Porém, os parceiros mais presentes (OCB/SESCOOP, Unimed Arapiraca e CODEVASF) demonstram esse comprometimento com a atividade do turismo rural em Penedo – AL.

De acordo com uma das turismólogas da Projetur, após cada visita técnica à COOPENEDO, elas apresentam um relatório à superintendente do OCB/SESCOOP – AL descrevendo o andamento das ações do projeto. Com base nesses relatórios, o OCB/SESCOOP pode direcionar outras iniciativas, no sentido de apoiar o projeto. Tem-se como exemplo o projeto “Retalho e Moda” que será coordenado pela estilista cearense Icléa Coutinho. O andamento do projeto turístico também é comunicado aos demais parceiros. Assim, se percebe a manutenção de uma comunicação sistemática entre os parceiros envolvidos. Essa rede de comunicação que se cria, segundo Capra (2002), contribuirá com a conservação da nova organização. Essa comunicação também se estenderá aos clientes (turista). Segundo as prescrições contidas modelo de projeto voltado ao turismo rural, a sétima etapa inclui o Plano de Marketing, no qual está descrita a sugestão para uma política de comunicação (combinando o trabalho de propaganda, relações públicas e promoção de venda). No caso estudado, ao serem questionados sobre como seria a realizada a comunicação com cliente, obteve-se as seguintes respostas: através de parcerias com agências de turismo em Penedo e em Arapiraca, e divulgação através da Internet e boca a boca. Até o dia 21 de fevereiro não se tinha, ainda, um Plano de Marketing definido.

Em se tratando de comunicação para a formação de parcerias, percebe-se o quanto esta poderá interferir nas dimensões ambientais (parceiros comprometidos com a causa) e econômicas. Ainda em relação à comunicação com o cliente, caberia incluir a comunicação com os visitantes durante as visitas. Durante a gravação do programa “Terra e Mar”, observou-se que a informante do turismo local iniciava o diálogo com os turista percorrendo sobre o histórico da cooperativa, apresentava as potencialidades da região e respondia aos visitantes, no caso de dúvidas e questionamentos. Porém, nos lotes visitados, além da informante do turismo rural conduzir as informações sobre o local, os próprios cooperados também intervinham complementando algo ou adentrando em assuntos mais específicos, como por exemplo, falar do manejo das atividades desenvolvidas em seu lote. É nesses

momentos de interação entre as pessoas do campo e as pessoas da cidade que se percebe o turismo rural acontecendo.

A dimensão econômica

A análise dessa dimensão se ampara nas mesmas abordagens utilizada por Santos (2005) e Reis e Meira (2005): a reorganização do pensamento de Karl Polany (2000) feita por França Filho e Laville (2004) para análise de sustentabilidade econômica em organizações de economia solidária. Salienta-se que, mesmo que o turismo rural na COOPENEDO não esteja incluído em uma organização de economia solidária, tanto a própria atividade do turismo rural (que tem como pré-requisitos o resgate e valorização das riquezas naturais e culturais) como a própria natureza da cooperativa (sem fins lucrativos), se assemelham com algumas das características apresentadas por Singer (2002). Por isso, optou-se em utilizar os mesmos critérios dos casos apresentados. Conforme visto no segundo capítulo desse trabalho, as três formas de economia se agrupam em: a) uma economia mercantil, baseada nos princípios de mercado auto-regulado com predominância da lógica utilitária para o valor do bem trocado; b) uma economia não mercantil, fundada no princípio da redistribuição, destacando o papel do Estado como ator central nessa redistribuição; c) uma economia não monetária, fundada no princípio da reciprocidade e da domesticidade, valorizando a consolidação dos laços sociais.

Para concluir a composição dos indicadores de sustentabilidade econômica referente ao turismo rural cooperativo em Penedo - AL, também foi preciso entender o funcionamento dessa atividade, quais produtos seriam oferecidos aos clientes, como seriam as visitas aos lotes, quais os atrativos turísticos, entre outros. Durante as leituras sobre o tema turismo rural e do acompanhamento da implantação dessa atividade na COOPENEDO, esse entendimento foi se consolidando e contribuiu com a composição dos respectivos critérios e indicadores:

- Mercantil: Montante dos produtos e serviços disponíveis para a comercialização e a previsão de recursos proveniente dessa comercialização;
- Não mercantil: Número de parcerias estabelecidas e doações monetárias recebidas;

- Não monetário: Bem materiais recebidos, benfeitorias na infra-estrutura do local e apoio técnico recebido (contábil, legal, gestão, empreendedorismo rural).

Uma vez que a implantação do turismo rural teve início contando com a participação dos cooperados, as etapas de inventário do local, diagnósticos e formatação do produto turístico foram de fundamental importância para a definição dos lotes a serem visitados e dos produtos e serviços que poderiam ser comercializados. Para complementar, os indicadores que compõem o critério mercantil para a análise da dimensão econômica entram em concordância com o depoimento abaixo:

Nós temos os roteiros de turismo rural que serão elaborados e comercializados aqui, serão vendidos pacotes turísticos, incluindo os lotes dos cooperados e através dos produtos produzidos e vendidos por eles (Turismóloga da Projetur, 30 ago 2007, informação verbal).

Em relação a esse indicador, observou-se, durante a gravação do programa televisivo “Terra e Mar” ocorrido do dia 21 de fevereiro de 2008, que o grupo envolvido com o turismo rural já pôde apresentar aos turistas e a equipe de reportagem os itens artesanais produzidos por eles, bem como conduzi-los por um dos roteiros turístico organizado pelo grupo e pelas turismólogas da Projetur. Na bancada organizada para a exposição dos produtos puderam ser encontrados os seguintes itens:

- Jogos de cama, mesa e banho (com bordados e crochês);
- Peças de roupas femininas;
- Objetos de decoração confeccionados com material reciclado;
- Alimentos (doces de frutas diversas e oriundas do local, mel, grude ou má-casada (alimento feito da mandioca e característico do local);
- Brinquedos de tecido, bolsas, bijuterias, entre outros.

Com os outros cursos e oficinas oferecidos pelo SESCOOP e Unimed Arapiraca a tendência é o aumento no número de itens produzidos pelos cooperados da COOPENEDO e que farão parte da nova cooperativa, a do turismo rural. Dentre esses cursos, destaca-se aquele que está incluído no projeto “Retalho e Moda”.



Figura 11: Bancada com produtos artesanais (21 de fevereiro de 2008).

Os lotes incluídos nesses roteiros foram: “recanto da natureza”, do cooperado João dos Santos; “nascente dos coqueirais”, do seu Abelardo; e o lote do seu Marciano, com destaque para a trilha “alameda da sapucaia”. O passeio foi realizado via trator e todos desfrutaram da bela paisagem do local, além dos momentos de interação com a comunidade local.

O início do roteiro contou com a apresentação das flautas com as crianças da comunidade. Depois, o grupo seguiu para a casa de farinha²³, na qual puderam assistir à produção da farinha e degustá-la no final do processo produtivo. Além da farinha, também foi oferecido ao grupo tapioca, beiju e café. De lá, seguiram para as visitas aos lotes.

²³ Essa casa de farinha foi construída com os recursos advindos do Plano Integrado de Desenvolvimento – PID, através do projeto do BNB/PNUD, em 1995.



Figura 12: Grupo de crianças tocando flauta.



Figura 13: Interior da casa de farinha.



Figura 14: Trator transportando os turistas em direção aos lotes.

No lote do seu Marciano, por exemplo, os turistas e a equipe de reportagem tiveram “uma aula” de como cultivar o caju, da utilidade de algumas espécies de plantas e árvores que se encontravam no caminho, além de conhecer a toca de um tatu que habita em uma reserva de mata atlântica. No final da trilha, o grupo ainda aproveitou a bela paisagem de uma cachoeira, e no retorno, um saboroso almoço esperava por todos. Esse almoço contava com o prato característico daquele lugar: a galinha caipira. Após a refeição, o grupo assistiu a uma apresentação artística, na qual os participantes vestiram roupas feitas de retalho (resultado da oficina de costura oferecida pela Unimed Arapiraca); e às dramatizações de poesias do campo feitas por seu Marciano e pelo ator Ronaldo Luiz dos Santos²⁴.

Segundo uma das turismólogas da Projetur, um dia de visita à cooperativa, incluindo um roteiro (passeio em três lotes), refeições (lanche e almoço), e apresentações artísticas custa R\$40,00 (quarenta reais). No entanto, esse valor pode ser negociado de acordo com o número de visitantes ou tipo de turista (estudantes, técnicos, professores, etc.).

Em relação ao critério não mercantil, dois indicadores podem dar suporte: o número de parcerias estabelecidas e as doações monetárias recebidas. Até fevereiro de 2008, cinco parceiros estavam incluídos no projeto do turismo rural, quais sejam:

- CODEVASF: Paisagismo da praça principal e reforma de um antigo grupo escolar que se tornará o “mercado do artesanato”;
- UNIMED Arapiraca: Oferta de vários cursos (reciclagem, flauta para as crianças, artesanato, saúde preventiva), e o paisagismo dos canteiros e da praça principal;
- Banco Bradesco: Doação de R\$300,00 (trezentos reais), destinado à compra dos bancos das praças;
- OCB/SESCOOP: Oferta de cursos sobre cooperativismo, informante do turismo local, apoio técnico (gestão financeira, contabilidade e noções jurídicas). Vale destacar que o apoio do sistema OCB/SESCOOP vem tomando proporções maiores no decorrer do projeto, como por exemplo, a inclusão do projeto “Retalho Moda”. Esse projeto foi levado à comunidade e dentre várias alternativas para desenvolvê-lo, o grupo optou pelo curso de bordado e corte e costura. Destaca-se que todas as mulheres que estão incluídas no turismo rural entraram na lista para participarem desses cursos, visto que o aprendizado adquirido

²⁴ Cooperado que já participou de várias peças no teatro municipal de Penedo - AL.

contribuirá na produção das peças artesanais que serão oferecidas aos turistas da COOPENEDO.

- BNB: Com linhas especiais de crédito e financiamento (até fevereiro de 2008 não foram utilizadas para o turismo rural).

- Batalhão da Polícia Ambiental: Instruções e monitoramento ambiental para as atividades de agricultura, piscicultura e turismo rural.

Diante do exposto, nota-se a existência de parceiros que contribuem com o aspecto não monetário: Bem materiais recebidos, benfeitorias na infra-estrutura do local e apoio técnico recebido (contábil, legal, gestão, empreendedorismo rural). Percebe-se ainda que, a produção de todos os itens disponíveis à comercialização dependeu de uma preparação, o grupo passou por um processo de capacitação em turismo rural, além de várias oficinas específicas (reciclagem, flautas, artesanato, entre outras). A partir da apropriação desse conhecimento adquirido (dimensão técnico-cognitiva), a dimensão econômica começa a se fortalecer. Além da relação direta com a dimensão técnico-cognitiva, a dimensão econômica também se fortalece a partir do comprometimento dos parceiros com o turismo rural, indicador da dimensão política. Por fim, se reafirma que a sustentabilidade econômica, segundo Sachs (1995), torna-se possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Sabendo-se que “gerenciamentos mais eficientes” dependem da dimensão técnico-cognitiva e “investimentos públicos e privados” dependem de negociações, pertencentes à dimensão política.

Em se tratando de gerenciamentos mais eficientes, cabe incluir que uma das fragilidades de gestão encontrada durante a pesquisa foi a ausência de um plano de negócio para o turismo rural, uma vez que essa ferramenta de gestão é o ponto de partida para quaisquer empreendimento, na qual podem ser encontradas informações mercadológicas, viabilidade financeira do projeto, entre outras.

A dimensão técnica-cognitiva

Uma vez que, durante a fase exploratória pôde-se observar alguns momentos em que o grupo participava das capacitações voltadas ao turismo rural, de cursos e oficinas, e da própria implementação da atividade (atividade esta que iria contribuir com a valorização do próprio grupo, enquanto ser social), sentiu-se a necessidade de incluir a dimensão técnica-cognitiva, que levou as seguintes indagações: o grupo soube se apropriar dos ensinamentos contidos nessas capacitações e cursos? Como pode ser percebida essa apropriação? Durante um ano e quatro meses de implementação do turismo rural (período da pesquisa), quais foram as idéias trazidas pelo grupo de cooperados visando à sustentação dessa atividade? E as idéias dos parceiros?

Antes de se chegar a essas indagações, buscou-se, em um primeiro momento, o amparo em alguns elementos listados na psicologia cognitiva²⁵, uma vez que esta se relaciona com a aquisição de conhecimentos. Sem querer adentrar no legado e tratados dessa ciência, visto que seu território é demasiadamente extenso, lista-se aqui alguns dos processos e capacidades mentais que estão incluídas no seu âmbito, quais sejam: a atenção e a percepção, a aprendizagem e a memória, o pensamento e a solução de problemas, a formação de conceitos e a linguagem, a inteligência e a criatividade (PFROMM NETTO, 1985, p. 101). Porém, foi em algumas abordagens da psicologia educacional²⁶ que se encontrou respaldou na formação dos indicadores de sustentabilidade para a dimensão técnica-cognitiva. Salienta-se que esse estudo pode ser aprofundado, considerando os processos e capacidades mentais incluída no âmbito da psicologia cognitiva.

Segundo Leontieva (1978, p. 265 apud FERREIRA, 1986, p. 73):

Cada geração começa, portanto, com a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo, participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividades social e desenvolvendo assim aptidões especificamente humanas que se cristalizaram

²⁵ Definida como o estudo de como as pessoas representam e processam mentalmente as informação (PFROMM NETTO, 1985, p. 101).

²⁶ Lida com a identificação e a descrição de princípios de aprendizagem e de desenvolvimento humano, e condições de ensino relacionadas para aperfeiçoar práticas educacionais (KLAUSMEIER, 1977, p. 21 apud FERREIRA, 1986, p. 7).

Ferreira (1986) cita o exemplo da linguagem para explicar a citação acima. Apesar de esse conceito estar relacionado aos aspectos que perpetuam uma determinada cultura, Ferreira (1986, p. 73) explica que “o processo de “apropriação” se dá através do trabalho manual e intelectual que está contido nos produtos sociais”.

Uma vez que o turismo rural depende dos conhecimentos que o homem do campo adquiriu com as gerações passadas, e que esses conhecimentos somados àqueles adquiridos nos momentos de capacitação em turismo rural irão favorecer a todas as fases de implementação dessa atividade, os indicadores que denotam a sustentabilidade técnica-cognitiva incluídas no critério apropriação do modelo analítico são:

- O número de cursos realizados (capacitação em turismo rural (empreendedorismo), cooperativismo, oficinas e outros);
- A participação nos cursos e capacitações oferecidas pelo projeto (comentários, falas, idéias criativas e outros); e
- A utilização do conhecimento adquirido na formatação do produto turístico;
- O conhecimento desenvolvido com a prática

Para a implantação do turismo rural, os cooperados precisavam participar dos cursos de capacitação em turismo rural e dos outros cursos e oficinas, quais sejam: fabricação de doces, beneficiamento do pescado, bijuterias, artesanato, informante do turismo local, primeiros socorros, flauta para as crianças e adolescente, medicina preventiva e reciclagem. A apropriação desses novos conhecimentos somados aos já adquiridos no decorrer de suas vidas pôde ser percebida durante vários momentos de observação, destacam-se três, são eles:

- 1) Organização do grupo para participarem do 4º Encontro do Cooperativismo Alagoano - ENCOOPAL, realizado entre os dias 12 e 14 de setembro de 2007. Nesse evento, a participação da COOPENEDO já pôde contar com os resultados da organização do pequeno grupo que tem se dedicado ao turismo rural. Eles confeccionaram peças artesanais (objetos de decoração com reciclado, roupas, jogos de cama e mesa) e alimentos produzidos com aquilo que se produz da própria cooperativa (mandioca e outras frutas). Segundo uma das turismólogas responsável pela implantação do turismo rural na cooperativa, esse resultado foi bastante significativo, pois o estande da COOPENEDO do

ENCOOPAL do ano anterior só contava com a exposição de alguns pedaços de cana e de mandioca. Com o apurado das vendas durante esse evento a cooperativa pode quitar parte de suas dívidas com o sindicato. Esse resultado também serviu de estímulo para que o grupo permanecesse unido e se dedicando ao turismo rural.

- 2) Um mês depois, com a experiência adquirida durante o 4º ENCOOPAL, o grupo se preparou para a jornada cultural promovida pela CODEVASF, e expôs os mesmos produtos apresentados durante encontro; e
- 3) No dia 21 de fevereiro de 2008, o grupo se organizou para uma gravação do programa “Terra e Mar”, na qual se percebeu a “orquestração” do conhecimento já existente e aqueles adquirido com cursos, oficinas e palestras.



Figura 15: A jovem como informante do turismo local apresenta os itens produzidos pelo grupo – 21/02/2008.

Os resultados conquistados pelo grupo têm refletivo naquilo que uma das turismólogas considerou como sustentabilidade do turismo rural. É o que demonstra o depoimento abaixo:

A sustentabilidade está relacionada à questão da melhoria da qualidade de vida, a valorização cultural da sua localidade, a preservação do meio ambiente. E ver que todas essas ações em conjunto estarão melhorando a auto-estima dessa comunidade, e ver que eles têm potencial para que consigam o que eles quiserem. Porque o potencial da COOPENEDO é muito grande (Turismólogas da Projetur, 30 ago 2007, informação verbal).

Além desse conhecimento adquirido durante a formação do produto turístico, inclui-se aquele que pode ser agregado a partir das experiências com a própria atividade

turística, seja recebendo visitantes técnicos, ou outros visitantes que não estejam fazendo turismo por simples lazer, mas na busca de informações sobre empreendimentos turísticos no meio rural, algo tipo *benchmarking*. A troca de informações poderá contribuir com o aperfeiçoamento da atividade. Essa prática também poderá ser incluída até mesmo durante a fase de implementação do turismo rural na COOPENEDO. Nesse caso, os próprios gestores da cooperativa de turismo rural poderão organizar visitas para conhecerem as experiências de turismo rural que existem em Alagoas ou nos estados vizinhos, como por exemplo, a “rota do cangaço” e a COOPEAGRO²⁷.

Lembrando de uma das explicações de CAPRA (2002), a uma propriedade básica de todas as formas de vida é a abertura às perturbações do ambiente, garantindo sua existência. Sendo assim, a abertura da organização a novos conceitos, novas tecnologias e novos conhecimentos é um indício da sua vida, da sua flexibilidade e da sua capacidade de aprendizado. E assim, se percebe a relação da dimensão técnica-cognitiva com as dimensões econômica, sócio-cultural e política.

A dimensão sócio-cultural

Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, a interação do turista como os elementos encontrados no espaço rural é uma característica determinante do turismo rural. A partir dessas interações se busca a valorização e o resgate da cultura local, um dos objetivos do turismo rural. Essas interações envolvendo o turista podem ser percebidas no cultivo de uma plantação, criação de animais, contato com os costumes, arte e culinária local, entre outras. Essas atividades também irão contribuir com os aspectos de sustentabilidade social e cultural mencionadas por Sachs (2002): a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens; e o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação. Mas quais indicadores seriam incluídos no sentido de valorizar e resgatar a cultura local, buscando o envolvimento do grupo?

²⁷ A Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados tem como objetivo: o fortalecimento das ações produtivas; a informação e organização dos/as pequenos/as agricultores e agricultoras, tornando possível sua inserção, com sustentabilidade, no contexto social e econômico da região (Litoral Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco), tendo sempre como princípio o respeito à biodiversidade local em todas as suas manifestações (<http://coopeagro.org/>).

No depoimento abaixo, percebe-se a preocupação de uma das turismólogas com a sustentação do turismo rural relacionado-a ao comprometimento do grupo com o projeto:

“[...] quem vive na comunidade são eles. Então, a gente não pode está implementado ações ou alguns projetos dentro da comunidade que não vá satisfazê-los. [...] tudo o que é feito no turismo rural, é feito de forma participativa. Eles têm direito a voto, eles têm direito a decisão, a dar opinião, a dar sugestões e chegar a um consenso e é realizado da melhor forma possível, onde seja adequado a forma real e a necessidade deles. [...] Quem vai está sendo beneficiados são eles. Eles têm que está desde o início sabendo para onde vai, como vai, como deve ser feito e também contribuir com essas ações. [...] As ações da Projetur no intuito de envolver a comunidade local no projeto do turismo rural fora mostrar para a comunidade os benefícios que eles vão ter com esse projeto. E que esse projeto só vai dar certo, só vai ter sustentabilidade se eles também se comprometerem com esse projeto, se eles estiverem entrelaçados mesmo, em sinergia. Porque tudo depende do sustentamento deles, de como eles vão dar andamento” (Turismóloga da Projetur, 30 ago 2007, informação verbal)

Dito isto, optou-se pela inclusão no modelo analítico os seguintes critérios e respectivos indicadores:

- Comprometimento com o projeto: Participação dos cooperados durante a fase de capacitação em turismo rural; e a participação dos cooperados nos cursos oferecidos (doces, bijuterias, artesanato, oficinas e outros).

- Valorização e resgate: Interface entre a cultura local e a promoção das atividades de turismo rural (dote artístico dos cooperados); e eventos que possam valorizar aquilo que se produz na COOPENEDO e ações que possam resgatar algum cultivo esquecido ou substituído (Ex. Maracujá).

Conforme os resultados obtidos através do questionário estruturado, do pequeno grupo que se envolveu com o turismo rural (18 pessoas), dezesseis destas se dedicaram à fase de capacitação em turismo rural (89%). Além da participação nesse momento de capacitação, sete pessoas desse mesmo grupo também marcaram presença nos outros cursos e palestras promovidos pelos parceiros do projeto, quais sejam: Fabricação de doces (2 integrantes), beneficiamento do pescado (1 integrante), bijuterias (1), artesanato (3), informante do turismo local (5), primeiros-socorros (1), cooperativismo (2), reciclagem (3). Os frutos desse envolvimento já foram demonstrados nas dimensões de sustentabilidade vistas anteriormente.

Todavia, com os resultados positivos advindos ainda nessa fase de implementação da atividade no local (participação no 4º ENCOOPAL, na jornada cultural

da CODEVASF, no recebimento aos primeiros turistas²⁸), foi praticamente unânime a inscrição para o curso que está incluído no projeto “Retalho e Moda”, apresentado no início de fevereiro de 2008. Segundo uma das turismólogas, o número de integrantes nos próximos cursos e até mesmo no envolvimento com o turismo rural deverá aumentar com a criação da Cooperativa do Turismo Rural, pois sua direção e conselhos serão dissociados da COOPENEDO.

Em relação à interface entre a cultura local e a promoção das atividades de turismo rural (dote artístico dos cooperados), tanto no questionário voltado para os cooperados como nas entrevistas realizadas com as turismólogas, percebeu-se que existem pessoas com dotes artísticos, ou nesse mesmo grupo ou na família dos integrantes. Cinco pessoas tocam instrumentos musicais, um canta, outro pinta, e outro desenha. O depoimento abaixo também revela a existência de potenciais artísticos na cooperativa: “Além de ter meninos também, adolescentes com 17 anos, como o Luiz que é um artista mesmo. Linda as esculturas dele. Ele trabalha tanto com pinturas, como com palitos de picolé também. São coisas que são assim só pra eles, que não está nada exposto” [Turismóloga, 2007, informação verbal].

Além do Luiz, segundo alguns dos cooperados, era costume de uma parte do grupo se reunir no lote do Seu João para tocar violão e cantar músicas sertanejas. Esses momentos podem ser revividos, valorizando a integração entre o homem do campo com os turistas.

Segundo o atual presidente da COOPENEDO e outros cooperados mais antigos, no início da cooperativa, o cultivo do maracujá era bastante próspero, chegando a abastecer Penedo e municípios vizinhos. Porém, as plantações sofreram as conseqüências da improdutividade advindas de uma doença no plantio, o que gerou uma queda na renda familiar. O depoimento do Seu Elizeu aponta para um dos momentos vividos com a conseqüência dessa doença:

“[...] Depois de uns quatro anos, começou a morrer o maracujá [...] aí o pessoal começou a ficar sem aquela lavoura. Era transportado maracujá pra Pindorama e pra Maguary. Toda semana saíam dois caminhões de maracujá daqui” (Atual presidente da COOPENEDO, entrevista, 05 dez 2007, informação verbal).

²⁸ Grupo de alunos da turma de uma das turismólogas da Projetur, que leciona no curso de turismo em uma faculdade de Maceió-AL.

Para tentar resgatar esse cultivo, caberia incluir outros parceiros ligados à área de pesquisas agrárias (núcleos de pesquisa dos cursos de agronomia da UFAL, SEBRAE, entre outros). A trajetória do resgate do cultivo do maracujá poderia ser incluída nos próximos roteiros e seria uma maneira de diversificá-los e agregar valor ao produto turístico rural. Além das festas religiosas que acontecem no território da COOPENEDO, outros eventos poderiam ser criados para valorizar aquilo que se produz na cooperativa, como por exemplo, a “semana da mandioca” (expondo produtos, meio de produção da farinha, dicas sobre novas receitas, concursos de culinária envolvendo comunidade e turista, dicas sobre as propriedades nutricionais dos alimentos, entre outros). Entre esses eventos, após o resgate do seu cultivo, poderia ser incluída a “semana do maracujá”.

Além de outros turistas, poderiam ser públicos desses eventos os alunos de ensino fundamental, médio e superior. As instituições de ensino poderiam ser incluídas como parceiros e o turismo rural poderia ser uma extensão da escola, através de atividades práticas envolvendo a natureza e o cultivo da terra, despertando o estudante para a preservação ambiental e ações empreendedoras. Seria um dos resultados do papel das relações sociais: o partilhar de conhecimentos, opiniões e costumes. É através dessas interações que há a remodelação de comportamentos e expectativas (CHINOY 1975, p. 53-4). Nota-se, então, a relação entre as dimensões sócio-culturais, ambientais, técnico-cognitiva e econômica.

Cabe lembrar que o conhecimento adquirido com a prática (indicador da dimensão técnico-cognitiva) também é influenciado pelas relações entre visitantes e comunidade. As experiências dos turistas compartilhadas com as pessoas do campo ou as experiências espontâneas do cotidiano na realidade do turismo rural poderão contribuir com o aperfeiçoamento da atividade turística na cooperativa. Não seria algo sistemático como uma espécie de “pesquisa de satisfação do cliente”, mas uma troca de idéias e saberes, buscando a sustentação do turismo rural.

O Quadro 5 compila as dimensões de sustentabilidade até aqui abordadas, incluindo seus respectivos critérios e dimensões. A esse quadro podem ser incluídos outros indicadores, a depender do caso a ser estudado e dos objetivos aos quais as organizações se propõem.

A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO RURAL COOPERATIVO	Dimensões	Critérios	Indicadores
	Ambiental	Manutenção	Existência de coleta seletiva do lixo
			Monitoramento para as plantas arrancadas do solo e queimadas
			Diretrizes voltadas aos cuidados ambientais nas atividades bases (agricultura e piscicultura)
			Utilização de reciclados na produção do artesanato
			Comunicação com os turistas sobre os cuidados com o meio ambiente.
		Melhoria	Educação ambiental continuada
			Iniciativas voltadas à restauração contínua da natureza (Ex. Plantação de mudas de árvores nativas).
	Sócio-cultural	Comprometimento com o projeto	Participação dos cooperados durante a fase de capacitação em turismo rural.
			Participação dos cooperados nos cursos oferecidos (doces, bijuterias, artesanato, oficinas e outros).
		Valorização e Resgate	Interface entre a cultura local e a promoção das atividades de turismo rural (dote artístico dos cooperados).
			Eventos que possam valorizar aquilo que se produz na COOPENEDO e ações que possam resgatar algum cultivo esquecido ou substituído (Ex. Maracujá).
	Econômica	Mercantil	Montante dos produtos e serviços disponíveis para a comercialização
			Previsão do montante da receita provenientes da comercialização.
		Não Mercantil	Número de parcerias estabelecidas e suas respectivas contribuições.
			Doações monetárias recebidas
		Não Monetário	Bem materiais recebidos
			Benfeitorias na infra-estrutura do local
	Política	Ambiente Interno	A prática do diálogo durante a implantação do turismo rural cooperativo
			Participação nas decisões em relação ao Turismo Rural Cooperativo
		Ambiente Externo	Formação de parcerias comprometidas com a sustentação do turismo rural em Penedo – AL.
			Comunicação sistemática entre os parceiros envolvidos; e
	Técnica/cognitiva	Apropriação dos saberes adquiridos	Comunicação com o cliente (turista).
			Número de cursos realizados (capacitação em turismo rural, oficinas e outros);
			Utilização do conhecimento adquirido na formatação do produto turístico.
			Participação nos cursos e capacitações oferecidas pelo projeto (comentários, falas, idéias criativas e outros).
			Conhecimento desenvolvido com a prática.

Quadro 5: Modelo analítico para a sustentabilidade do turismo rural cooperativo da COOPENEDO

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados da fase exploratória e revisão bibliográfica.

Esse quadro classifica indicadores de sustentabilidade contidos em cada dimensão encontrada para o estudo da sustentabilidade do turismo rural na COOPENEDO. Porém, após a compreensão da abordagem da ciência da vida, deduz-se que para que o turismo rural seja sustentável é preciso que em todos os aspectos de sustentabilidade esteja o entendimento de

como funcionam os sistemas vivos. Esse entendimento, além de influenciar todas as dimensões, precisa se fazer presente na própria cooperativa, entre parceiros, Projeto e Sistema OCB/SESCOOP-AL. É o que representa a Figura 16.

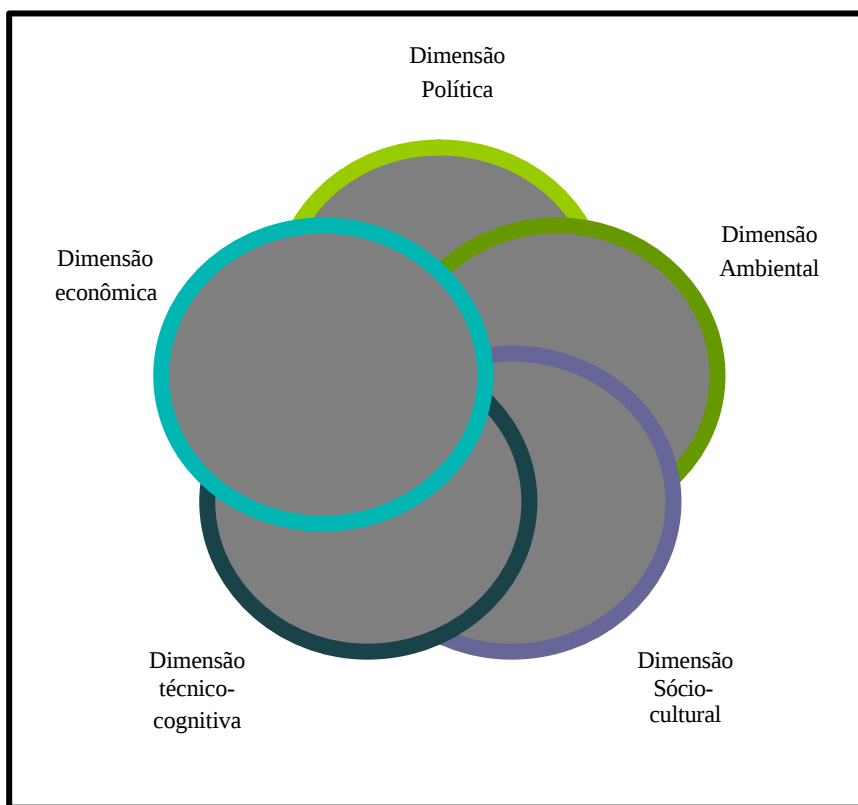


Figura 16: Diagrama das inter-relações das dimensões de sustentabilidade
Fonte: Elaboração própria.

Assim como Sachs (2002) já defendia a multidimensionalidade e as inter-relações existentes entre as dimensões de sustentabilidade, e como Santos (2005) comprovou essas multidimesões e inter-relações no âmbito do GAPA-BA, esse estudo permitiu concordar com ambos. Existem indicadores de sustentabilidade em uma dimensão que irá interferir no indicador de sustentabilidade de outra dimensão, conforme se observou no decorrer desse estudo, e que está representado no diagrama acima. Essas inter-relações podem ser encontradas nos espaços de interseções dos conjuntos de dimensões. Porém, segundo Capra (2002), em todas essas dimensões deve-se fazer presente o entendimento do funcionamento dos ecossistemas, para que as organizações tenham vida e se sustentem. Diante dessa constatação, a interferência entre essas dimensões alterando indicadores também podem ser aprofundadas através de estudos de sistemas matemáticos não-lineares, mais especificamente, na teoria dos conjuntos, e que não é o objetivo da presente pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto na introdução desse trabalho, o turismo rural desponta como uma modalidade turística que busca motivar o reencontro com a natureza, o resgate do ambiente familiar, a valorização cultural, e o estreitamento das relações com o meio ambiente. Também ficou definido que o turismo rural representa o conjunto de atividades complementares às atividades agropecuárias, no qual são percebidas as ações recíprocas entre visitantes e comunidades rurais, no sentido de resgatar e valorizar o patrimônio natural e cultural do local, promovendo o entendimento dos ecossistemas desse âmbito. No capítulo que trata das singularidades dessa atividade turística (Capítulo 1), destacou-se o porquê da ênfase à dicotomia tão precisa “homem do campo” e “homem urbano” presentes nos conceitos dessa atividade: relação com o surgimento das viagens ao meio rural, na qual os imigrantes retornavam ao seu lugar de origem em busca de descanso.

Uma vez que um dos motivos para a realização da presente pesquisa foi a preocupação em estudar meios que garantissem a continuidade e a sustentação dessa modalidade turística na COOPENEDO, agregou-se ao foco analítico as abordagens da sustentabilidade, buscando responder a seguinte pergunta de partida: como desenvolver uma abordagem de sustentabilidade para o turismo rural cooperativo em Penedo – AL?

As suposições prévias levantadas para responder a essa questão foram: primeiro, os objetivos do turismo rural irão determinar quais dimensões da sustentabilidade devem ser incluídas no modelo analítico; e segundo, uma vez que a sustentabilidade possui um caráter multidimensional, após as escolhas das dimensões, espera-se identificar as inter-relações existentes entre elas.

A primeira suposição encontrou respaldo nos modelos analíticos voltados ao estudo da sustentabilidade em duas organizações sem fins lucrativos, nos quais as escolhas das dimensões foram direcionadas pelos objetivos e ideais das organizações, conforme foi

observado no segundo capítulo desse trabalho. Portanto, após o entendimento dos objetivos do turismo rural, incluindo os enfoque de sustentabilidade contidos no programa de turismo rural cooperativo e os resultados das observações e entrevistas, as dimensões de sustentabilidade passaram a ser percebidas e incluídas no modelo analítico proposto.

Durante e após a identificação dos indicadores e a construção do modelo, constatou-se o caráter multidimensional da sustentabilidade e as inter-relações existentes entre as dimensões selecionadas, confirmando, então, as defesas de Sachs (2002) e de Santos (2005). Essas percepções foram fortalecidas durante a análise, quando se observou a interferência entre indicadores das distintas dimensões, representada no diagrama das inter-relações das dimensões de sustentabilidade (Figura 15).

Portanto, com base nessas constatações, chega-se ao objetivo geral do trabalho, que foi investigar como são consideradas e articuladas as dimensões de sustentabilidade do turismo rural cooperativo desenvolvido em Penedo – AL. Contudo para se chegar a esse objetivo geral, primeiro foi preciso identificar os critérios e respectivos indicadores para o estudo da sustentabilidade do turismo rural. Lembrando-se de que as dimensões estariam aportadas nos objetivos a que essa modalidade turística se propõe, estas foram segmentadas da seguinte maneira: **ambiental, econômica, política, técnico-cognitiva e sócio-cultural**. Ainda durante as identificações dos critérios e indicadores, já se percebia as inter-relações existentes entre as dimensões, o que contribuiu com a análise dessas inter-relações e com a inclusão das contribuições advindas da ciência da vida.

Além de estar incluída nos objetivos do turismo rural e em um dos módulos do Programa de Turismo Rural Cooperativo, aspectos da dimensão ambiental foram percebidos nas falas dos parceiros, das turismólogas e de algumas pessoas da comunidade. Seu Marciano apresentou sua preocupação com a educação voltada à ecologia, denotando um dos princípios de sustentabilidade defendidos por Capra (2002). Se, porventura, as ações voltadas à educação ecológica tomarem proporções maiores, se estabelecendo de forma sistemática na comunidade, os problemas relacionados à destinação do lixo e ao desmatamento poderão ser solucionados, conforme foi visto em um dos depoimentos de uma das turismólogas da Projetur, sobre a mudança da mentalidade das pessoas após a prática da multicultura e a policultura de trocas. Essas ações já ressaltam indicadores de resgate e valorização dos recursos naturais, que são objetivos do turismo rural. A tendência é que os cuidados voltados à preservação ambiental façam parte da cultura daquela comunidade, se perpetuando de

geração em geração. Pelo exposto, os resultados dessas ações chegariam ao conceito de sustentabilidade descrito no Relatório de Bruntland, no qual a sustentabilidade está relacionada ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Ainda se percebeu a importância do comprometimento dos parceiros com as causas ambientais. Portanto, o resgate e a valorização dos recursos naturais não são apenas feitos pela comunidade ou turismólogas de maneira isolada, mas também pelos demais parceiros. É aquela questão apontada por Capra (2002) sobre o entendimento do funcionamento dos ecossistemas na construção das organizações sociais, a fim de que estas sejam sustentáveis. Esse comprometimento foi denotado nas falas da médica que coordena o programa de medicina preventiva e de responsabilidade social da Unimed Arapiraca, e durante as observações em campo: a preocupação em não apenas levar as técnicas de produção artesanal utilizando materiais recicláveis, mas incluir palestras de conscientização sobre os cuidados ambientais e outros temas relacionados à cidadania. A partir da apropriação desses novos conhecimentos a comunidade complementou a lista de itens produzidos para comercialização, levando ao público em forma de produto, a consciência dos cuidados com o meio ambiente.

Nesse ciclo, exposto no parágrafo acima, já se percebe as inter-relações de não apenas duas dimensões de sustentabilidade, mas entre todas. É um ponto de interseção no qual os indicadores podem interferir positivamente ou não nos indicadores de outras dimensões. No caso estudado, os resultados são satisfatórios, mas o desafio se estenderá à nova cooperativa que está sendo criada, a cooperativa do turismo rural. Desafio este que se unirá à própria concepção de uma verdadeira identidade cooperativa: Se a nova cooperativa aprender sobre o funcionamento dos ecossistemas, esse entendimento poderá contribuir com a visão de que ela também deverá funcionar como um organismo vivo, que se adapta às perturbações do seu ambiente, porém, não perdendo seus valores com uma organização que busca o bem estar de seus cooperados (FIGUEREDO, 2000; CAPRA, 2002). Ao modelo analítico proposto poderão ser incluídos outros indicadores no decorrer da implantação do turismo rural, abrindo um leque de oportunidades para pesquisas futuras.

Outro ponto a ser destacado durante as análises das dimensões políticas e econômicas, é o fato de que a intercooperação (princípio cooperativista) revelou-se como um fator de sustentação: Unimed Arapiraca como parceira de um projeto turístico em uma outra

cooperativa. Essa intercooperação talvez possa ser estendida às cooperativas de crédito, servindo como um canal na sustentação econômica dos empreendimentos.

Mesmo com poucos parceiros envolvidos, o comprometimento dos cooperados com o turismo rural também foi um fator de sustentação, visto nas participações do grupo nos momentos de capacitações em turismo rural, dos outros cursos e oficinas, e com a implantação da atividade no local. O estímulo a esse comprometimento pôde ser percebido nas observações e falas dos cooperados, ressaltando aspectos mais subjetivos, tais como: a força de vontade, a crença de que o turismo rural vai dar certo, o aproveitamento do conhecimento adquirido, e o reconhecimento das potencialidades naturais do local. Portanto, percebem-se indicadores sócio-culturais influenciando e sendo influenciado pelos indicadores das dimensões técnico-cognitiva.

Mais uma vez se reafirma o caminho que esse trabalho abriu para o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas à sustentabilidade do turismo rural, seja elas comparativas ou não, e ainda em relação à continuidade do turismo rural na COOPENEDO. Como a nova cooperativa pensará no futuro dessa atividade a fim de que a mesma atinja seus objetivos? Como as lições aprendidas até agora (fevereiro de 2008) irão contribuir com essa sustentação? Quais indicadores de sustentabilidade poderiam ser agregados ao modelo? Até que ponto a intercooperação e a educação (princípios cooperativistas) poderão fortalecer a “vida” dessa atividade na nova cooperativa?

Esse estudo, assim como qualquer trabalho científico, também teve as suas limitações, quais sejam: inacessibilidade aos relatórios do andamento das ações implementadas e resultados dos diagnósticos do local; e a não realização de uma entrevista com o responsável pelo apoio ao projeto, no âmbito da CODEVASF. No entanto, os dados que poderiam ser oriundos desses meios não interferiram na elaboração do modelo analítico proposto e nem nas contribuições geradas pelo presente estudo.

REFERÊNCIAS

ADIZES, Ichak. *Os ciclos de vida das organizações: como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito*. 4ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALMEIDA, Álvaro F. de; PEREIRA, Marly T.; VECCHIATTI, Karin. Análise Sócio-ambiental das atividades voltadas ao turismo no meio rural na região de Guararema, SP. II Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. *Anais...* Cássio Garkalns de Souza Oliveira, José Carlos de Moura e Marco Sgai. Piracicaba: FEALQ, 2000.

ANDRADE, José Célio Silveira; MILANI, Carlos; e Esteves, Uliana. Faz sentido conceber o Turismo Rural na Agricultura Familiar como estratégia de desenvolvimento territorial no semi-árido baiano? X Colóquio Internacional sobre Poder Local. *Anais...* Salvador, 2006.

ANGELI, Margarita N. Barreto. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus, 1991.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. O(s) Sentido(s) da Política. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

BANCO DO NORDESTE. *Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural*. Fortaleza, 1999.

BARBOSA, Paulo Roberto Simonetti e SIMONETTI, Susy Rodrigues. Ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: Retratos de uma Realidade Promissora. In: BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Org.). *Planejamento e gestão em turismo*. São Paulo: Roca, 2003.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BERLO, David Kenneth. *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*. 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

CAPRA, Fritjof. *Conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CENTENO, Rogelio Rocha. *Metodologia da pesquisa aplicada ao turismo: casos práticos*. São Paulo: Roca, 2003.

CHINOY, Ely. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1975.

CIA, Isa Erni Mancini. A Evolução de um Modelo de Gestão Sustentável para o Ecoturismo em Bonito. In: BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Org.). *Planejamento e gestão em turismo*. São Paulo: Roca, 2003.

DUSSART, B. Conceitos e unidades em Ecologia. In: CHARBONNEAU, J. P. *Enciclopédia de Ecologia*. São Paulo: EPU, 1979.

FERREIRA, May Guimarães. *Repensando a psicologia educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FIGUEREDO, Ronise de Magalhães. *Dicionário prático de cooperativismo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabianne Allage Y. *Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor*. Curitiba, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Bases para a elaboração de um trabalho científico no turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA-E-LIMA, Pedro Paulo de. *Dicionário brasileiro de ciências ambientais*. 2ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002.

LIRA, Fernando. *Corrupção e pobreza no Brasil: Alagoas em destaque*. Maceió: EDUFAL, 2005.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, Antônio. *Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo*. Stilo: Brasília, 2005.

MIGLIANO, Flávio Allan Fuchs, SCATENA, Gil Kuchembuck e CUNHA, Tatiana Marino. Oportunidades de desenvolvimento socioeconômico em localidades rurais com participação da comunidade. In: BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Org.). *Planejamento e gestão em turismo*. São Paulo: Roca, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa de turismo rural na agricultura familiar*. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismorural.pdf> Acesso em: 12 fev 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural*. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/diretrizes/diretrizes.html>>. Acesso em: 14 fev 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Segmentação do turismo e marcos conceituais*. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/Segmentacao_do_Turismo_Marcos_Conceituais.pdf> . Acesso em: 14 fev 2007.

MOLETTA, Vânia Florentino. *Turismo rural*. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999.

PFROMM NETTO, Samuel. *Psicologia: introdução e guia de estudo*. São Paulo: EPU; Ed. da Universidade de São Paulo; [Brasília]: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SEBRAE. *Programa SEBRAE de turismo: Conhecendo o turismo no meio rural*. S.l., 2004.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaio*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. 3ed. Lisboa: Gradativa, 1998.

RAMOS, Livia Torquato da Silva. Conceituação do turismo rural sob a óptica do direito agrário. II Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. *Anais...* Cássio Garkalns de Souza Oliveira, José Carlos de Moura e Marco Sgai. Piracicaba: FEALQ, 2000.

REIS, Tatiana Araújo; MEIRA, Ludmeira. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. XXIX Enapad. *Anais...* Brasília, 2005.

RODRIGUES, Ivone da Silva. As abordagens tipológicas envolvendo o turismo no espaço rural. II Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. *Anais...* Cássio Garkalns de Souza Oliveira, José Carlos de Moura e Marco Sgai. Piracicaba: FEALQ, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Estratégia de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Brasileira, 1993.

_____. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. *As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira: o caso do GAPA – Bahia*. 2005 192f. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <http://www.fonte.org.br/documentos/tese_tacilla.pdf>. Acesso em: 26 fev 2007.

SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. *Associações e cooperativas*. Brasília. 2002a.

_____. *Programa de turismo rural cooperativo*. Brasília. 2002b.

_____. *Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural*. Brasília. 2002c.

SINGER, Paul. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; ORIOVALDO, Queda (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional: 1976.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOLARI, Aldo B. O objetivo da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; ORIOVALDO, Queda (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional: 1976.

SOLLA, Xosé M. Santos. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, Marta de Azevedo. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, Daniela de Deus. *Turismo como alternativa de desenvolvimento do meio rural*. Disponível em: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/rural.html>>. Acesso em: 22 fev 2007.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação dos entrevistados: parceiros e Implementadores

a) Durante a fase exploratória:

Entrevistado	Instituição	Cargo
Márcia Túlia Pessoa de Oliveira	OCB/SESCOOP-AL	Superintendente
Luzinei Nunes Lira de Souza	Projetur - Projetos Turísticos LTDA	Diretora Administrativa e Financeira
Alexandre Delgado Bonifácio	CODEVASF	Chefe da Unidade de Arranjos Produtivos Locais do estado de Alagoas
Elizeu dos Santos Torres	COOPENEDO	Presidente
Antônio Ribeiro dos Santos	COOPENEDO	Atualmente é apenas um associado, mas já foi presidente da cooperativa por 16 anos.
Antônio Carlos Silva Costa	NEHOTUR/UFAL	Professor Adjunto

b) durante as investigações:

Entrevistado	Instituição	Cargo
Márcia Túlia Pessoa de Oliveira	OCB/SESCOOP-AL	Superintendente
Águida Maria da Veiga Feitosa	Projetur - Projetos Turísticos LTDA	Diretora de Marketing
Maria Lúcia Lira Santos	Unimed Arapiraca	Superintendente e coordenadora do programa de medicina preventiva e responsabilidade social
Elizeu dos Santos Torres	COOPENEDO	Presidente

APÊNDICE B – Relação dos entrevistados:
grupo de cooperados envolvidos com o turismo rural

1. Carmelita Ribeiro dos Santos
2. Cláudio Pereira da Silva
3. Cleonice Maurício Santos Dantas
4. Elaine
5. Hênia Maria Santos
6. Iolanda Ferreira Amorim
7. Jailton Isidoro do Nascimento
8. João dos Santos
9. José Luiz da Silva
10. Jasineide Santos Soares
11. Josevânia dos Santos França
12. Josilda Santos Dantas
13. Luciane Ferreira Lima
14. Márcio Celmo
15. Maria de Fátima de Oliveira
16. Maria José Lopes
17. Maria Neide de Araújo Tôrres
18. Severina de França Lopes

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – PROJETUR

Entrevistada: Águida Maria da Veiga Feitosa

Cargo: Diretora e Sócia

Data: 30/08/2007

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS:

1. Como a PROJETUR foi convidada para participar do projeto do turismo rural cooperativo na COOPENEDO?
2. Para você, qual o principal papel do OCB/SESCOOP nesse projeto?
3. Vocês têm refletido sobre a sustentabilidade desse projeto?
- 4- Quais as condições atuais que garantem a sustentabilidade desse projeto?
- 5- Quais as condições que limitam a sustentabilidade do projeto?
- 6- Quais fatores de sustentabilidade foram incluídos no projeto inicial apresentado ao OCB/SESCOOP?
- 7- Como o projeto inicial foi apresentado para a comunidade?

QUESTÕES SOBRE AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE:

- Ambiental ou Ecológica:

1. A questão ambiental está sendo considerada na prática do turismo rural cooperativo? (Por quê? Como?)
2. E como isso vem sendo tratado durante o projeto?
3. Como foram incluídas as questões ambientais no projeto inicial, apresentado ao OCB/SESCOOP?
4. Quais são as ações da PROJETUR, no sentido de fomentar o equilíbrio ambiental no local onde a atividade vem sendo desenvolvida?
5. Como vocês avaliam o trabalho da comunidade dentro desta dimensão ambiental?

- Sócio-cultural:

1. Como você vê a atuação dos parceiros deste projeto antes e durante a sua implantação? E dos cooperados?
2. E dos cooperados?
3. No Programa de Turismo Rural Cooperativo, mais especificamente, no módulo que trata da sustentabilidade social deste tipo de turismo, tem escrito assim: “No caso do turismo rural, onde o desenvolvimento dos produtos turísticos envolve, obrigatoriamente, a comunidade local, o planejamento da inserção dessas pessoas é de fundamental importância para o sucesso da atividade”. Diante deste enunciado, Este aspecto está sendo considerado de fato? Através de quem? De que tipo de ações? Quais as ações do OCB/SESCOOP no intuito de envolver a comunidade local no projeto do turismo rural?
4. Em algum momento foram identificados dotes artísticos nos componentes do turismo rural cooperativo?

- Econômica:

1. Quais são os serviços (apoio técnico: contábil, legal, gestão) voltados para o turismo rural cooperativo da COOPENEDO obtidos no início e durante a implementação do projeto?
2. Quais os bens materiais obtidos com as parcerias?
3. Houve doação monetária? Se sim, quanto?
4. Para você, o que sustenta a dimensão econômica do turismo rural cooperativo na COOPENEDO?
5. Como você avalia a atuação dos demais parceiros nessa sustentação?

- Política:

1. Quem são os outros parceiros do turismo rural? E como pode ser vista a participação de cada um deles?
2. Como se dá a comunicação (diálogo) entre os parceiros deste projeto turístico?
3. Quais os interesses da PROJETUR com a implantação do turismo rural na COOPENEDO?
4. Como você avalia o trabalho da PROJETUR na implementação do turismo rural cooperativo (consciência)?
5. Na sua visão, o que garantirá a capacidade de diálogo e negociação entre o grupo gestor do turismo rural e os demais parceiros?
6. Como a comunidade está sendo preparada para dar continuidade aos diálogos e negociações como os demais quando a PROJETUR sair de cena?
6. As questões do turismo rural são levadas às Assembléias da COOPENEDO?
7. Como são tratadas as questões (ou problemas) do turismo rural (conflitos)?

- Técnica-cognitiva:

1. Quais os cursos viabilizados para a comunidade envolvida com o turismo rural cooperativo?
2. Como a comunidade tem respondido aos cursos em capacitação no turismo rural cooperativo e aos demais cursos (artesanato, bijuterias, etc)?

Roteiro de Entrevista – Parceiros

Ator: UNIMED Arapiraca

Entrevistada: Maria Lúcia Lira Santos

Cargo: Superintendente e coordenadora do programa de medicina preventiva e responsabilidade social

Data: 09/01/2008

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS:

1. Como a UNIMED Arapiraca foi convidada para participar do projeto do turismo rural da COOPENEDO?
2. Para você, qual o principal papel da UNIMED Arapiraca nesse projeto? Como ela tem participado?
3. Vocês têm refletido sobre a sustentabilidade desse projeto?
4. Na sua visão, quais são as condições atuais que garantem a sustentabilidade desse projeto?
5. Quais as condições que limitam a sustentabilidade do projeto?
6. Quais fatores de sustentabilidade você percebeu e percebe no projeto desde que este foi apresentado a UNIMED Arapiraca?

QUESTÕES SOBRE AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE:

- Ambiental ou Ecológica:

1. Você percebe que a questão ambiental está sendo considerada de fato na prática do turismo rural? (Por quê? Como?)
2. Como a UNIMED Arapiraca tem atuado junto à Projetur nesse sentido?

- Sócio-cultural:

1. Como você vê a atuação dos outros parceiros deste projeto antes e durante a sua implantação? E dos cooperados?
2. Como se dá a comunicação entre a UNIMED Arapiraca e os implementadores do turismo rural na COOPENEDO? E a relação UNIMED Arapiraca /Projetur/Comunidade?
3. Você percebe a comunidade envolvida com esse projeto?
4. Como a UNIMED Arapiraca atua, no sentido de contribuir com o fortalecimento da cultura local?

- Econômica:

1. Quais são os serviços (apoio técnico, gestão), materiais e outros recursos voltados para o turismo rural da COOPENEDO oferecidos pela UNIMED Arapiraca desde o início da implementação do projeto?

- Política:

1. Você sabe quem são os outros parceiros da COOPENEDO que estão envolvidos com o turismo rural? E como pode ser vista a participação desses?
2. Como se dá a comunicação entre a UNIMED Arapiraca e a PROJETUR? E entre a UNIMED Arapiraca e a COOPENEDO? Como você avalia esse diálogo?
3. Quais os interesses da UNIMED Arapiraca com a implantação do turismo rural na COOPENEDO?
4. Como a UNIMED Arapiraca tem atuado na implementação do turismo rural?
5. Na sua visão, o que garantirá a capacidade de diálogo e negociação entre o grupo gestor do turismo rural (após a saída da PROJETUR) e os demais parceiros?

- Técnica-cognitiva:

1. A UNIMED Arapiraca já foi parceira da COOPENEDO em outro projeto? Em qual (is)?
2. Como a UNIMED Arapiraca já vem trabalhando com projetos de desenvolvimento da região, quais as experiências e lições aprendidas durante a implementação desses projetos e que podem ser compartilhada com a PROJETUR, COOPENEDO e OCB/SESCOOP nessa fase de implementação do turismo rural?
3. A UNIMED Arapiraca ofereceu algum curso para aquela comunidade, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento do turismo rural?
4. Se sim na questão anterior, como você avalia o aproveitamento do curso pela comunidade?

APÊNDICE D - Questionário de pesquisa**A Sustentabilidade do Turismo Rural****I- Caracterização**

- 1- Na Coopenedo sua atividade está inserida na:
- ☐ Agricultura
- ☐ Piscicultura
- ☐ Agricultura e Piscicultura

- 2- Se responder agricultura, informe o que você cultiva no seu lote:
- _____
- _____

- 3- Gênero:

- ☐ Homem
- ☐ Mulher

- 4- Há quanto tempo faz parte da Coopenedo?
- _____

- 5- Você tem filhos?

- ☐ Sim (questão 6 e 7)
- ☐ Não

- 6- Quantos filhos você tem?

- ☐ Um
- ☐ Dois
- ☐ Três
- ☐ Quatro
- ☐ Cinco
- ☐ Mais de quatro

- 7- Quanto(s) filho(s) ajuda(m) no trabalho da família (agricultura, piscicultura...)?

- ☐ Nenhum, pois foram estudar e trabalhar fora
- ☐ Nenhum, porque ainda são crianças.
- ☐ Apenas um
- ☐ Dois
- ☐ Todos

- 8- Qual a média de sua renda mensal com a principal atividade?

- ☐ Menos de 1 SM (Até R\$379,99)
- ☐ Entre 1 e 3 SM (R\$380,00 – R\$1.140,00)
- ☐ Entre 3 e 5 SM (R\$1.140,01 – R\$1.900,00)
- ☐ Acima de 5 SM

- 9- Faixa etária:

- ☐ 15 a 24 anos 25 a 34 anos
- ☐ 35 a 44 anos 45 a 54 anos
- ☐ 55 a 64 anos 65 a 74 anos
- ☐ Acima de 74 anos

- 10- Grau de instrução:

- ☐ Superior completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Curso técnico profissionalizante completo
- ☐ Curso técnico profissionalizante incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Semi-alfabetizado
- ☐ Não-alfabetizado

II- Aspectos do Turismo Rural na comunidade**Dimensão Sócio-cultural**

- 11- Você tem participado dos cursos sobre TRC?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Comecei participando, mas desisti. (por quê?)

- 12- Você participou do momento em que foi apresentado o turismo rural para a comunidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

- 13- Você tem participado dos outros cursos (doces, beneficiamento do pescado, bijuterias, etc)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

- 14- De quais cursos você tem participado?

- ☐ Fabricação de doces
- ☐ Beneficiamento do pescado
- ☐ Bijuterias
- ☐ Artesanato
- ☐ Informante turístico local
- ☐ Atendimento ao cliente
- ☐ Alfabetização
- ☐ Primeiros socorros
- ☐ Palestra sobre cooperativismo
- ☐ Reciclagem
- ☐ Outros _____

- 15- O seu lote foi escolhido para fazer parte do roteiro?

- ☐ Sim (questão 16)
- ☐ Não (questão 17)

- 16- Quais os atrativos do seu lote?

- ☐ Diques para banho
- ☐ Rio, riacho para pesca
- ☐ Caminho para trilha
- ☐ Caminho para passeio a cavalo
- ☐ A própria atividade (apicultura, agricultura, piscicultura, etc)
- ☐ Fauna

- ☐ Flora
☐ Barragem com água corrente
☐ Outros _____

- 17- Você ou alguém da sua família possui algum dote artístico?
- ☐ Sim (questão 18)
☐ Não (questão 19)

- 18- Qual o dote artístico que você ou alguém da sua família possui?

- ☐ Teatro
☐ Canta
☐ Dança
☐ Pintura
☐ Desenho
☐ Toca _____ instrumentos _____ musicais

- ☐ Outros _____

Dimensão Ambiental

- 19- Você utiliza agrotóxicos no cultivo das atividades produtivas?

- ☐ Sim
☐ Não

- 20- De que maneira será realizada a coleta de lixo em seu lote?

- ☐ Coleta seletiva
☐ Coleta não seletiva

- 21- Durante a implantação do turismo rural, o que você tem aprendido sobre preservação ambiental?

Dimensão Econômica

- 22- Qual atividade empreendedora você estará desenvolvendo dentro do TR?

- ☐ Artesanato
☐ Fabricação de Doces
☐ Outros alimentos (lanches e refeições)
☐ Mel
☐ Bijuterias
☐ Alimentos da mandioca

- ☐ Hospedagem
☐ Passeio a cavalo
☐ Entretenimento (trilha, banhos, pesca, etc)
☐ Outros _____

- 23- Você sabe como estabelecer o preço dos produtos e/ou serviços oferecidos?

- ☐ Sim
☐ Não

- 24- Você aprendeu como se controlam as finanças e os custos do seu empreendimento?

- ☐ Sim
☐ Não

Dimensão Política - interna

- 23- Você ocupa algum cargo na COOPENEDO?

- ☐ Sim.
☐ Não

- 25- Se sim na questão anterior, qual o cargo que você ocupa?

- 26- Você faz parte do grupo gestor, que foi criado exclusivamente para o TR?

- ☐ Sim. (questão 26)
☐ Não (questão 27)

- 27- Qual é o seu papel nesse grupo gestor?

- 28- Caso você não faça parte do grupo gestor, o que você faz em prol do TR?

Dimensão técnico-cognitiva

- 29- A partir de suas experiências, o que você trouxe de “novo” durante a implantação do TRC? (Suas idéias).

APÊNDICE E – Lista dos participantes do grupo focal

1. Carmelita Ribeiro dos Santos
2. Cláudio Pereira da Silva
3. Cleonice Maurício Santos Dantas
4. Hênia Maria Santos
5. Iolanda Ferreira Amorim
6. Irene Santos
7. Jailton Isidoro do Nascimento
8. Jasineide Santos Soares
9. Josevânia dos Santos França
10. Josilda Santos Dantas
11. Luciane Ferreira Lima
12. Marciano Roosevelt de Souza Tôrres
13. Maria de Fátima de Oliveira
14. Maria José Lopes
15. Maria Neide de Araújo Tôrres
16. Maria Selma Ferreira dos Santos
17. Severina de França Lopes

APÊNDICE F – Equipe e roteiro para o grupo focal

EQUIPE:

Moderador: Fábio Santos de Almeida Weber

Equipe colaboradora: Andréa Rodrigues Barbosa, Carlos Eduardo e Tiago Rodrigues Barbosa.

ROTEIRO:

1. Vocês acham que o turismo rural vai dar certo? Qual o futuro do turismo rural?
2. Por que vocês acham isso?
3. O que é preciso para que o turismo rural dê certo?
4. O que pode prejudicar essa atividade como o passar do tempo?
5. Durante o tempo em que o turismo rural vem sendo organizado na cooperativa, quais foram as lições que vocês aprenderam?
6. Como essas lições podem ajudar no funcionamento do turismo rural?
7. O que vocês acham que o grupo deve fazer para “tocar o barco” (fazer o turismo rural ir pra frente) quando a Projetur concluir a parte dela nesse projeto?
8. Quais as sugestões do grupo para melhorar o projeto?